

VISÃO ESTRATÉGICA
da sociobiodiversidade no
centro sul de Rondônia

POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NAS CADEIAS PRODUTIVAS DA SOCIOBIODIVERSIDADE:

*oportunidades para negócios
sustentáveis na Região Centro-Sul
de Rondônia.*

Organização: Wesley Luis Pacheco

Porto Velho, 2016.
1ª edição

Editora: Ecam



ORGANIZADOR: Wesley Luis Pacheco.

AUTORES: Fernanda R. P. Alvarenga, Marcelo Lucian Ferronato, Muryel Arantes, Stéphanie Birrer, Xênia de Castro Barbosa e Wesley Luis Pacheco.

COLABORADORES: Carlos Santos Alves, Késia da Silva Gonçalves, Letícia Antunes dos Reis Souza, Madson Silva Souza Júnior, Mariluce Paes de Souza e Valéria Lopes de Oliveira.

REALIZAÇÃO: Equipe de Conservação da Amazônia.

PARCEIROS: Ação Ecológica Guaporé, Instituto Federal de Rondônia e Universidade de Rondônia.

APOIO: Fundo Vale.

EDIÇÃO DE MAPAS: Equipe de Conservação da Amazônia.

DIAGRAMAÇÃO: Doizum Comunicações.

REVISÃO GRAMATICAL: Ana Paula Martins Pereira

FOTO CAPA: Gabriel Uchida

AGRADECIMENTOS: Associação Quilombola da Comunidade de Jesus (AQCJ), Cooperativa dos Agricultores e Extrativista Quilombolas (Coopaequi), Comunidades e lideranças do Território Quilombola Santo Antônio do Guaporé, Comunidades e lideranças do Território Quilombola Laranjeiras, Associação Quilombola de Pedras Negras (AQPNEG), Coordenação das Organizações Indígenas do Povo Cinta Larga (PATJAMAAJ), Associação Nunerinane do Povo Apurinã de Rondônia (Anpiar), Associação Soenama do Povo Indígena Paiter Suruí, Associação Karo Paygap do Povo Indígena Arara, Associação Indígena Zavidjaj Djiguhr (Assiza) do Povo Indígena Gavião, Associação Indígena Doá Txatô (Terra Indígena Rio Branco), Associação de Seringueiros do Guaporé (Aguapé), Associação Metareilá do Povo Indígena Suruí, Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé, Emater Rondônia, Funai/CR Cacoal, Semagric Cacoal, Inovam Brasil, Farinha e Família, Castanhas Sabor Brasil, Rical Alimentos, e Sedam-RO.

Ficha Catalográfica

P761 Povos e comunidades tradicionais nas cadeias produtivas da sociobiodiversidade: oportunidades para negócios sustentáveis na região Centro-Sul de Rondônia. / Organizador Wesley Luis Pacheco. -- Porto Velho: Ecam, 2016. 72p. : il. color.

Inclui bibliografia e índice.
ISBN 978-85-99991-15-2

1. Arranjos produtivos locais. 2. Rondônia. 3. Cadeias de valor.
I. Pacheco, Wesley Luis. II. Título.

CDU 332.1(811.1)

Sumário

06 **APRESENTAÇÃO**

10 **INTRODUÇÃO**

12 **CAPÍTULO 01**

O projeto e sua estratégia de intervenção

Muryel Arantes e Wesley Luis Pacheco

Colaboradora: Stéphanie Birrer

18 **CAPÍTULO 02**

A produção de povos e comunidades tradicionais baseada em recursos da biodiversidade: capacidades e oportunidades de fortalecimento

Fernanda R. P. Alvarenga e Stéphanie Birrer

Colaboradores: Carlos Santos Alves, Késia da Silva Gonçalves,

Letícia Antunes dos Reis Souza, Madson Silva Souza Júnior e

Valéria Lopes de Oliveira

76 **CAPÍTULO 03**

Cadeias produtivas da sociobiodiversidade no Centro-Sul de Rondônia

Marcelo Lucian Ferronato

Colaboradora: Fernanda R. P. Alvarenga

117 **CAPÍTULO 04**

A região Centro-sul de Rondônia no caminho para o fortalecimento de Povos e Comunidades Tradicionais em Cadeias Produtivas da Sociobiodiversidade

Wesley Pacheco

126 **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

Apresentação

Wesley Luis Pacheco

O grande desafio atual na agenda de fortalecimento de Povos e Comunidades Tradicionais (PCT), considerando a conservação da biodiversidade, é estruturar mecanismos econômicos que estimulem a geração de renda nos territórios de diversidade “étnica e biológica”¹. Outro desafio é criar alternativas para que as comunidades possam desenvolver seus costumes, sua tradição e sua cultura sem a influência desastrosa de práticas ilegais que, comumente, têm afetado sua dinâmica sociocultural. Considerando que a produção a partir das **Cadeias Produtivas da Sociobiodiversidade** é em muitos casos uma iniciativa comunitária, que fortalece a tradição e a cultura de PCT, promover ações que visem a geração de renda comunitária com rentabilidade minimamente suficiente é um caminho relevante para a fortalecer a autonomia de PCT.

Com o intuito de apoiar PCT no desenvolvimento de uma economia sustentável, a Equipe de Conservação da

¹ Considera-se a necessidade de reforçar a diversidade étnica frente ao tema de biodiversidade para o bom entendimento de que PCT possuem grande relevância para a conservação da biodiversidade quando seus costumes, sua tradição e sua cultura estão assegurados.

SOCIOBIODIVERSIDADE: Conceito que expressa a inter-relação entre a diversidade biológica e a diversidade de sistemas socioculturais (BRASIL, 2009).

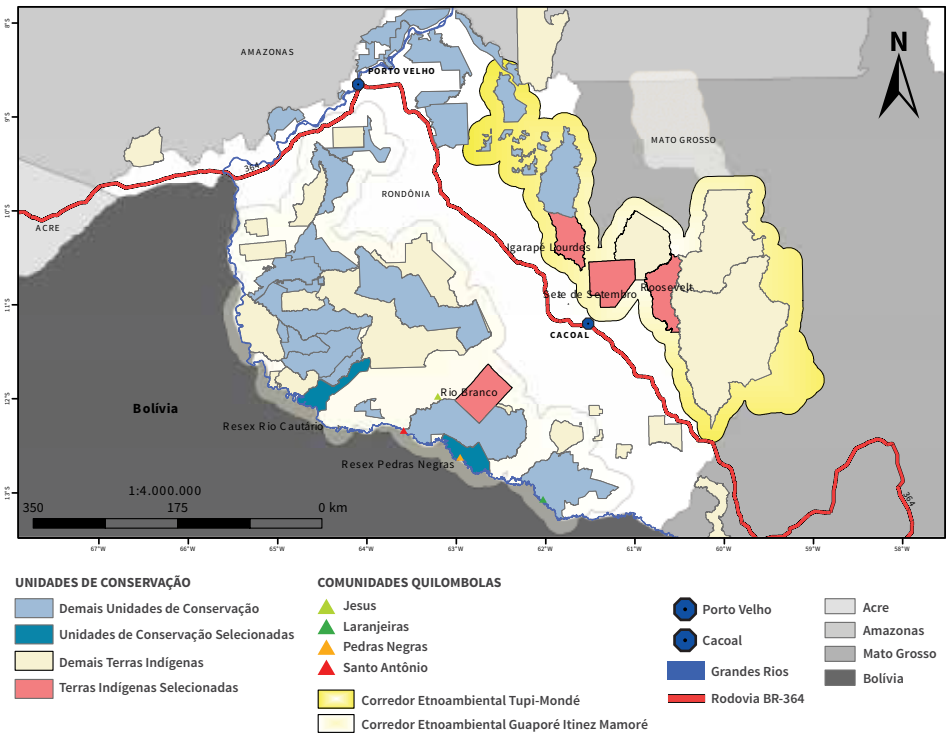
CADEIA PRODUTIVA: Uma cadeia produtiva é um sistema integrado constituído de atores inter-relacionados e pela sucessão de processos de produção, transformação e comercialização do produto (BRASIL, 2009), podendo ser classificadas em três categorias: subsistência, artesanal e industrial (LABONNE, 1987).

CADEIA PRODUTIVA DA SOCIOBIODIVERSIDADE: Uma cadeia produtiva da sociobiodiversidade é constituída por atores envolvidos com produtos e serviços da sociobiodiversidade, que valorizam a identidade cultural e incorporam valores e saberes locais e asseguram a distribuição justa e equitativa dos seus benefícios (BRASIL, 2009).

Amazônia (Ecam), com apoio do Fundo Vale, realizou o projeto Fortalecimento de Povos e Comunidades Tradicionais em Cadeias Produtivas da Sociobiodiversidade.

A região de intervenção da iniciativa é o Estado de Rondônia, especificamente sua porção Centro-Sul, que contempla o Território da Cidadania “Central” e os Territórios Rurais de Identidade Rio Machado, Cone Sul, Zona da Mata e Guaporé. A região é reconhecida pelo seu desenvolvimento econômico originário do processo migratório das décadas de 1960, 1970 e 1980 (NEPSTAD; MOREIRA; ALENCAR, 1999). É também marcada pela presença de dois grandes Corredores Etnoambientais: Tupi-Mondé e Guaporé-Itenez-Mamoré, que compõem um mosaico de Terras Indígenas (TIs), Territórios Quilombolas (em processo de titulação) e Unidades de Conservação (UCs) de uso sustentável e proteção integral (FIGURA 1).

FIGURA 1 – Região de Intervenção do projeto



FONTE: IBGE | ICMBIO | FUNAI | DNIT SIRGAS 2000

Nas últimas décadas, a região foi impactada por projetos de desenvolvimento econômico direcionados ao agronegócio, como também pela conversão de áreas florestadas em pastagens. Mais recentemente, está associada à prática ilegal de retirada de madeira e em menor escala, manejo do gado, café e a prática do garimpo. A biodiversidade local relevante está concentrada em TIs e UCs com grande potencial para o desenvolvimento dos **produtos da sociobiodiversidade**.

Diferente dos Estados do Acre, Mato Grosso e Pará, nas últimas décadas, Rondônia não conseguiu desenvolver infraestruturas que pudessem dar suporte às cadeias de valor para produtos da sociobiodiversidade. Isso tem sido um grande entrave para o acesso a mercados formais por parte de PCT. A falta de estrutura também se relaciona à ausência de política pública do Estado para beneficiar PCT e corrobora com o atraso na agenda econômica da sociobiodiversidade.

Existe, ainda, a necessidade de estruturação das comunidades para viabilizar a inserção na dinâmica econômica do Estado. Dessa maneira, a geração de renda com produtos da sociobiodiversidade possibilita a inserção dessas por meio de processos produtivos que fortalecem a organização cultural e política dos PCT.

Apesar de o Estado possuir potencial para desenvolver as cadeias da sociobiodiversidade, com a participação ampla de PCT, e ter recursos naturais em seus corredores etnoambientais, é necessário cumprir uma agenda efetiva para alcançar uma rede de promoção dos produtos da floresta.

Este livro visa a demonstrar no capítulo 2 o potencial produtivo de PCT com base em estudo de campo envolvendo 11 comunidades representativas (do ponto de vista da produção) de povos indígenas, quilombolas e extrativistas. E, no capítulo 3, avaliar a expertise de Rondônia no desenvolvimento de Cadeias de Valor

PRODUTOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE: Os produtos da sociobiodiversidade são bens e serviços gerados com recursos da biodiversidade e por povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares, que mantêm e valorizam suas práticas e seus saberes, asseguram seus direitos e gerem renda, promovendo a melhoria de sua qualidade de vida e do ambiente em que vivem (BRASIL, 2009).

da Sociobiodiversidade em sua porção Centro-Sul. Ao cruzar tais informações, a equipe do projeto busca expor as oportunidades existentes no Estado que dependem da dinâmica da sociedade civil organizada, iniciativa privada, Governos Estaduais e Municipais e PTC.

Os capítulos seguintes apresentam o processo de definição das comunidades parceiras beneficiárias do projeto, os aspectos históricos e socioeconômicos da porção Centro-Sul do Estado, a interação com as comunidades beneficiárias no levantamento de seus processos produtivos e sua organização social, o estudo sobre a expertise do Estado no **desenvolvimento** de Cadeias Produtivas da Sociobiodiversidade e, por fim, as recomendações fundamentadas em todo o trabalho do projeto para propor uma reavaliação das ações de **Arranjo Produtivo Local (APL)** no Estado de Rondônia.

ARRANJO PRODUTIVO LOCAL (APL): Os APLs são agrupamentos de empreendimentos de um mesmo ramo, localizados em um mesmo território, que mantêm algum nível de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com os demais atores locais (governo, pesquisa, ensino, instituições de crédito) (BRASIL, 2009). São, portanto, formados por organizações que, embora concorrentes no mesmo mercado, cooperam entre si, por meio de experiências coletivas, parcerias, capital social e governança, criando uma estrutura de relações capazes de promover o desenvolvimento local, uma vez que considera as dimensões espaciais, econômicas, ambientais, sociais, políticas e culturais (PATIAS et al., 2015). Os APLs são reconhecidos quando há: a existência de um complexo produtivo e uma quantidade relevante de indivíduos ocupados para a economia local ou regional; de algum nível de cooperação entre eles e de algum mecanismo de governança (LASTRES, 1998).

DESENVOLVIMENTO LOCAL: Desenvolvimento local é um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos, capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população ali residente (FRANCO, 1998; COELHO, 2004; MARTINS; CALDAS, 2009; KUYUMJIAN et al., 2014).

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL E REGIONAL: O desenvolvimento econômico local e regional é uma estratégia de promoção de economias locais e regionais, cujo principal objetivo é criar subsídios que contribuam com condições estruturais para os negócios de uma região. De forma que se possa empreender iniciativas para promover o desenvolvimento econômico da região, estabelecendo vínculos entre os setores privado e público e os grupos de interesse da sociedade civil (GTZ, 2007).

Introdução

Xênia de Castro Barbosa

Esta publicação é resultado de uma intensa jornada de aprendizagem que realizamos nos territórios no Centro-Sul do Estado de Rondônia, em áreas abrangidas pelos Territórios Rurais de Identidade Rio Machado, Cone Sul, Zona da Mata e Guaporé e pelo Território da Cidadania denominado “Central”. Foram mais de 200 horas de trabalho em rios, florestas, estradas, rodovias e trilhas, nas quais pudemos conhecer parte da diversidade étnica e cultural dessa porção da Amazônia e tecer considerações acerca de suas riquezas naturais, do potencial produtivo de suas comunidades e da situação de suas cadeias e APLs.

O Centro-Sul de Rondônia foi ocupado por indígenas, que faziam uso sustentável dos recursos disponíveis. Não sabemos ao certo os limites e as fronteiras do território habitado. Estima-se, contudo, que esses povos sejam provenientes das regiões litorâneas e tenham adentrado o interior em busca de autopreservação, tendo em vista as investidas dos colonizadores sobre seus territórios tradicionais de habitação, caça e pesca. Após séculos de violência física e simbólica e da dizimação de muitas etnias, o Estado brasileiro, finalmente, iniciou sua política de demarcação de TI. Isso foi feito, primeiro, com o estabelecimento de Reservas Indígenas (Lei n. 6.001/73), e, posteriormente, com demarcação de TI (Decreto n. 1.775/96). Essas medidas, embora polêmicas, têm se revelado um recurso fundamental para a garantia da sobrevivência física e cultural dos povos indígenas.

No período colonial (1530 a 1822), a opressão sobre africanos escravizados, utilizados como mão de obra na economia colonial, forçou-os à resistência, por meio de fugas e formação de quilombos, chegando inclusive a essa região. O Centro-Sul de Rondônia conta com as TIs Igarapé Lourdes, Sete de Setembro, Rio Branco, Roosevelt e Parque do Aripuanã, entre outras, além das Comunidades Quilombolas de Jesus, Santo Antonio, Pedras Negras e Laranjeiras, as quais tivemos oportunidade de conhecer e estabelecer diálogo com moradores desses locais.

A experiência empírica nessas comunidades possibilitou-nos reconhecer nuances variadas da diversidade étnica e cultural que compõe o cenário rondoniano. Tal diversidade se ampliou ainda mais com o ingresso de trabalhadores provenientes de várias regiões do Brasil, a partir da década de 1970, com a política dirigida de expansão da fronteira agrícola.

Esses atores convivem, não sem conflitos e disputas. Parece haver, contudo, um crescente reconhecimento de experiências em comum, como a de terem sido vítimas de processos e manobras que não desejaram. Assim, um passado de sofrimentos compartilhados, ainda que específicos a cada grupo, observados agora com os olhos do presente, torna essas diferenças mais compreensíveis e estimula a unidade como caminho para o enfrentamento das lutas contemporâneas.

Ao transitar por esses territórios, ficávamos maravilhados com as especificidades de sua sociobiodiversidade, as formas de solidariedade e sua sofisticada teia cultural, entrelaçada de elementos materiais e simbólicos. Sentíamos-nos comovidos com as ameaças ao equilíbrio

ambiental, decorrentes de processos de desenvolvimento alijados de sustentabilidade e de qualquer racionalidade sistêmica. Ações que visam, sobretudo, ao lucro e que são característicos do modelo de ocupação do solo realizado em todo o Brasil e reproduzido na escala territorial em tela.

Também nos incomodou a carência de oportunidades formativas para o trabalho, a compreensão do valor dos recursos ambientais disponíveis no território e as dificuldades que enfrentam para acessar políticas públicas. As interdições dos espaços formais de educação – devido a fatores geográficos, estruturais e culturais – representam um dos mais graves problemas do Centro-Sul de Rondônia e um dos principais responsáveis pela manutenção da pobreza rural, dos conflitos agrários e da violência econômica. São muitos indígenas, mulheres e neocamponeses que se veem obrigados a abandonar suas terras em função do avanço do latifúndio e a se tornarem trabalhadores volantes, em geral, mal remunerados e sob o regime da ilegalidade. É grande o sofrimento dos que são desterritorializados, ameaçados em seu modo de vida e que enfrentam dificuldades em serem reconhecidos em sua alteridade e diversidade.

Cientes dos impactos negativos que o modelo de desenvolvimento adotado em Rondônia acarreta tanto aos homens e às mulheres da floresta, como aos ecossistemas – e conscientes de que, para mitigá-los ou revertê-los, faz-se necessária uma conjunção de políticas públicas e de investimentos privados –, apresentamos esta modesta contribuição ao reconhecimento da sociobiodiversidade do Centro-Sul de Rondônia. Com isso, esperamos que homens e mulheres de boa vontade possam, por meio desse projeto, se reproduzir socialmente e gerar riqueza de interesse social (não apenas valor de troca, mas também valor de uso), de modo eficiente, solidário e sustentável.



Foto: Gabriel Uchida.

Capítulo 01 O projeto e sua estratégia de intervenção

Muryel Arantes e Wesley Luis Pacheco

Colaboradora: Stéphanie Birrer

O projeto Fortalecimento de Povos e Comunidades Tradicionais em Cadeias Produtivas da Sociobiodiversidade objetivou a análise da capacidade produtiva e da expertise do capital social de Rondônia. A expectativa, em médio prazo, é efetivar a sinergia entre PCT, sociedade local, organizações da sociedade civil, governos e iniciativa privada, no sentido de oportunizar mecanismos econômicos que fortaleçam a inserção de comunidades tradicionais em negócios sustentáveis na Amazônia.

No tocante ao contexto das comunidades tradicionais, é factível questionar se é possível pensar em produção que atenda às demandas do mercado, valorizando a dinâmica sociocultural e os modos de vida tradicionais das comunidades? Acreditamos que o mercado convencional não é adequado à Amazônia e muito menos às comunidades tradicionais. Portanto, uma estratégia para a geração de renda segundo tais necessidades deve contemplar, em seu planejamento, o estímulo à cooperação, a diferenciação dos produtos da sociobiodiversidade no mercado e uma nova concepção para empreender negócios sustentáveis na Amazônia. Porém, como demonstrar que a sociedade deve apostar nesse caminho? A tentativa do projeto é exatamente subsidiar um primeiro entendimento sobre a capacidade produtiva e o caminho que Rondônia deve percorrer no tema de cadeias produtivas da sociobiodiversidade para atrair novos mercados e alcançar o nível de confiança das comunidades, a fim de empreender um processo colaborativo para a economia estadual da sociobiodiversidade.

A cooperação entre comunidades é extremamente relevante, pois, é capaz de diminuir o esforço, além de reduzir o impacto na dinâmica sociocultural e possibilitar uma diversidade na oferta de produtos da floresta. O ponto-chave para a construção desse processo é a relação de confiança constituída entre cada um dos atores. É importante que a sociedade civil organizada se envolva no desenvolvimento dessas relações e engaje as administrações públicas municipais, do setor privado e da sociedade local.

Essa é a perspectiva da Ecam ao promover o presente estudo, pois, intenciona, de acordo com as informações levantadas, demonstrar as oportunidades existentes para cada ator relevante. A ideia é fomentar que o interesse no mercado da sociobiodiversidade seja mais realista em benefícios para os PCT de Rondônia.

Como desdobramento das atividades do projeto, a Ecam beneficiou comunidades indígenas, quilombolas e extrativistas que exercem sua territorialidade nos corredores etnoambientais

e suas adjacências (**FIGURA 1**). Como ponto de partida, realizou uma seleção de comunidades beneficiárias do Estado de Rondônia seguindo diretrizes e critérios prévios a alcançar resultados no tema de Cadeias Produtivas da Sociobiodiversidade com PCT. Ao todo, a iniciativa beneficiou 11 comunidades.

Seleção de comunidades parceiras

A construção de uma estratégia efetiva para o fortalecimento das cadeias produtivas da sociobiodiversidade deve ter como base o potencial produtivo das comunidades locais. Nesse contexto, destacam-se os PCT cuja organização social se fundamenta no uso dos recursos naturais com técnicas transmitidas e praticadas pela tradição. Esse modo de vida é contemplado pelo conceito de sociobiodiversidade utilizado para definir a inter-relação entre diversidade biológica e sociocultural.

Os produtos desse tipo de relação apresentam uma riqueza socioambiental de extrema relevância para o desenvolvimento sustentável. Para dar escala a esse tipo de produção comunitária, é importante considerar desde a produção até o mercado propriamente dito.

O Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB) – política pública que respalda esse tipo de produção – reitera a relevância dessas cadeias para o desenvolvimento sustentável das comunidades. Nesse sentido, o modo de vida dessas populações está diretamente relacionado aos produtos da sociobiodiversidade. Todavia, precisamos enfatizar que as estratégias para fortalecer e incrementar a produção comunitária devem ser adequadas às especificidades de cada organização social. Isso por se tratar de populações diversas, considerando a variedade de populações indígenas, quilombolas, extrativistas, etc.

O trabalho dos PCT é fundamental para esse tipo de produção. Assim, para um projeto que envolva tal temática, é necessário identificar as comunidades que têm condições e intenção de se tornarem parceiras na construção de um APL de incentivo às Cadeias Produtivas da Sociobiodiversidade. Para a identificação, considerou-se relevante definir, a princípio, os critérios de elegibilidade para PCT parceiros da iniciativa destinada à visão estratégica da sociobiodiversidade no Centro-Sul de Rondônia.

A seleção prévia das comunidades parceiras fortaleceu o processo de consulta prévia livre e informada e otimizou o alcance de resultados. Observar antecipadamente a realidade das comunidades favoreceu seu envolvimento e minimizou entraves à realização das atividades propostas, por exemplo, a representatividade da escala produtiva. Além disso, aspectos favoráveis à participação comunitária e ao desenvolvimento sustentável seguindo a “economia verde” foram destacados e priorizados.

Para fomentar os produtos da sociobiodiversidade, é essencial apoiar a produção de base comunitária. Nesse sentido, a Ecam almejou apontar estratégias para lidar com as dificuldades das comunidades no processo produtivo. Considerando as cadeias produtivas da sociobiodiversidade, as ações dessa iniciativa estiveram focadas nas áreas definidas pelo PNPSB como diretrizes para a promoção das cadeias, a saber:

- 1) Promoção e apoio à produção e ao extrativismo sustentável;
- 2) Estruturação e fortalecimento dos processos industriais;
- 3) Estruturação e fortalecimento de mercados para os produtos da sociobiodiversidade;
- 4) Fortalecimento da organização social e produtiva;
- 5) Ações complementares para fortalecimento das cadeias de produtos da sociobiodiversidade;
- 6) Ações complementares para a valoração dos serviços da sociobiodiversidade.

Os critérios considerados básicos para o trabalho de fortalecimento das cadeias dos produtos da sociobiodiversidade com PCT foram determinados com base nas referidas diretrizes. A proposta foi reunir elementos indispensáveis e, dessa maneira, estabelecer cinco critérios obrigatórios:

- 1 - Comunidades tradicionais nos termos da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto n. 6.040/07), incluindo aquelas beneficiárias do Programa Assentamentos Verdes;
- 2 - Território tradicional reconhecido legalmente ou em processo de demarcação / titulação / criação.
- 3 - Território com recursos naturais para desenvolver cadeias produtivas da sociobiodiversidade;
- 4 - Atividades relacionadas aos produtos da sociobiodiversidade inseridas ou tradicionalmente praticadas no modo de vida tradicional;
- 5 - Número representativo de pessoas ativas no processo produtivo.

Considerando os referidos parâmetros, seria grande o número de comunidades mapeadas. Na impossibilidade de trabalhar com todas – neste primeiro momento –, foi necessário priorizar. Para isso, foram considerados alguns elementos da paisagem, de acessibilidade e de organização territorial. A aposta nos critérios de priorização foi de que estes pudessem auxiliar no melhor desenvolvimento das ações, tais como realização de reuniões e oficinas; mobilização comunitária local e regional; consolidação de parcerias institucionais e comunitárias; articulações para o acesso às políticas públicas; e incentivo aos assentamentos sustentáveis. Com base no exposto, foram definidos critérios de priorização, abaixo expostos.

1 - Campo de atuação da Ecam e parceiros - Peso 1

A acessibilidade logística às comunidades com potencial de serem beneficiárias da proposta facilita e dá celeridade ao processo de consulta prévia livre e informada. Considerando a atuação da Ecam, em parceria com as comunidades e o setor público do Estado de Rondônia, os PCT que se encontram geograficamente e politicamente no campo de atuação da Ecam e de seus parceiros foram classificados como prioritários.

2 - Presença de associações e/ou lideranças comunitárias – Peso 3

O trabalho das lideranças fortalece a organização social das comunidades, em especial dos PCT. As associações possibilitam que as populações estejam representadas nas articulações pelas políticas públicas relacionadas aos seus interesses; seja para melhorar o aproveitamento de oportunidades ou para defender a criação dessas políticas. O trabalho das lideranças comunitárias é fundamental para articulação local e regional das comunidades com histórico, identidade cultural e práticas produtivas afins. Com a presença ativa de lideranças, é possível alcançar a consolidação das organizações sociais e a boa governança comunitária.

3 - Contexto de Áreas Protegidas e Quilombos – Peso 2

O contexto de áreas protegidas e quilombos, centrados no recorte dos corredores etnoambientais, foi elencado como critério de priorização na escolha das comunidades parceiras. Cabe ressaltar, ainda, que a proximidade entre as comunidades, mesmo as que estão no mesmo corredor etnoambiental, também é considerada nesse tópico. A contiguidade entre os territórios fortalece a capacidade de conservação e, conseqüentemente, de ter produtos da sociobiodiversidade. Além disso, trabalhar com o maior número possível de comunidades próximas facilita a organização logística e a viabilidade das ações.

4 - Parcerias já estabelecidas / histórico de atuação com produção – Peso 3

As parcerias com instituições governamentais ou não governamentais e o histórico de negociação com mercados indicam a capacidade de comercializar produtos da sociobiodiversidade. Tais parcerias demonstraram uma organização mínima de produção, fazendo do apoio da Ecam um complemento a algum aspecto do processo produtivo. Logo, foi verificada também a real necessidade de apoio da Ecam, evitando, assim, a sobreposição de ações com o mesmo objetivo.

5 - Escala produtiva /diversidade e quantidade – Peso 3

Diversidade e quantidade são importantes na escala de produção. A diversidade é um ponto forte para o agroextrativismo em termos de manutenção da geração de renda; já a quantidade é importante como atrativo para investidores em produtos da sociobiodiversidade e, por consequência, fortalece a geração de renda.

6 - APL – Rondônia – Peso 1

O Estado possui o Núcleo Estadual de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais de Rondônia (NEAPL), com 13 APLs prioritários:

Entre esses APLs priorizados pelo Estado, a Ecam teve como foco: apicultura, SAFs, fruticultura, hortigranjeiro e sociobiodiversidade, por estarem mais próximos ao conceito de sociobiodiversidade. As comunidades com objetivos compatíveis com tais APLs foram priorizadas.

7 - Consenso comunitário que permita e fortaleça o aproveitamento produtivo em toda sua extensão territorial – Peso 3

As condições de consenso comunitário foram importantes para estabelecer a posição e o compromisso em relação ao trabalho no processo produtivo com os produtos da sociobiodiversidade. É fundamental para que haja governança comunitária, item básico nos termos da sociobiodiversidade.

As fontes de informação para o processo de seleção

A aplicação de tais critérios teve como fonte de informação dados dos órgãos oficiais: Coordenações Regionais da Fundação Nacional do Índio (Funai), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental do Estado de Rondônia (Sedam) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Cinquenta e duas comunidades em Rondônia atendem aos parâmetros básicos definidos no projeto. A elas, foram aplicados os critérios de priorização.

Após a priorização, a localização das comunidades melhor pontuadas foi considerada no sentido de escolher comunidades próximas, visto que um dos objetivos do projeto é o incentivo aos APLs. Optou-se, também, pela diversidade em relação aos PCT, chegando à listagem final:

BENEFICIADOS SELECIONADOS

1	Povo Karo Rap Arara – TI Igarapé de Lourdes
2	Povo Ikolen Gavião – TI Igarapé de Lourdes
3	Povo Paiter Suruí – TI Sete de Setembro
4	Povo Cinta Larga – TI Roosevelt
5	Povo Apurinã – TI Roosevelt
6	TI Rio Branco
7	UCE Reserva Extrativista (Resex) Rio Cautário / UCF Resex Rio Cautário
8	Território Quilombola Pedras Negras / UCE Resex Rio Pedras Negras
9	Território Quilombola Santo Antônio do Guaporé
10	Território Quilombola de Jesus
11	Território Quilombola Laranjeiras



ALDEIA IRATANA – TERRA INDÍGENA SETE DE SETEMBRO.

Foto: Gabriela Uchida



ALDEIA MAUANATI – TERRA INDÍGENA ROOSVELT.

Foto: Stéphanie Birrer



RESERVA EXTRATIVISTA RIO CAUTÁRIO.

Foto: Gabriel Uchida



ALDEIA IKOLEN – TERRA INDÍGENA IGARAPÉ DE LURDES.

Foto: Stéphanie Birrer



ALDEIA ROOSVELT – TERRA INDÍGENA ROOSVELT.

Foto: Stéphanie Birrer



ALDEIA SÃO LUIS TERRA INDÍGENA RIO BRANCO.

Foto: Letícia Antunes dos Reis Souza



COMUNIDADE QUILOMBO LARANJEIRAS.

Foto: Gabriel Uchida.



COMUNIDADE QUILOMBOLA SANTO ANTÔNIO DO GUAPORÉ.

Foto: Stéphanie Birrer



ALDEIA PAYGAP – TERRA INDÍGENA IGARAPÉ DE LURDES.

Foto: Madson Silva Souza Junior



COMUNIDADE QUILOMBOLA PEDRAS NEGRAS.

Foto: Valéria Lopes de Oliveira



COMUNIDADE QUILOMBOLA JESUS.

Foto: Stéphanie Birrer

Capítulo 02

A produção de povos e comunidades tradicionais baseada em recursos da biodiversidade: capacidades e oportunidades de fortalecimento

Fernanda R. P. Alvarenga e Stéphanie Birrer

Colaboradores: Carlos Santos Alves, Késia da Silva Gonçalves, Letícia Antunes dos Reis Souza, Madson Silva Souza Júnior e Valéria Lopes de Oliveira

Introdução

A região amazônica é habitada por vários povos e comunidades tradicionais que consomem e comercializam diversos produtos baseados em recursos da biodiversidade. Conhecidos como produtos da sociobiodiversidade, eles resultam de atividades produtivas baseadas em saberes tradicionais, essenciais para a reprodução cultural de povos indígenas, comunidades de ribeirinhos e quilombolas da Amazônia, como também para segurança e qualidade alimentar, tratamentos medicinais e geração de renda para esses grupos.

Apoiadas no uso sustentável dos recursos naturais, essas atividades são alternativas importantes à pecuária e à agricultura extensivas, contribuindo para a prevenção e a contenção do desmatamento da floresta amazônica (GOMES *et al.*, 2012). Nas regiões onde a pressão pelo desmatamento é alta, como no estado de Rondônia, o fortalecimento delas é uma estratégia chave para a qualidade de vida e a conservação de florestas em áreas protegidas.

Contudo, para a proposição de políticas públicas, estratégias empresariais e projetos da sociedade civil, que visem ao desenvolvimento das atividades e das cadeias produtivas da sociobiodiversidade, ainda são necessárias informações sobre a capacidade de produção de Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) e para estabelecer prioridades de fortalecimento. Pouco se sabe sobre o que se produz, quantidade, número de pessoas e famílias produtoras, recursos aplicados, locais e condições de comercialização, valor da renda obtida, entre outros.

Essas informações são fundamentais para se dimensionar a capacidade produtiva de Áreas Protegidas (APs)¹ e identificar prioridades, gargalos e oportunidades de desenvolvimento, de forma a tornar mais eficientes ações de governos, empresas, academia e ONGs para o fortalecimento da produção da sociobiodiversidade e, conseqüentemente, maior qualidade de vida local e conservação dos recursos naturais.

¹ As áreas protegidas são partes do território sob a atenção e cuidado especial, como Unidades de Conservação (UCs), Terras Indígenas e Territórios Remanescentes de Quilombos (ISA, 2016).

Nesse contexto, foi desenvolvido o presente diagnóstico sobre a capacidade produtiva e oportunidades de fortalecimento de 11 PCTs, de nove APs, localizadas na região Centro-sul de Rondônia, apresentado neste capítulo. Este estudo sistematiza informações essenciais para subsidiar políticas públicas, estratégias empresariais e projetos da sociedade civil que visam ao fortalecimento de atividades e cadeias produtivas da sociobiodiversidade do estado. Adicionalmente, oferece às comunidades dados e informações relevantes para orientar suas próprias estratégias de desenvolvimento, como também facilitar a captação de recursos para investimentos e elaboração de planos de negócio sustentáveis e participativos.

O diagnóstico apresenta a situação atual das atividades de produção de bens extrativos, culturais e da agricultura familiar dos PCTs selecionados na região, em uma visão conjunta dos grupos e detalhada de cada um. Concentra-se no aspecto produtivo e econômico das atividades relacionadas aos produtos da sociobiodiversidade, com foco naquelas prioritárias para o desenvolvimento eleitas pelos próprios PCTs.

Metodologia de diagnóstico

Abordagem orientadora

Esse estudo foi elaborado tendo o Diagnóstico Rural Participativo (DRP) como abordagem orientadora. Em seu conceito mais recente, o DRP é uma abordagem ou um conjunto de métodos que permite às populações rurais compartilhar, ampliar e analisar conhecimentos sobre sua própria condição de vida, com o objetivo de planejar ações e atuar nessa realidade (CHAMBERS, 1994; FARIA; NETO, 2006).

O DRP busca maior agilidade na obtenção e na análise de informações, com base em uma dinâmica participativa, sobre temas como a situação econômica e social das famílias, o estado de recursos naturais, entre outros aspectos relacionados às condições de vida no meio rural.

Os instrumentos básicos para a realização de um DRP são diagramas visuais e interativos, que representam quatro principais dimensões da realidade, tais como: espaço, tempo, fluxos e relações (CONWAY, 1993; FARIA; NETO, 2006). Além dos diagramas, outras técnicas podem ser adotadas para complementação de informações, como a revisão de dados secundários, a observação direta, a realização de entrevistas semiestruturadas, entre outras (VERDEJO, 2006).

Procedimentos metodológicos

Conforme essa abordagem, foram aplicados os seguintes procedimentos metodológicos para o desenvolvimento do diagnóstico: (1) compilação de dados secundários; (2) oficinas nas comunidades; (3) entrevistas semiestruturadas com lideranças comunitárias; (4) sistematização e análise dos dados; e (5) elaboração dos projetos-base.

O levantamento de dados secundários consistiu na compilação de informações relevantes disponíveis em publicações, sites e documentos das disponibilizados pelas próprias comunidades.

As oficinas ocorreram entre julho e novembro de 2016, sendo realizadas 11 oficinas, nas quais participaram 280 pessoas (183 homens e 97 mulheres), envolvidos na produção de produtos da sociobiodiversidade. A metodologia proposta e o cronograma das oficinas foram previamente validados com lideranças comunitárias, em uma oficina feita em Rolim de Moura, em junho de 2016. As oficinas tiveram duração de um dia, em média, e foram desenvolvidas com base em metodologias participativas, como diagrama de Venn, calendário sazonal, matriz de problemas e soluções, mapa falado e matriz comparativa, adaptadas ao tema de atividades produtivas. Foram levantados dados sobre quais são as atividades e sua importância; etapas, períodos, insumos principais e locais de produção; preços, locais de venda, atores externos envolvidos na produção, conflitos no uso dos recursos naturais, gargalos e oportunidades de fortalecimento.

Em seguida às oficinas, foram realizadas entrevistas com lideranças de cada localidade (aldeia ou comunidade/localidade) do território, adotando-se um questionário semiestruturado. No total, foram aplicados 32 questionários, nos quais detalhou-se informações sobre número de famílias produtoras, quantidade produzida, preços de venda da produção, mercados alcançados, infraestrutura disponível e forma de organização comunitária.

Na Reserva Extrativista (Resex) do Rio Cautário e nos Territórios Quilombolas (TQ), o levantamento de dados representa todas as localidades ou comunidades pertencentes ao território. Já nas Terras Indígenas (TI), foi parcial, considerando algumas aldeias.

No processo de levantamento e sistematização de dados, foram adotados algumas premissas e critérios para a análise, de forma a atender aos objetivos deste diagnóstico, bem como à disponibilidade de recursos do projeto. São eles:

- 1.** As atividades produtivas identificadas foram classificadas em duas finalidades: desenvolvida exclusivamente para a subsistência ou principalmente para a geração de renda. Considerou-se como atividades de subsistência aquelas realizadas visando ao consumo familiar, tanto para a alimentação como para o uso medicinal e/ou cultural. As atividades para a geração de renda promovem renda convertida em dinheiro;
- 2.** Para a identificação dos produtos prioritários ao fortalecimento, foram apresentados na oficina cinco critérios a fim de que os comunitários pudessem priorizá-los quanto à importância para (i) geração de renda, (ii) segurança alimentar, (iii) cultura, (iv) maior número de famílias produtoras envolvidas e (v) abundância de recursos naturais no território;
- 3.** Nas entrevistas, foram levantados dados sobre produção, comercialização e renda, somente dos produtos priorizados pela comunidade nas oficinas, em relação à safra de 2015/2016;
- 4.** Em quase todas as áreas pesquisadas, não há registros e monitoramentos de quantidades produzidas e preços de venda. Portanto, esses dados representam um valor declarado pelas lideranças entrevistadas;
- 5.** A renda bruta total (RBt) é a renda total obtida pela comunidade, calculada pela multiplicação da quantidade total produzida (Qt) pelo preço médio de venda (Pvm) ($RBt = Qt \times Pvm$). A renda bruta média por família (Rbf) foi calculada pela divisão da renda bruta total pelo número de famílias produtoras (FP) na safra pesquisada ($Rbf = RBt / FP$);

6. O preço médio de venda dos produtos apresentado por AP no relatório representa o preço mais frequente e médio entre as localidades (aldeias e/ou comunidades) da mesma área, pois ocorrem diferentes condições de acesso aos mercados entre as famílias de uma mesma área. O preço médio de venda, mostrado no tópico de visão conjunta, se refere à média entre os preços médios mais frequentes identificados por AP.

Os dados levantados foram sistematizados em relatórios de oficinas, banco de dados e neste relatório, que compõe o presente capítulo desta publicação. Aqui se apresenta uma análise conjunta da capacidade produtiva dos PCTs pesquisados e, em seguida, uma avaliação detalhada de cada comunidade, sobre suas atividades prioritárias com vistas ao fortalecimento. Os fragmentos de fala contidos neste relatório foram coletados nas oficinas e inseridos com o objetivo de ampliar a compreensão da realidade local.

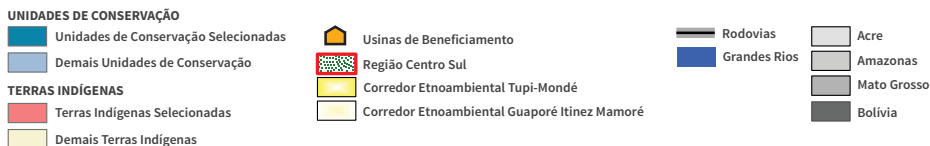
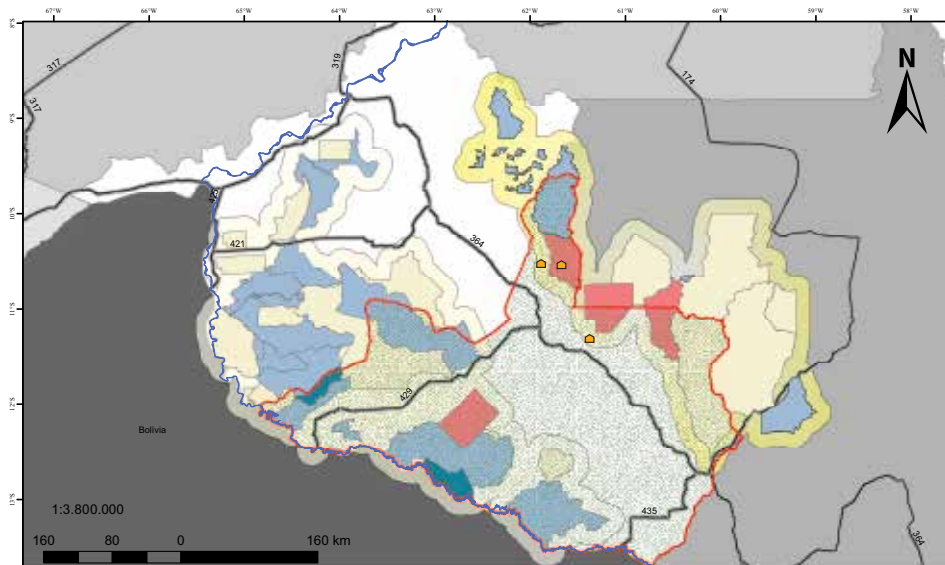
Adicionalmente, os dados do diagnóstico subsidiaram a elaboração dos Projetos-base para Fortalecimento da Produção da Sociobiodiversidade de PCTs, desenvolvidos no âmbito do Projeto Fortalecimento de Povos e Comunidades Tradicionais em Cadeias Produtivas da Sociobiodiversidade (FPCTCPS). Nesse plano, considera-se como projeto-base um documento de referência para a elaboração de projetos de captação de recursos e planos de negócio. O documento apresenta informações fundamentais sobre o estado atual da produção de um povo ou comunidade tradicional, com o objetivo de fortalecer as próprias atividades produtivas da sociobiodiversidade (ALVARENGA, 2016). Em Porto Velho, em dezembro de 2016, a Ecam promoveu uma oficina com lideranças das comunidades para a validação e entrega dos projetos-base, elaborados com os dados do presente diagnóstico.

Resultados

Uma visão conjunta da produção da sociobiodiversidade na porção Centro-sul de Rondônia

Atualmente, na região Centro-sul de Rondônia, podemos encontrar uma enorme variedade de produtos da sociobiodiversidade. Nas APs selecionadas para este diagnóstico, 473 famílias de PCTs desenvolvem 89 atividades produtivas extrativistas, culturais e da agricultura familiar. Essas atividades geram diversos produtos, entre eles, frutos, sementes, tubérculos, óleos, hortaliças, pesca, caça, artesanatos e até mesmo serviços turísticos, apresentados na Figura 2 e detalhados no Anexo I. A renda é gerada com a comercialização de 16 produtos (16,5% do total) que são oferecidos ao mercado local e regional.

FIGURA 2 - Infraestrutura e oportunidades para a produção da sociobiodiversidade na Região Centro-sul de Rondônia



FONTE: IBGE | ICMBIO | FUNAI | DNIT SIRGAS 2000

Entre os produtos consumidos e ofertados ao mercado pelos PCTs, 25 são prioritários para o fortalecimento da produção e das cadeias produtivas, apresentados pela Figura 3. Portanto, tais produtos provêm de atividades, conforme critérios adotados neste diagnóstico, que são relevantes para a segurança alimentar, a geração de renda, e a cultura local; envolvem o maior número de famílias na área; e se baseiam em recursos naturais abundantes na área. Entre esses prioritários, destacam-se as atividades de coleta de castanha-do-brasil; produção de farinha de mandioca; cultivo de banana e de mandioca²; e artesanatos.

FIGURA 3 - Produtos prioritários para fortalecimento

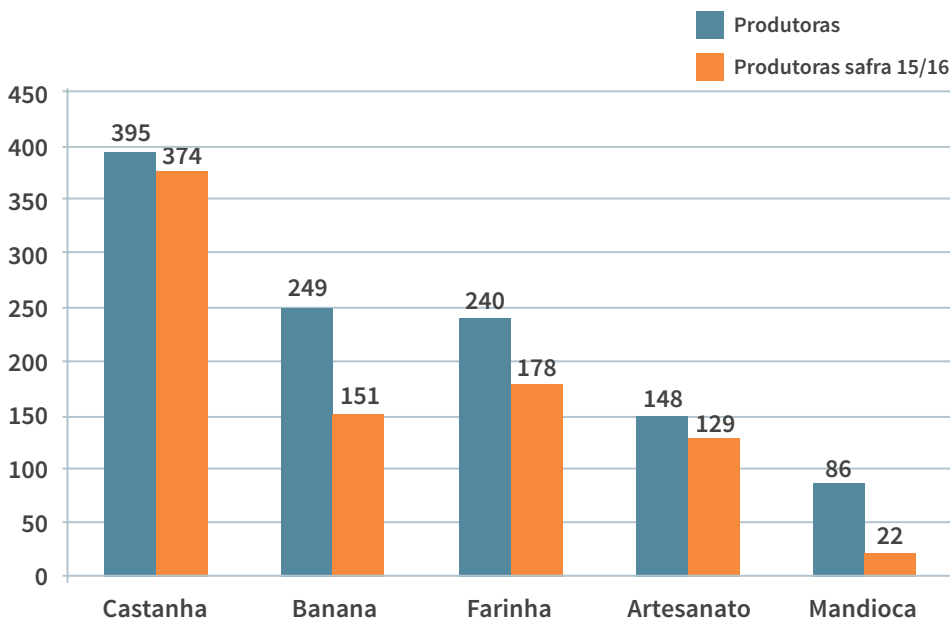


FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

² Refere-se ao cultivo e à comercialização do produto in natura. Entre as famílias produtoras de mandioca, que comercializam *in natura*, algumas também produzem para a fabricação de farinha.

Entre essas atividades produtivas, a produção de castanha chega a envolver 84% do total de famílias nas áreas pesquisadas, seguida por cultivo de banana (51%) e produção de farinha de mandioca (51%), conforme detalhado no Anexo II. Na última safra, 2015/2016, quase a totalidade (95%) das famílias produtoras de castanha coletaram e comercializaram no período; porém, apenas 26% das famílias produtoras de mandioca comercializaram o produto, como expõe a Figura 4.

FIGURA 4 – Número de famílias produtoras e produtoras na safra 2015/2016 dos produtos prioritários e de destaque



FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

Normalmente, nessas atividades, participam tanto adultos, como jovens, idosos e crianças, entre homens e mulheres. O calendário produtivo é variável entre as comunidades. De maneira geral, a coleta de castanha se concentra entre dezembro e abril; o cultivo/colheita da mandioca e da banana e a produção de farinha ocorrem ao longo do ano, em períodos de diversos de concentração de atividades e/ou colheita. O artesanato também é feito ao longo de todo ano, sendo, em grande parte, realizado por mulheres, em períodos disponíveis entre as demais atividades.

Entre as vinte e cinco atividades prioritárias, foi estimada a renda bruta total de R\$ 2.128.894 na safra 2015/2016, proporcionando uma renda bruta média de R\$ 4.444 por família produtora, no período. Esses valores correspondem a uma renda bruta parcial, pois não há registros de quantidade produzida e/ou preços de venda de todos os produtos priorizados, em todas as APs.

A castanha-do-brasil é o produto de maior produção (483,5t), renda bruta (R\$ 1.775.266) e renda bruta média por família (R\$ 4.747) entre as comunidades pesquisadas, com destaque para a TI Rio Branco, a Resex do Rio Cautário, a TI Igarapé Lourdes e o TQ Pedras Negras. Esses dados são mostrados na Tabela 1 e nas Figuras 5 e 6.

Em seguida, são relevantes as atividades de produção de farinha de mandioca, na qual se destacam em produção e renda a TQ Santo Antônio, a TI Rio Branco, a Resex do Rio Cautário e o TQ Jesus; o cultivo de banana, principalmente na TI Rio Branco, TI Rooselvet, TQ Laranjeiras e TI Igarapé Lourdes/Povo Arara; o cultivo de mandioca na TI Igarapé Lourdes/Povo Arara e TQ Jesus. Por último, em relação ao número de famílias produtoras, no artesanato se destacam as TIs Sete de Setembro, Igarapé Lourdes/Povo Arara, Rooselvet e Rio Branco³.

TABELA 1 – Produção parcial, preços médio e renda parcial por produtos priorizados na região

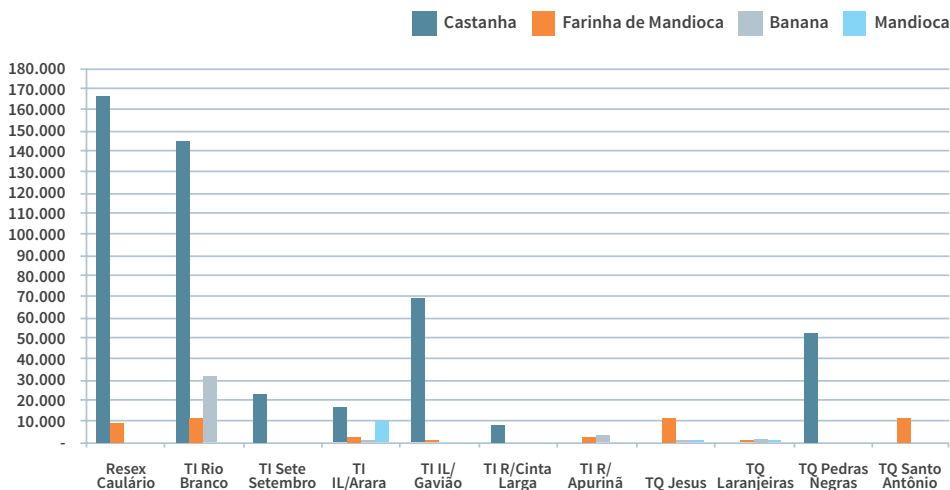
Produtos	PCTs produtores	Quantidade vendida (kg)	Preço médio mais frequente ⁴	Renda bruta/família	Renda bruta total	Participação renda bruta total
Castanha	5 indígenas 1 quilombola 1 extrativista (Total = 7)	483.450	R\$ 3,67	R\$ 4.747	R\$ 1.775.266	83%
Farinha de mandioca	4 indígenas 3 quilombolas 1 extrativista (Total = 8)	50.628	R\$ 3,84	R\$ 1.092	R\$ 194.338	9%
Banana	5 indígenas 2 quilombolas (Total = 7)	37.950	R\$ 1,68	R\$ 423	R\$ 63.933	3%
Mandioca	2 indígenas 2 quilombolas (Total = 4)	10.790	R\$ 0,33	R\$ 163	R\$ 3.590	0,2%
Outros					R\$ 91.767	4,3%
Total					R\$ 2.128.894	100%

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

³ Não há dados de quantidade produzida e vendida dos artesanatos, portanto, não foi possível estimar a renda e, portanto, não está mencionado na tabela 1.

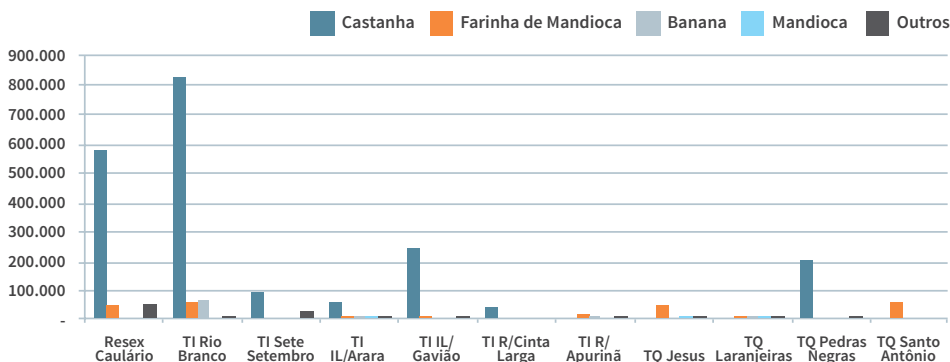
⁴ Refere-se ao preço médio de venda do produto entre as comunidades e calculado entre os preços mais frequentemente alcançados na última safra por cada PCT.

FIGURA 5 – Quantidade produzida por produto e Área Protegida (kg)



FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

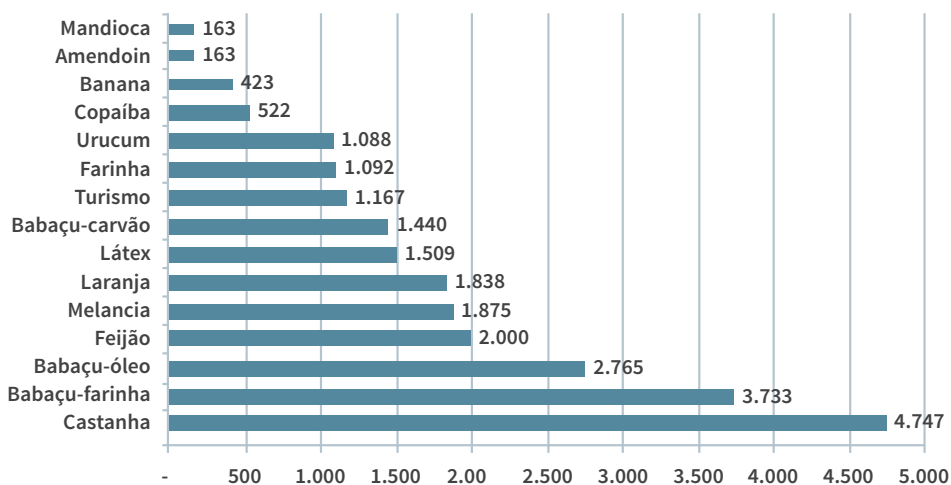
FIGURA 6 – Renda bruta total por produto e Área Protegida (R\$)



FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

Outros produtos não apresentaram relevância entre os critérios adotados neste diagnóstico, no entanto, se destacam em uma ou duas APs, alguns produtos, como em termos de quantidade produzida o látex, o cará, a laranja e o amendoim. No tocante à renda bruta total são: o látex, a farinha de babaçu, a copaíba, o óleo de babaçu e o amendoim. Em se tratando da renda bruta média por família produtora na safra de 2015/2016, os outros produtos que se destacam são: a farinha de babaçu, o óleo de babaçu e o feijão, que geram uma renda acima de R\$ 2.000 por família na safra (FIGURA 7). Esses dados estão detalhados por AP nos Anexos III e IV.

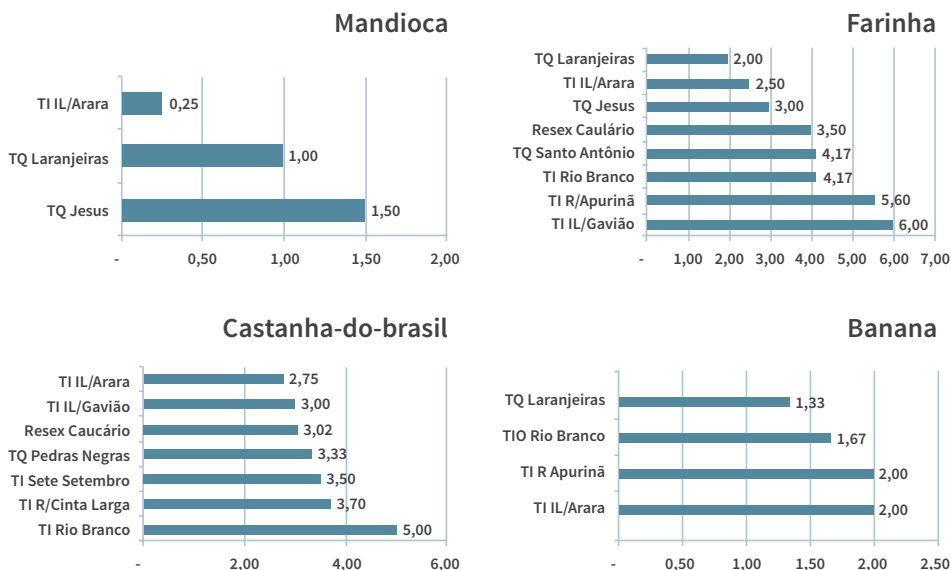
FIGURA 7 – Renda bruta média por família e por atividade produtiva na safra 2015/2016 (R\$)



FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

Entre os preços na safra de 2015/2016, a farinha de mandioca é o produto de maior preço médio unitário (R\$ 3,84/kg) e a mandioca o de menor (R\$ 0,33), apresentados na Tabela 1. Há uma grande variação de preços entre as comunidades e, para alguns produtos, também durante a safra. A mandioca foi o produto com maior variação de preços entre as comunidades (500%), seguido de farinha de mandioca (200%), castanha-do-brasil (82%) e banana (50%), conforme exposto na Figura 8. Essas variações de preço ocorrem devido à diferença de qualidade entre os produtos, como também aos diferentes mercados acessados, selecionados, principalmente, quanto às capacidades de transporte, armazenamento e comunicação com os mercados de cada PCT. De maneira geral, os maiores preços de venda são obtidos pelas TIs e ao serem comercializados a atravessadores de municípios de maior população no entorno. Os preços estão detalhados no Anexo V.

FIGURA 8 – Preços mais frequentes de venda da mandioca, farinha de mandioca, castanha-do-brasil e banana por PCT



FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

Os PCTs dispõem de uma infraestrutura precária e/ou deficiente em relação à energia elétrica, ao saneamento básico, ao armazenamento e ao processamento dos produtos. Em geral, há estrutura somente para a atividade castanheira, como galpões e mesas de secagem, e para a produção de farinha de mandioca, com casas de processamento para alguns PCTs. Há disponíveis diferentes meios de transporte, como barcos, canoas, carroças, animais de carga, motocicletas, tratores, carros, caminhonetes e caminhões, que são utilizados, de forma combinada, individual ou coletiva, para o escoamento interno e externo dos produtos. No entanto, não atendem à demanda e possuem alto custo de combustível e manutenção para a atual rentabilidade das atividades produtivas. Os equipamentos e as ferramentas básicos e de baixo grau tecnológico são amplamente acessados pelos comunitários, exceto os equipamentos de proteção individual, raramente utilizados.

Os PCTs dispõem de uma infraestrutura precária e/ou deficiente em relação à energia elétrica, ao saneamento básico, ao armazenamento e ao processamento dos produtos. Em geral, há estrutura somente para a atividade castanheira, como galpões e mesas de secagem, e para a produção de farinha de mandioca, com casas de processamento para alguns PCTs. Há disponíveis diferentes meios de transporte, como barcos, canoas, carroças, animais de carga, motocicletas, tratores, carros, caminhonetes e caminhões, que são utilizados, de forma combinada, individual ou coletiva, para o escoamento interno e externo dos produtos. No entanto, não atendem à demanda e possuem alto custo de combustível e manutenção para a atual rentabilidade das atividades produtivas. Os equipamentos e as ferramentas básicos e de baixo grau tecnológico são amplamente acessados pelos comunitários, exceto os equipamentos de proteção individual, raramente utilizados.

As comunidades normalmente se organizam em associações sem fins lucrativos ou cooperativas, estruturadas com o apoio de instituições parceiras, atuantes na região. Dos 11 PCTs, nove possuem associação e uma delas também conta com uma cooperativa. Atualmente, elas não têm

pendências financeiras e estão regularizadas legalmente. Essas organizações comunitárias desempenham papel fundamental no desenvolvimento das atividades produtivas, principalmente em relação à logística de transporte e suprimentos, às relações comerciais e ao acesso a financiamentos. Sobre a infraestrutura de uso coletivo, nove delas fazem a gestão de veículos e embarcações; cinco de galpões para o armazenamento de produtos; quatro de mesas de secagem de castanha; e uma de casa de farinha. Sobre o crédito, três mencionaram o acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e uma ao programa de subvenção do látex, ambos operados pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Não foram encontrados casos de comercialização para mercados institucionais, como escolas, hospitais e órgãos governamentais.

*“Se não fosse o subsídio da Conab, ninguém ia riscar seringa não.”
Idalino Alves Nunes, comunidade Vitória Régia, Resex do Rio Cautário*

As comunidades apresentaram diversos gargalos que travam o desenvolvimento de suas atividades produtivas. Em síntese, os principais gargalos são apresentados na Tabela 2. Eles representam oportunidades de intervenção para serem implementadas pelas próprias comunidades com apoio de instituições externas.

TABELA 2 – Principais oportunidades de fortalecimento das atividades produtivas da sociobiodiversidade em APs no Centro-sul de Rondônia

Aspecto	Gargalos/Oportunidades
Produção	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de local, equipamentos, energia elétrica regular e embalagens para armazenamento de produtos para certificação (com selos de inspeção); - Falta de local apropriado, água potável e canalizada, capacitações para beneficiamento de produtos e acesso a certificações (com selos de inspeção); - Falta de capacitações e assistência técnica para aumentar a eficiência e a produtividade das atividades;
Gestão e Comercialização	<ul style="list-style-type: none"> - Baixo ou nenhum acesso ao crédito, principalmente ao Pronaf, e às demais formas de financiamento; - Mercado local e regional caracterizado por poucos compradores; <ul style="list-style-type: none"> - Preço baixo e instável e falta de parcerias comerciais de médio e longo prazo; - Falta de capacitações adequadas à realidade local, principalmente sobre gestão de organizações comunitárias e finanças; - Difícil acesso às documentações de associações e aos instrumentos de gestão, como planos de manejo e de negócio; - Falta de regularização fundiária dos territórios quilombolas; <ul style="list-style-type: none"> - Conflitos com invasores que praticam exploração ilegal e predatória.

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

*“[...] a gente precisa de segurança para vender a produção”
Sr. Francisco da comunidade Jatobá, Resex do Rio Cautário*

Uma visão da produção da sociobiodiversidade em cada área protegida

Território Quilombola de Jesus

O Território Quilombola de Jesus está localizado a 116km do município de São Miguel do Guaporé e a 77km de Seringueiras. Em 2009, passou a ser a primeira comunidade reconhecida pelo Incra (2016) como remanescente de quilombo no estado de Rondônia⁵; em 2013, foi elaborado o Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) em regime comunitário (SEDAM, 2013).

Atualmente, a comunidade é formada por 13 famílias que desenvolvem 30 atividades produtivas da sociobiodiversidade, entre extrativistas e agrícolas, que, além de proporcionar segurança alimentar, três delas geram renda às famílias, tais como a produção de farinha de mandioca, o cultivo de mandioca e a produção de artesanatos, conforme apresenta a Tabela 3. A produção de farinha é a principal atividade geradora de renda. As demais produções são exclusivamente para a subsistência, sendo a pesca artesanal a atividade principal.

As áreas de coleta dos produtos extrativistas se localizam no interior de florestas e nas margens de rios do Território, principalmente no rio São Miguel do Guaporé. A agricultura familiar é desenvolvida em pequenas áreas no entorno da comunidade. Algumas partes do território são também exploradas por pescadores e caçadores vindos de centros urbanos e outras áreas, ocasionando conflitos locais. Há, ainda, conflitos de uso do território com fazendeiros do entorno.

Entre as atividades realizadas, as famílias identificaram como prioritárias para o fortalecimento aquelas relacionadas aos seguintes produtos da sociobiodiversidade: pesca, farinha, artesanato, feijão e milho. Na safra de 2015/2016, três famílias produziram 12.600kg de farinha de mandioca e venderam ao preço médio de R\$ 2,25 o quilograma, no município de Seringueiras. Com ela, alcançaram a renda bruta de R\$ 28.350,00 ao total e de R\$ 9.450,00 por família, como apresentam as Tabelas 4 e 5. Não há registros sobre a produção e a renda das demais atividades priorizadas. A produção artesanal de bijoias, canoas e remos é comercializada em Porto Murtinho.

⁵ Nº do processo Incra: 54300.002174/2005-74 (INCRA, 2016).

TABELA 3 – Atividades produtivas da sociobiodiversidade no Território Quilombola de Jesus

Finalidade	Classificação	Produtos do Extrativismo e/ou da Cultura	Produtos da Agricultura Familiar
Subsistência, exclusivamente	Frutos e sementes	Açaí, Patuá, Castanha, Bacuri, Bacupari, Goiaba araçá, Jatobá, Tucumã, Marajá, Cupuaçu do Mato	Acerola, Ingá, Urucum, Manga, Banana, Melancia, Abacaxi e Laranja.
	Plantas e legumes	-	Cará, Jambu, Abóbora, Milho e Feijão
	Seivas e óleos	Látex, Copaíba	-
	Caça e pesca	Peixes e Quelônios	-
Geração de renda, principalmente	Frutos e sementes	-	-
	Seivas e óleos	-	-
	Plantas e legumes	-	Mandioca e Farinha de Mandioca
	Culturais	Biojoias em coco; canoas e remos em madeira	-
Total de produtos		15	15

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

TABELA 4 – Produção e renda das atividades produtivas prioritárias

Produtos	Número de Famílias Produtoras	Famílias Produtoras Safra 15/16	Quant. Produzida Safra 15/16	Preço Médio de Venda (R\$/ Unid.)	Renda Bruta Total na Safra (R\$)	Renda Bruta Média por Família (R\$)	
Farinha	06	03	12.600kg	2,25	28.350,00	9.450,00	
Feijão	04	02	30kg	Sem registro	-	-	
Milho	04	02	320kg	Sem registro	-	-	
Pesca	13	13	Sem registro	Sem registro	-	-	
Farinha	06	03	12.600kg	2,25	28.350,00	9.450,00	
Feijão	04	02	30kg	Sem registro	-	-	
Milho	04	02	320kg	Sem registro	-	-	
Pesca	13	13	Sem registro	Sem registro	-	-	
Culturais	Canoa	04	04	Sem registro	900,00	-	-
	Remo	04	04	Sem registro	22,50	-	-
	Anel	04	04	Sem registro	4,00	-	-
Total					28.350,00	9.450,00	

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

TABELA 5 – Forma de apresentação, clientes e mercados acessados dos produtos comercializados

Aspectos	Farinha	Artesanato
Forma	Saca de 60kg	Canoa e remo em madeira e anéis em casca de coco
Cliente	Comerciantes	Moradores de Porto Murтинho
Mercados acessados	Seringueiras-RO	Porto Murтинho e São Francisco do Guaporé-RO

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

Estas atividades são complementares e desenvolvidas ao longo do ano pelas famílias, que trabalham em conjunto e/ou em grupo de companheiros. O artesanato, as canoas e os remos são produzidos por encomenda; geralmente, os anéis pelas mulheres, e as canoas e os remos pelos homens.

Atualmente, a comunidade dispõe de uma infraestrutura mínima para a realização das atividades produtivas priorizadas, de uso individual e coletivo, conforme apresenta a Tabela 6. A caminhonete foi adquirida com recursos próprios da Cooperativa dos Agricultores e Extrativista Quilombolas (COOPAEQUI), e a casa de farinha foi construída com recursos de emendas parlamentares. A comunidade possui uma estação de energia solar com oito placas, porém, está paralisada, desde 2012, por falta de baterias. A falta de recursos para compra de combustível, em substituição, torna o acesso à energia irregular na comunidade. Também não há água tratada e assistência à saúde.

TABELA 6 – Infraestrutura disponível para produção

Forma de Uso	Individual ou familiar	Coletivo
Meios de Transporte	Barco, canoas com motor e rabeta, motocicletas e bicicletas	Caminhonete (Toyota) Ônibus de linha comercial
Instalações Físicas	Casa de farinha	Galpão
Equipamentos, ferramentas e utensílios	Motosserras, motores geradores de energia, facões/terçados, enxadões, foices, enxadas, machados, flecha, vara, zagaia, aipó, rede, enchó e entre outros	

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

As atividades produtivas contam com o apoio da Associação Quilombola da Comunidade de Jesus (AQCJ) e da Cooperativa dos Agricultores e Extrativista Quilombolas (COOPAEQUI), ambas fundadas em 2007. Atualmente, contam com 53 associados/cooperados e estão regularizadas juridicamente, sem pendências financeiras.

Território Quilombola Laranjeiras

O Território Quilombola Laranjeiras está localizado no município de Pimenteiras do Oeste, à margem do rio Guaporé. Laranjeiras não possui regularização fundiária formalizada pelo Incria (2016), o processo ocorre desde 2008⁶. A área da comunidade está cercada pelo Parque Estadual de Corumbiara⁷ e pela Fazenda Laranjeiras.

“Ser reconhecido como uma comunidade quilombola é o meu maior sonho”
Luiz Gardo Fernandes de Souza

A comunidade possui 10 famílias cadastradas; destas, apenas três residem no território, atualmente. As famílias residentes desenvolvem 17 atividades produtivas de extrativismo, agricultura familiar e culturais, apresentadas na Tabela 7. Todas as atividades contribuem para a segurança alimentar, exceto a extração do óleo de copaíba e o turismo; e seis delas são fontes de renda para a comunidade. As principais são a pesca para a subsistência e a produção de banana para a geração de renda.

TABELA 7 – Atividades produtivas da sociobiodiversidade no Território Quilombola Laranjeiras

Finalidade	Classificação	Produtos do Extrativismo e/ou da Cultura	Produtos da Agricultura Familiar
Subsistência, exclusivamente	Frutos e sementes	Tucumã	Café, Carambola, Ingá, Goiaba, Abacaxi, Toranja, Limão e Coroa-de-frade.
	Plantas e legumes	-	Hortaliças
	Seivas e óleos	-	-
	Caça e pesca	Peixes	-
Geração de renda, principalmente	Frutos e sementes	-	Banana, Laranja, Mamão
	Seivas e óleos	Copaíba	-
	Plantas e legumes	-	Mandioca
	Culturais	Turismo	-
Total de produtos		4	13

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

⁶ Nº do processo Incria: 54300.001014/2008-51.

⁷ Decreto de criação nº 4.576, de 23 de março de 1990 (RONDÔNIA, 1990).

Por ser um território pequeno, sendo grande parte dele alagado no período de chuva, as áreas de coleta e de agricultura são próximas às residências. Os conflitos existentes estão relacionados à delimitação da área e à invasão de animais da fazenda vizinha.

Entre as cinco atividades elegidas como prioritárias para o fortalecimento estão: a produção de banana, mandioca, farinha e laranja e a oferta de serviços turísticos. Elas geraram o total de R\$ 4.747,00 de renda bruta na safra de 2015/2016. A renda familiar média por atividade variou de R\$ 95,00 a R\$ 1.300,00, como apresentado na Tabela 8. O cultivo da banana é a principal fonte de renda, responsável por 54,7% da renda total. Os principais clientes para seus produtos são os passageiros e os turistas que transitam em embarcações no rio Guaporé e adquirem diretamente na comunidade e/ou em portos, conforme exposto na Tabela 9.

“A banana na nossa região é ouro.”
Soberto G. da Silva

TABELA 8 – Produção e renda das atividades produtivas prioritárias

Produtos	Número de Famílias Produtoras	Famílias Produtoras Safra 15/16	Quant. Produzida Safra 15/16	Preço Médio de Venda (R\$/ Unid.)	Renda Bruta Total na Safra (R\$)	Renda Bruta Média por Família (R\$)
Banana	03	02	1.950kg	1,33	2.600,00	1.300,00
Laranja	03	02	5.250 unidades	0,35	1.837,50	918,75
Mandioca	03	02	190kg	1,00	190,00	75,00
Farinha	01	01	60kg	2,00	120,00	120,00
Turismo	01	01	8 grupos	Sem registro	-	-
Total					4.747,50	-

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

TABELA 9 – Forma de apresentação, clientes e mercados acessados dos produtos comercializados

Produtos / Aspectos	Banana	Mandioca	Laranja	Farinha	Turismo
Forma	Cacho	Com casca	Cento	Saco	Grupo de pessoas
Clientes (compradores)	Passageiros e turistas dos barcos que transitam o rio Guaporé			Bolivianos, passageiros e turistas dos barcos que transitam o rio Guaporé	Turistas regionais
Mercados acessados/ Pontos de venda	Local				Municípios de Cerejeiras, Vilhena, Cacoal e Colorado do Oeste

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

Essas atividades são complementares e realizadas por todas as famílias, exceto a produção de farinha e o turismo, executadas por apenas uma. Geralmente, a colheita de mandioca e laranja ocorre nos meses de outubro a dezembro; a banana, de outubro a março; e a temporada do turismo engloba junho a novembro.

Atualmente, a comunidade não possui meios de transporte para as atividades produtivas, apenas ferramentas e equipamentos. A única instalação física é a pousada para o Turismo e uma pista de pouso de avião, que está desativa (TABELA 10). Segundo o relatório do Incra (2016), entre todas as comunidades quilombolas de Rondônia, Laranjeiras é uma das mais isoladas geograficamente, e esse isolamento contribui para o precário acesso aos serviços básicos de saúde, educação, energia elétrica, abastecimento de água, meios de transporte e de comunicação. Devido a tal realidade, existe grande emigração dos remanescentes para a cidade de Pimenteiras do Oeste. Não há informações sobre a forma de organização comunitária no território.

TABELA 10 – Infraestrutura disponível para produção

Forma de Uso	Individual ou familiar	Coletivo
Meios de Transporte	-	-
Instalações Físicas	Pousada	-
Equipamentos, ferramentas e utensílios	Enxada, foice, machado, motosserra e pulverizador	Motor de energia

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

Território Quilombola Santo Antônio do Guaporé

O Território Quilombola Santo Antônio do Guaporé está localizado à margem do rio Guaporé, no município São Francisco do Guaporé. Não possui regularização fundiária pelo Incra (2016), e o processo tramita desde 2005⁸.

Atualmente, 14 famílias residem no território e desenvolvem 21 atividades da agricultura familiar e do extrativismo, conforme Tabela 11. Dessas atividades, dezenove são exclusivamente para a subsistência, com destaque para a pesca. Apenas a produção de farinha é fonte de renda e alimento essencial para a segurança alimentar na comunidade.

TABELA 11 – Atividades produtivas da sociobiodiversidade no Território Quilombola Santo Antônio do Guaporé

Finalidade	Classificação	Produtos do Extrativismo e/ou da Cultura	Produtos da Agricultura Familiar
Subsistência, exclusivamente	Frutos e sementes	-	Limão, Goiaba, Caju, Manga, Abacaxi, Laranja, Cupuaçu, Toranja, Melancia, Banana, Urucum
	Plantas e legumes	-	Maxixe, Feijão, Tomate, Milho, Cana, Quiabo, Abóbora, Hortaliças
	Seivas e óleos	-	-
	Caça e pesca	Peixes	-
Geração de renda, principalmente	Frutos e sementes	-	-
	Seivas e óleos	-	-
	Plantas e legumes	-	Farinha
	Culturais	-	-
Total de produtos		1	20

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

Para as famílias quilombolas, seis atividades são prioritárias para o fortalecimento: farinha, milho, cana (para produzir rapadura), banana, laranja e hortaliças. A produção de farinha envolve a participação de homens, mulheres, jovens, crianças e idosos e é única fonte de renda na comunidade com produtos da sociobiodiversidade. Na safra de 2015/2016, foram produzidos 12.000 kg, alcançada a renda bruta total de R\$ 50.000 e de R\$ 3.600 por família, conforme apresenta a Tabela 12. A farinha é produzida durante cinco meses ao ano e comercializada, princi-

⁸ N° do processo Incra: 54300.000746/2005-81 (INCRA, 2016).

palmente, para atravessadores e comerciantes de Pimenteiras do Oeste (TABELA 13). Não há dados sobre as demais atividades prioritárias.

TABELA 12 – Produção e renda das atividades produtivas priorizadas

Produtos	Número de Famílias Produtoras	Famílias Produtoras Safra 15/16	Quant. Produzida Safra 15/16	Preço Médio de Venda (R\$/ Unid.)	Renda Bruta Total na Safra (R\$)	Renda Bruta Média por Família (R\$)
Farinha	14	14	12.000kg	4,17kg	50.040,00	3.574,29
Milho	14	14	Sem registro	-	-	-
Cana	3	3	Sem registro	-	-	-
Banana	14	14	Sem registro	-	-	-
Laranja	14	14	Sem registro	-	-	-
Hortaliças	14	14	Sem registro	-	-	-
Total					50.040,00	3.574,29

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

TABELA 13 – Forma de apresentação, clientes e mercados acessados dos produtos comercializados

Produtos / Aspectos	Farinha
Forma	Saco de 60kg
Clientes (compradores)	Atravessadores e comerciantes Passageiros e turistas que transitam de barco no Rio Guaporé
Mercados acessados/ Pontos de venda	Local e de Pimenteiras do Oeste

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

Nesse território, a infraestrutura atualmente disponível para a produção são duas casas de farinha e motocicletas com pequena carroceria para uso coletivo, como apresentado na Tabela 14. A casa de farinha motorizada foi obtida por doação de um deputado, mas parte de sua estrutura está abandonada por falta de energia elétrica e capacitação para o uso. Em relação aos serviços básicos, a comunidade demanda melhorias em saúde, educação e geração de energia, que depende de motor gerador e combustível, estando disponível apenas para algumas famílias pequenas placas solares.

TABELA 14 – Infraestrutura disponível para produção

Forma de Uso	Individual ou familiar	Coletivo
Meios de Transporte	-	Motos com “carretinha”
Instalações Físicas	-	Casa de farinha com misturador motorizado e forno a lenha Casa de farinha na Baía do Boi
Equipamentos, ferramentas e utensílios	Placas de energia solar Facões/Terçados, Foice, Lima.	-

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

Atualmente, a comunidade não possui associação formalizada, mas existe um esforço para que seja fundada a fim de dar suporte para a comercialização da farinha. No entanto, faltam capacitações e atividades para fortalecer a cooperação entre as famílias.

Território Quilombola Pedras Negras

O Território Quilombola Pedras Negras está localizado no município de São Francisco do Guaporé, à margem direita do rio homônimo. Situa-se na Reserva Estadual Extrativista Pedras Negras⁹ e possui 124.409ha de área (ISA, 2016b). Não possui regularização fundiária pelo Incra (2016), e o processo tramita desde 2005¹⁰.

Atualmente, residem no território 20 famílias que realizam 26 atividades produtivas da agricultura familiar, extrativismo e culturais. Dessas atividades, vinte e uma são exclusivamente para subsistência e cinco, além de contribuir para a segurança alimentar, geram renda, conforme mostra a Tabela 15. A coleta de castanha é a principal geradora de renda, e a pesca é a atividade essencial para a segurança alimentar.

⁹ Decreto de criação nº 6.954, de 14 de julho de 1995 (RONDÔNIA, 1995).

¹⁰ Nº do processo Incra: 54300.000745/2005-36.

TABELA 15 – Atividades produtivas da sociobiodiversidade no Território Quilombola Pedras Negras

Finalidade	Classificação	Produtos do Extrativismo e/ou da Cultura	Produtos da Agricultura Familiar
Subsistência, exclusivamente	Frutos e sementes	Ínga, Bacupari, Totai, Cupuaçu, Artesanato	Caju, Cajá, Goiaba, Mamão, Cacau, Limão, Abacate, Milho, Café, Arroz, Feijão preto
	Plantas e legumes	-	Mandioca
	Caça e pesca	Peixes, Quelônios, Paca, Cateto	-
Geração de renda, principalmente	Frutos e sementes	Castanha, Manga e Toranja	Urucum
	Plantas e legumes	-	-
	Culturais	Turismo	-
Total		13	13

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

Os castanhais são encontrados em áreas dispersas no território; e os cultivos de urucum, mandioca, milho, arroz, café e feijão preto são feitos em roçados no entorno da comunidade (vilas/vilarejos). As árvores frutíferas, em especial de manga e toranja, são abundantes e se encontram próximas às localidades. A comunidade enfrenta diferentes conflitos de uso territorial, como o turismo e a pesca predatórios e as invasões em áreas de coleta de castanha, que ocorrem frequentemente em todas as safras.

As atividades escolhidas pela comunidade como prioritárias para o fortalecimento são: a coleta de castanha, a produção de urucum, o turismo e o beneficiamento de manga e toranja. Na última safra (2015/2016), três delas geraram uma renda estimada em R\$ 181.589,00, como demonstra a Tabela 16. A coleta de castanha é responsável por 80% da renda gerada com a comercialização de 52,5 toneladas, geralmente a atravessadores bolivianos e brasileiros na região Centro-sul de Rondônia. Para a comercialização dos demais produtos, são acessados os mercados local e regional, conforme a Tabela 17.

TABELA 16 – Produção e renda das atividades produtivas priorizadas

Produtos	Número de Famílias Produtoras	Famílias Produtoras Safra 15/16	Quant. Produzida Safra 15/16	Preço Médio de Venda (R\$/ Unid.)	Renda Bruta Total na Safra (R\$)	Renda Bruta Média por Família (R\$)
Castanha	30	19	52.500kg	3,33	175.000,00	9.210,53
Turismo	3	3	100 diárias	35,00	3.500,00	1.166,67
Urucum	6	3	510kg	6,40	3.264,00	1.088,00
Manga	20	20	Sem registro	-	-	-
Toranja	20	20	Sem registro	-	-	-
Total					181.764,00	-

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

TABELA 17 – Forma de apresentação, clientes e mercados acessados dos produtos comercializados

Produtos / Aspectos	Castanha	Urucum	Turismo
Tipo de produto	Saca de 75kg	Quilos	Diária
Clientes (compradores)	Atravessadores	Comerciantes	Turistas regionais
Mercados acessados/ Pontos de venda	Bolívia (Riberalta) e Brasil (Regional)	Seringueira, São Francisco do Guaporé	Cacoal, Pimenta Bueno e Vale do Guaporé

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

As atividades são realizadas ao longo de todo o ano, por todos os integrantes das famílias, exceto a coleta da castanha, que envolve somente os adultos. Geralmente, a coleta da castanha ocorre entre os meses de fevereiro e abril. No período chuvoso, normalmente entre outubro e novembro, são feitos os plantios da mandioca e urucum; e as colheitas são realizadas conforme necessidade e variam com a plantação. A alta temporada do turismo engloba os meses de julho a novembro, promovida pelo período de pesca. O acesso dos turistas ao território é por meio de barcos (8 horas de viagem) ou de avião fretado (1,5 hora), a partir de Costa Marques. A localidade integra o projeto de Ecoturismo Comunitário na Resex do Vale do Guaporé.

A Comunidade Quilombola Pedras Negras utiliza, para o escoamento da produção, motos e tratores próprios e, principalmente, o barco da ação solidária disponibilizado pelo governo local. Para o turismo, há disponíveis três pousadas; e, para as demais atividades produtivas, ferramentas de uso básico, como apresenta a Tabela 18.

TABELA 18 – Infraestrutura disponível para produção

Forma de Uso	Individual ou familiar	Coletivo
Meios de Transporte	Motos	2 Tratores 1 Barco do Governo
Instalações Físicas	3 pousadas	-
Equipamentos, ferramentas e utensílios	Enxadas, Boca de lobo, Facão, Trilhadeira	-

FONTES: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

A comunidade constituiu a Associação Quilombola de Pedras Negras (AQPENEG), que desenvolve ações para o fortalecimento das cadeias produtivas da sociobiodiversidade. Exemplos são a busca de recursos para investimentos e o acesso a dados e orientações técnicas com a Emater, que disponibilizou informações técnicas e sementes para o cultivo de urucum às famílias produtoras locais. A associação está regularizada juridicamente e não possui pendências financeiras.

Terra Indígena Roosevelt

A Terra Indígena Roosevelt se estende por uma área de 230.826 hectares (KANINDÉ, 2016), que perpassa os municípios de Espigão do Oeste (RO), Pimenta Bueno (RO) e Rondolândia (MT). Possui 14 aldeias e é habitada pelos povos Cinta Larga e Apurinã. Nessa TI, o povo Cinta Larga possui aproximadamente 750 pessoas (MDS, 2011); e o povo Apurinã, 150 pessoas.

Povo Cinta Larga

Atualmente, na aldeia Roosevelt¹¹, residem 27 famílias do povo Cinta Larga que desenvolvem 32 atividades produtivas extrativistas e da agricultura familiar. Entre elas, trinta são exclusivamente para subsistência e duas são fontes de renda, a coleta de castanha e o artesanato, como apresentado na Tabela 19. A coleta da castanha é a principal atividade de geração de renda, e o cultivo de mandioca para a subsistência.

¹¹ O diagnóstico representa a apenas essa aldeia. Na TI, o povo Cinta Larga possui 13 aldeias.

TABELA 19 – Atividades produtivas da sociobiodiversidade na Terra Indígena Roosevelt – povo Cinta Larga

Finalidade	Classificação	Produtos do Extrativismo e/ou da Cultura	Produtos da Agricultura Familiar
Subsistência, exclusivamente	Frutos e sementes	Açaí, Patoá, Tucumã, Inga, Jatobá, Pamã, Cacau do Mato, Caju do Mato	Banana, Mamão, Abacaxi, Café, Melancia, Melancia do Índio, Goiaba, Manga
	Plantas e legumes	Palmitos	Cará, Abóbora, Batata doce, Inhame, Feijão, Cana, Mandioca
	Seivas e óleos	Látex, Mel	Amendoim cavalo, Milho
	Caça e pesca	Mamíferos, Peixes	-
Geração de renda, principalmente	Frutos e sementes	Castanha, artesanato	-
	Plantas e legumes	-	-
Total		15	17

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

A coleta de castanha é feita em diferentes partes da TI, concentrada na porção central, e os indígenas utilizam o rio Roosevelt e carreadores antigos para o transporte. O cultivo de mandioca, cará, amendoim cavalo e outros produtos é feito em roçados ao entorno da aldeia. No território, os principais conflitos existentes ao uso de recursos estão relacionados à invasão de garimpeiros.

Os produtos da sociobiodiversidade selecionados pelos indígenas como prioritários para o fortalecimento são: castanha, artesanato, mandioca, banana, cará e peixe. Na safra de 2015/2016, a comercialização da castanha-do-brasil de renda bruta foi de R\$ 32.530,00, ao total, e de R\$ 1.205,00 para cada família envolvida, como apresenta a Tabela 20. A castanha é comercializada no mercado local para atravessadores, conforme Tabela 21.

TABELA 20 – Produção e renda gerada com as atividades produtivas priorizadas

Produtos	Número de Famílias Produtoras	Famílias Produtoras Safra 15/16	Quant. Produzida Safra 15/16	Preço Médio de Venda (R\$/ Unid.)	Renda Bruta Total na Safra (R\$)	Renda Bruta Média por Família (R\$)
Castanha	27	27	8.792kg	3,70	32.530,40	1.204,82
Mandioca	12	12	Sem Registro	0,42	-	-
Banana	05	05	Sem registro	-	28.350,00	9.450,00
Cará	27	27	Sem registro	-	-	-
Culturais	Colar	27	Sem registro	25,00	-	-
	Anel	27	Sem registro	3,00	-	-
	Pulseira	27	Sem registro	15,00	-	-
Total					32.530,40	1.204,82

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

TABELA 21 – Forma de apresentação, clientes e mercados acessados dos produtos comercializados

Produtos / Aspectos	Castanha	Artesanato	Mandioca
Tipo de produto	Com casca em saca de 60kg	Colar, Anel e Pulseira	Saca de 60kg
Clientes (compradores)	Atravessadores	Visitantes e população local	Parentes
Mercados acessados/ Pontos de venda	Cacoal	Local (Cacoal e Riozinho) Regionais (Eventos em Rondônia e em Brasília)	Local (na própria TI)

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

A coleta de castanha ocorre entre os meses de dezembro e março; e a mandioca é plantada em setembro, seguida por dois períodos de colheita: dezembro e março. Os artesanatos são confeccionados durante todo o ano, geralmente, por meio de encomendas. A banana é plantada em junho e a colheita ocorre em dezembro; o cará é plantado em setembro e, nos meses de março e abril, ocorre a colheita.

Na aldeia Roosevelt, a infraestrutura atualmente disponível para o transporte de produtos são motos pertencentes às famílias, barcos de uso coletivo e um ônibus de linha comercial. Para a seleção e a secagem das castanhas, há um secador de uso coletivo, construído em 2011. Também possui equipamentos e ferramentas de uso individual, como apresenta a Tabela 22.

TABELA 22 – Infraestrutura disponível para produção

Forma de Uso	Individual ou familiar	Coletivo
Meios de Transporte	Motos	Barcos próprios Ônibus de linha comercial
Instalações Físicas	-	Secador de castanha com capacidade para 15 toneladas
Equipamentos, ferramentas e utensílios	Motosserras Facões/terçados, foice, enxadadas, sacos, machado, lona plástica, lima, etc.	-

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

A Coordenação das Organizações Indígenas do Povo Cinta Larga (PATJAMAAJ) é uma associação sem fins lucrativos, fundada em 2007, que tem como objetivo defender os direitos coletivos do povo Cinta Larga. A Patjamaaj conta com a parceria de ONGs como Kanindé, Ecam e Idesam, que colaboram com a elaboração de projetos para o povo, inclusive voltados ao fortalecimento de cadeias produtivas da sociobiodiversidade.

“[...] a gente não faz nada sozinho.”
Celso Cinta Larga

Povo Apurinã

Na aldeia Mauanati, residem 5 famílias do Povo Apurinã que desenvolvem 8 atividades produtivas da agricultura familiar. Muitas famílias do povo Apurinã vivem no Riozinho, distrito de Cacoal, RO. Dessas atividades, quatro são exclusivamente para subsistência e quatro também geram renda, como apresenta a Tabela 23. A produção de farinha é atividade principal tanto para a subsistência como para a geração de renda.

TABELA 23 – Atividades produtivas da sociobiodiversidade na Terra Indígena Roosevelt – povo Apurinã

Finalidade	Classificação	Produtos do Extrativismo e/ou da Cultura	Produtos da Agricultura Familiar
Subsistência, exclusivamente	Frutos e sementes	-	Coco, Laranja, Limão
	Plantas e legumes	-	Amendoim
	Caça e pesca	-	-
Geração de renda, principalmente	Frutos e sementes	-	Banana, Melancia e Abacaxi
	Plantas e legumes	-	Farinha
Total		-	8

FONTES: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

Os cultivos de mandioca, banana, melancia, abacaxi e amendoim são feitos em roças no entorno da comunidade. No território, os principais conflitos existentes no tocante ao uso de recursos estão relacionados à invasão de garimpeiros.

Os produtos selecionados como prioritários para o fortalecimento são: farinha, banana, melancia, abacaxi e pupunha. Na última safra, a renda bruta gerada pelas atividades realizadas foi de R\$ 32.750, ao total para a comunidade, proporcionando uma renda média por família produtora de R\$ 1.500 a R\$ 4.500, na safra, conforme apresentado na Tabela 24. Os produtos são vendidos entre as famílias indígenas (parentes) e também para comerciantes revendedores em Espigão D'Oeste, como mostra a Tabela 25.

TABELA 24 – Produção e renda gerada com as atividades produtivas prioritizadas

Produtos	Número de Famílias Produtoras	Famílias Produtoras Safra 15/16	Quant. Produzida Safra 15/16	Preço Médio de Venda (R\$/ Unid.)	Renda Bruta Total na Safra (R\$)	Renda Bruta Média por Família (R\$)
Farinha	5	4	2.500kg	5,60	14.000,00	3.500,00
Banana	5	4	3.000kg	2,00	6.000,00	1.500,00
Melancia	2	2	1.000kg	3,75	3.750,00	1.875,00
Abacaxi	2	0	-	-	-	-
Total					23.750,00	-

FONTES: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

TABELA 25 – Forma de apresentação, clientes e mercados acessados dos produtos comercializados

Produtos / Aspectos	Farinha	Banana	Melancia
Tipo de produto	Saca de 60kg	Caixa de 26kg	Unidade
Clientes (compradores)	Parentes e Comerciantes		
Mercados acessados/ Pontos de venda	Local (na própria TI) e em Espigão D'Oeste		

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

As atividades são realizadas ao longo de todo o ano e, normalmente, somente pelos adultos. Em geral, os plantios ocorrem no período das chuvas, outubro a fevereiro, podendo variar pelo clima. O cultivo da mandioca se concentra entre os meses de janeiro e maio, já a produção de farinha ocorre ao longo de todo ano, sendo uma atividade que varia de acordo com o consumo familiar e a demanda de mercado.

“A gente tem que plantar uma coisa que tem mercado.”
Antônio Gonçalves da Silva

Na aldeia Mauanati, a infraestrutura atualmente disponível para as atividades produtivas priorizadas são carros e motos de uso familiar e uma casa de farinha de uso coletivo, além de ferramentas básicas para cultivo, apresentados na Tabela 26.

TABELA 26 – Infraestrutura disponível para produção

Forma de Uso	Individual ou familiar	Coletivo
Meios de Transporte	Carro e Moto	-
Instalações Físicas	-	Casa de farinha com 2 fornos
Equipamentos, ferramentas e utensílios	Facões/terçado, foice, enxadas, saco, machado, roçadeira, etc.	-

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

O Povo Apurinã constituiu, em 13 de maio de 1997, a Associação Nunerinane do Povo Apurinã de Rondônia (ANPIAR). Ela tem sede própria localizada no distrito Riozinho, do município de Cacoal. Atualmente, conta com aproximadamente 150 associados e tem como objetivos: defender e promover os direitos dos povos indígenas e também valorizar a cultura, buscando alternativas de sustentabilidade.

Terra Indígena Sete de Setembro (Povo Paiter Suruí)

A Terra Indígena Sete de Setembro está localizada no sudeste de Rondônia e noroeste de Mato Grosso, entre os municípios de Cacoal (RO) e Rondolândia (MT). Ela possui 248.147 hectares e residem lá cerca de 1.200 pessoas, distribuídas por 27 aldeias (KANINDÉ, 2008).

Em duas de suas aldeias, a Iratana e Mauíra, as 9 famílias residentes realizam 23 atividades produtivas, extrativistas e agrícolas, apresentadas na Tabela 27. A coleta de castanha é a principal atividade de geração de renda.

TABELA 27 – Atividades produtivas da sociobiodiversidade na Terra Indígena Sete de Setembro

Finalidade	Classificação	Produtos do Extrativismo e/ou da Cultura	Produtos da Agricultura Familiar
Subsistência, exclusivamente	Frutos e sementes	Cacau nativo, Pupunha, Patuá	Caju, Mamão, Laranja, Cupuaçu
	Plantas e legumes	Plantas medicinais	Batata, Cará, Milho
	Seivas e óleos	Copaíba, Látex	-
	Caça e pesca	Peixes	-
Geração de renda, principalmente	Frutos e sementes	Babaçu, Tucumã, Bejauba, Artesanato, Castanha	Banana, Feijão, Café
	Seivas e óleos	Mel	-
	Plantas e legumes	-	-
Total		13	13

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

As áreas de coleta dos produtos extrativistas se localizam no interior da TI em áreas de floresta, e as roças são próximas às aldeias. Ocorrem invasões de madeireiros e garimpeiros, que geram conflitos no território no uso de recursos e quanto ao acesso as áreas de extrativismo.

As atividades escolhidas pela comunidade como prioritárias para serem fortalecidas são: coleta de castanha, babaçu e plantas medicinais; produção de artesanato e cultivo de cará. A coleta de castanha e o beneficiamento de babaçu em óleo, farinha e carvão geraram a renda bruta de R\$ 106.036,00 ao total, na safra de 2015/2016, sendo a castanha responsável por 77,5% da renda. Cada atividade proporciona de R\$ 1.440,00 a R\$ 3.427,00 por família no período da safra, como apresentado na Tabela 28. A venda da castanha é feita a atravessadores de Cacoal e Ji-paraná, e os produtos com babaçu são vendidos a visitantes na TI e a comerciantes locais de produtos naturais, conforme a Tabela 29. O beneficiamento de babaçu é uma atividade recente do Povo Suruí, iniciada nessa safra.

TABELA 28 – Produção e renda gerada com as atividades produtivas priorizadas

Produtos	Número de Famílias Produtoras	Famílias Produtoras Safra 15/16	Quant. Produzida Safra 15/16	Preço Médio de Venda (R\$/ Unid.)	Renda Bruta Total na Safra (R\$)	Renda Bruta Média por Família (R\$)	
Castanha	24	24	23.500kg	3,50	82.250,00	3.427,08	
Babaçu	Farinha	19	1.120kg	10,00	11.200,00	3.733,33	
	Óleo	19	50 litros	167,00	8.266,50	2.755,50	
	Carvão	19	2.160kg	2,00	4.320,00	1.440,00	
Artesanato	Pulseira	23	04	Sem registro	15,00	-	-
	Anel	23	04	Sem registro	5,00	-	-
	Colar	23	04	Sem registro	15,00	-	-
	Cará	24	24	5.630kg	-	-	-
Plantas medicinais	24	24	Sem registro	-	-	-	
Total					106.036,50	-	

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

TABELA 29 – Forma de apresentação, clientes e mercados acessados dos produtos comercializados

Produtos / Aspectos	Castanha	Babaçu	Artesanato
Tipo de produto	Com casca	Óleo, farinha e carvão	Pulseira, anel e colar
Clientes (compradores)	Atravessadores	Visitantes nas aldeias, Loja de produtos naturais	Visitantes nas aldeias, Eventos que indígenas participam fora da aldeia
Mercados acessados/ Pontos de venda	Cacoal e Ji-Paraná	Cacoal	Cacoal

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

A coleta e o beneficiamento do babaçu ocorrem entre agosto e janeiro, e a coleta de castanha é realizada de novembro a fevereiro. O plantio de cará acontece em outubro e sua colheita é feita no ano seguinte, entre junho e agosto. A confecção de artesanatos e a coleta de plantas medicinais são realizadas ao longo de todo o ano, conforme encomendas e necessidades.

Nas aldeias, há disponíveis cavalos e barco a motor para o transporte interno dos produtos e motos para escoamento aos locais de venda. Há um galpão para armazenamento de produtos e equipamentos de uso individual e coletivo, como apresenta a Tabela 30.

TABELA 30 – Infraestrutura disponível para produção

Forma de Uso	Individual ou familiar	Coletivo
Meios de Transporte	Motos, cavalos	Barco com motor
Instalações Físicas	-	Moedor, moinho elétrico, galpão/sede da associação
Equipamentos, ferramentas e utensílios	Sacaria, facão, lima, foice, enxada, machado, peneira, tacho, marreta, coador	Furadeira (artesanato)

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

Os indígenas das aldeias Iratana e Mauíra organizam-se por meio da Associação Soenama do Povo Indígena Paiter Suruí, e sua sede é na aldeia Iratana (linha 10, Cacoal, RO). A entidade, atualmente, está regularizada juridicamente e não possui pendências financeiras. A Soenama elaborou o projeto chamado “Toroya – a energia da floresta do Povo Paiter”, voltado ao desenvolvimento do babaçu e de outros produtos da sociobiodiversidade. O Imafloira e a Kanindé são um parceiros da associação.

Terra Indígena Igarapé Lourdes

A Terra Indígena Igarapé Lourdes está localizada no município de Ji-Paraná (RO) e possui uma área de 185.533,57 hectares. Nela, habitam dois povos indígenas, os Arara, que se identificam como Karo Rap, e os Gavião, autodenominados Ikolen. O povo Arara, atualmente, organiza-se em três aldeias, Paygap (Buritizal), Iterap (Nosso Lugar) e Cinco Irmãos, e abrangem 80 famílias. O Povo Gavião está em 16 aldeias e possui cerca de 735 pessoas (KANINDÉ, 2012).

Povo Karo Rap Arara

Em duas das três aldeias, Paygap e Iterap, 71 famílias realizam 47 atividades produtivas extrativistas e agrícolas para subsistência e reprodução cultural, entre as quais, sete também geram renda, conforme a Tabela 31. O cultivo de mandioca e a produção de farinha são as principais atividades de subsistência, e a coleta de castanha é a principal para a geração de renda.

TABELA 31 – Atividades produtivas da sociobiodiversidade na Terra Indígena Igarapé Lourdes (Povo Arara)

Finalidade	Classificação	Produtos do Extrativismo e/ou da Cultura	Produtos da Agricultura Familiar
Subsistência, exclusivamente	Frutos e sementes	Babaçu, Pupunha, Cupuaçu, Cacau, Abiu, Araça-boi, Bacuri, Patuá, Pamã, Biribá	Açaí, Milho, Goiaba, Café, Acerola, Maracujá, Mamão, Caju, Cajá, Urucum, Laranja, Graviola, Abacaxi, Pequi, Melancia, Abóbora, Coco
	Plantas e legumes	-	Batata, Cará
	Seivas e óleos	Freijó, Garapa, Ipê, Cerejeira, Cedro, Jatoba, Mogno, Jenipapo, Breu	-
	Caça e pesca	Jacaré (festa tradicional), Peixes	-
Geração de renda, principalmente	Frutos e sementes	Castanha, Artesanato	Banana
	Seivas e óleos	Látex, Copaíba	-
	Plantas e legumes	-	Mandioca, Farinha
Total de produtos		25	25

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

As áreas de coleta dos produtos extrativos se localizam em diversos pontos da TI. As roças para o desenvolvimento de produtos da agricultura familiar situam-se no entorno das aldeias. Não informações sobre conflitos no uso dos recursos.

As atividades prioritárias para o fortalecimento são a coleta de castanha, o cultivo de mandioca e banana, a produção de farinha e a confecção de artesanatos. Os produtos comercializados, exceto os artesanatos, geraram a renda bruta total de R\$ 59.025,00 e proporcionam a renda média de R\$ 333,00 a R\$ 1.517,00 por família no período, conforme a Tabela 32. Os produtos são comercializados, normalmente, em Ji-paraná, a comerciantes e atravessadores locais, como apresentado pela Tabela 33.

TABELA 32 – Produção e renda gerada com as atividades produtivas prioritizadas

Produtos	Número de Famílias Produtoras	Famílias Produtoras Safra 15/16	Quant. Produzida Safra 15/16	Preço Médio de Venda (R\$/ Unid.)	Renda Bruta Total na Safra (R\$)	Renda Bruta Média por Família (R\$)
Castanha	40	31	17.100kg	2,75	47.025,00	1.516,93
Farinha	59	19	3.000kg	2,50	7.500,00	394,73
Mandioca	65	6	10.000kg	0,25	2.500,00	416,66
Banana	60	6	1.000kg	2,00	2.000,00	333,33
Artesanato	Pulseira	71	Sem registro	15,00	-	-
	Brinco	71	Sem registro	12,00	-	-
	Anel	71	Sem registro	2,00	-	-
Total					59.025,00	-

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

TABELA 33 – Forma de apresentação, clientes e mercados acessados dos produtos comercializados

Produtos / Aspectos	Banana	Mandioca	Farinha	Castanha	Artesanato
Tipo de produto	Cacho por kg	Com casca, por kg	Torrada, por kg	Com casca, por kg	Pulseira, brinco e anel
Clientes (compradores)	Pequenos comerciantes	Mercearias e Restaurantes	Comerciantes	Empresa beneficiadora (Inovam) e atravessador	Parentes
Mercados acessados/ Pontos de venda	Ji-Paraná	Ji-Paraná	Ji-Paraná	Ji-Paraná, Cuiabá e São Paulo	Aldeias

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

O plantio e colheita da banana ocorrem de novembro a julho. O plantio da mandioca é feito nos meses de setembro e outubro, enquanto a colheita e a fabricação de farinha são realizadas em junho e julho. A coleta de castanha acontece nos meses de novembro a janeiro. O artesanato é produzido, frequentemente, entre fevereiro e outubro, quando não há coleta de castanha. Normalmente, em todas as atividades, há participação de homens e mulheres, adultos, idosos, jovens e crianças.

Nas aldeias, há barcos, motos, caminhonete e caminhão para transporte de produtos e instalações para beneficiamento e armazenamento de castanha e farinha, além de ferramentas básicas, como apresenta a Tabela 34.

TABELA 34 – Infraestrutura disponível para produção

Forma de Uso	Individual ou familiar	Coletivo
Meios de Transporte	Barco, Motos	Caminhonete e caminhão
Instalações Físicas	Casa de Farinha	Galpão e mesa de secagem de castanha
Equipamentos, ferramentas e utensílios	Lima, lixa, furador, facão, enxada	-

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

A Associação Karo Paygap foi fundada em junho de 2006. Ela está regularizada juridicamente e não possui pendências financeiras. Seus parceiros são Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé, Pacto das Águas, Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e Funai. Em parceria com a Kanindé, por meio do projeto Amazônia Indígena Sustentável, recentemente aprovado pelo Fundo Amazônia, a entidade desenvolve ações de implementação do plano de gestão para o fortalecimento das cadeias produtivas da castanha e da farinha.

Povo Ikolen Gavião

O povo Ikolen Gavião, atualmente, está dividido em 16 aldeias, e este diagnóstico refere-se a 11 delas, que são: Bananal, Cacoal, Castanheira, Final da Área, Igarapé Lourdes, Ikolen 1, Ikolen 2, José Antônio, Nova Esperança, Tucumã e Zapé Adjühr.

Juntas, as onze aldeias somam 123 famílias Gavião e realizam 12 atividades produtivas extrativistas e agrícolas, entre as quais, seis geram renda, conforme a Tabela 35. A coleta de castanha-do-brasil é a principal atividade de renda, e as produções de mandioca, farinha e banana são as principais para a subsistência.

As áreas de coleta dos produtos extrativistas se localizam em espaços dispersos na TI, sendo os castanhais grandes extensões, sobretudo no interior do território, que são de difícil de acesso. As atividades da agricultura familiar ocorrem no entorno das aldeias. Não informações sobre conflitos no uso dos recursos.

As atividades prioritárias para o desenvolvimento são coleta de castanha, produção de farinha, cultivo de banana e feijão e extração de óleo de copaíba. Entre os produtos comercializados na última safra (2015/2016), a castanha, a farinha e o feijão geraram uma renda bruta total de R\$ 212.980,00, proporcionando uma renda bruta média de R\$ 24,00 a R\$ 2.000,00 por família no período, como apresentado na Tabela 36. Somente a coleta de castanha corresponde a 98% da renda bruta, comercializada em Ji-paraná. Os demais produtos são comercializados internamente entre famílias indígenas e visitantes, conforme a Tabela 37.

TABELA 35 – Atividades produtivas da sociobiodiversidade na Terra Indígena Igarapé Lourdes – povo Ikolen Gavião

Finalidade	Classificação	Produtos do Extrativismo e/ou da Cultura	Produtos da Agricultura Familiar
Subsistência, exclusivamente	Frutos e sementes	Cacau nativo	Laranja, Pokan, Cupuaçu
	Plantas e legumes	-	-
	Seivas e óleos	Látex	-
	Caça e pesca	Peixes	-
Geração de renda, principalmente	Frutos e sementes	Castanha	Banana, Café e Feijão
	Seivas e óleos	Copaíba	-
	Plantas e legumes	-	Farinha
Total de produtos		5	7

FORNTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

TABELA 36 – Produção e renda das atividades produtivas priorizadas

Produtos	Número de Famílias Produtoras	Famílias Produtoras Safra 15/16	Quant. Produzida Safra 15/16	Preço Médio de Venda (R\$/ Unid.)	Renda Bruta Total na Safra (R\$)	Renda Bruta Média por Família (R\$)
Castanha	123	123	69.420kg	3,00	208.260,00	1.693,17
Feijão	02	02	500kg	8,00	4.000,00	2.000,00
Farinha	30	30	120kg	6,00	720,00	24,00
Banana	53	53	Sem registro	-	-	-
Copaíba	02	02	Sem registro	-	-	-
Total					212.980,00	-

FORNTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

TABELA 37 – Forma de apresentação, clientes e mercados acessados dos produtos comercializados

Produtos / Aspectos	Castanha	Farinha	Feijão
Tipo de produto	Com casca (kg)	Torrada por kg	Por kg
Clientes (compradores)	Inovam e Atravessadores	Visitantes nas aldeias	Parentes
Mercados acessados/ Pontos de venda	Jí-Paraná (Distribuído em RJ e SP)	Local (interno)	Local (interno)

FORNTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

“Só castanha é 95% de pessoas que sabem [coletar]. Farinha e banana é pontual [que sabem cultivar]”

Josias Gavião, indígena da aldeia Ikolen

A coleta de castanha é feita entre novembro e janeiro. O plantio de banana ocorre junto ao da mandioca, nos meses de outubro e novembro. O feijão é plantado em março e abril, e a colheita em junho e julho. A colheita de mandioca e feijão acontece nos meses de junho e julho. A colheita de banana e a extração do óleo de copaíba são realizadas ao longo de todo o ano. De maneira geral, toda a família se envolve no processo produtivo dessas atividades. No caso do óleo de copaíba, considerando a divisão do trabalho, o homem realiza a extração do óleo e a mulher a tarefa de coar e armazenar.

Nas aldeias, a infraestrutura atualmente disponível para transporte inclui barco, canoas, motos, animais e caminhonete, contando com benfeitorias como: galpão e mesa de secagem de castanha, além de ferramentas básicas apresentadas na Tabela 38.

TABELA 38 – Infraestrutura disponível para produção

Forma de Uso	Individual ou familiar	Coletivo
Meios de Transporte	Barco, canoas com motor rabeta e motocicletas, animais	Caminhonete (único veículo para uso dos Arara e Gavião)
Instalações Físicas	-	Galpão e mesa de secagem de castanha (únicos para uso dos Arara e Gavião)
	Motosserras	
Equipamentos, ferramentas e utensílios	Motores gerador de energia Facões/terçados, foice, enxadas, copos e bicos, facas, prensa, trado, marreta, morsa, sacaria, lima e etc.	Trilhadeira de arroz

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

As atividades produtivas também contam com o apoio da Associação Indígena Zavidjaj Djiguhr (Assiza), que foi fundada em maio de 2011 e, hoje, possui cerca de 500 associados. Atualmente, está regularizada juridicamente e não possui pendências financeiras. Desenvolve parceria com instituições como Funai, Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé e Pacto das Águas. A Assiza apoia o processo de venda coletiva da castanha, que, sob a assessoria da Organização Pacto das Águas, é beneficiado pelo programa PAA, operacionalizado pela Conab, para acesso a capital de giro (modalidade formação de estoque). Em parceria com a Kanindé, por meio do projeto Amazônia Indígena Sustentável, recentemente aprovado pelo Fundo Amazônia, promove ações de implementação do plano de gestão para o fortalecimento das cadeias produtivas da castanha e da farinha.

Terra Indígena Rio Branco

A Terra Indígena Rio Branco está localizada entre os municípios de Alta Floresta d'Oeste, São Francisco do Guaporé e São Miguel do Guaporé. Possui 236.137ha e abriga 9 povos indígenas, organizados em 35 aldeias (FUNAI, 2016).

Em 20¹² das 35 aldeias, 109 famílias realizam 54 atividades produtivas extrativistas e da agricultura familiar, apresentadas na Tabela 39. Entre elas, 43 atividades são exclusivamente para subsistência e 11 dessas também geram renda. A coleta de castanha é a principal atividade de renda, e a mandioca para a segurança alimentar.

TABELA 39 – Atividades produtivas da sociobiodiversidade na Terra Indígena Rio Branco

Finalidade	Classificação	Produtos do Extrativismo e/ou da Cultura	Produtos da Agricultura Familiar
Subsistência, exclusivamente	Frutos e sementes	Açaí, Cacau, Pupunha, Jenipapo, Tucumã	Pokan, Jambo, Tamarindo, Melancia, Laranja, Goiaba, Manga, Ingá, Graviola, Amora, Jamelão, Jaca, Limão, Jabuticaba, Caju, Angica, Patoa, Pamã, Biriba, Cupuaçu, Cajá, Jatobá, Abacate, Tangerina, Coco, Sorva, Cana
	Plantas e legumes	Plantas medicinais	Cará, Batata, Abóbora, Quiabo, Pepino, Cebolinha, Cheiro verde, Repolho, Pimenta, Fava
	Seivas e óleos	-	-
	Caça e pesca	-	-
Geração de renda, principalmente	Frutos e sementes	Castanha	Abacaxi, Banana, Café
	Seivas e óleos	Copaíba, Mel	-
	Plantas e legumes	-	Farinha, Milho, Feijão, Amendoim, Arroz
Total		9	45

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

As áreas de coleta do extrativismo são dispersas no território, e as roças se localizam em volta das aldeias. Os conflitos existentes estão relacionados às invasões de fazendeiros e extrativistas do entorno para uso de áreas e recursos do território.

¹² Barraco Alto, Trindade, Serrinha, Terra Nova, Nova Esperança, Castanheira, Morada Nova, Boa Esperança I, Boa Esperança II, Colorado, Castinho, Morro Pelado, São Luiz, Bom Jesus, Bom Jesus II, Samba, Pé de Serra, Moam, Cajuí, Barreira da Arara.

As atividades produtivas prioritárias para o fortalecimento são: coleta de castanha, produção de farinha, artesanato, banana e amendoim. Na última safra, essas atividades, exceto o artesanato, geraram uma renda bruta de R\$ 834.433,33 ao total na comunidade e proporcionaram a renda bruta média de R\$ 163,27 a R\$ 9.062,50 por família no período, como apresentado na Tabela 40. A coleta da castanha contribui com 87% da renda e é comercializada a atravessadores nos municípios de Ji-Paraná e Alta Floresta d'Oeste. Neste último, os demais produtos também são comercializados. A Tabela 37 evidencia essas relações como também mostra a Tabela 41.

TABELA 40 – Produção e renda gerada com as atividades produtivas priorizadas

Produtos	Número de Famílias Produtoras	Famílias Produtoras Safra 15/16	Quant. Produzida Safra 15/16	Preço Médio de Venda (R\$/ Unid.)	Renda Bruta Total na Safra (R\$)	Renda Bruta Média por Família (R\$)
Castanha	88	80	145.000kg	5,00	725.000,00	9.062,50
Banana	103	61	32.000kg	1,67	53.440,00	876,27
Farinha	81	70	11.544kg	4,17	48.138,48	687,69
Amendoim	52	49	4.000kg	2,00	8.000,00	163,27
Artesanato	Anel	23	Sem registro	5,00	-	-
	Colar	23	Sem registro	35,00	-	-
	Pulseira	23	Sem registro	50,00	-	-
Total					834.433,33	-

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

TABELA 41 – Forma de apresentação, clientes e mercados acessados dos produtos comercializados

Produtos / Aspectos	Farinha	Artesanato	Banana	Amendoim	Castanha
Tipo de produto	Em lata de 12kg	Anel, cordão e pulseira	Cacho com média de 12kg	Com casca em saco de 10kg	Sem casca por kg
Clientes (compradores)	Parentes e Comerciantes	Parentes e população local	Parentes e Comerciantes	Comerciantes	Atravessadores
Mercados acessados/ Pontos de venda	Local (na aldeia) e de Alta Floresta d'Oeste	Local (na aldeia) e de Alta Floresta d'Oeste	Local (na aldeia) e de Alta Floresta d'Oeste	Alta Floresta d'Oeste	Ji-Paraná e Alta Floresta d'Oeste

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

Geralmente, o plantio da mandioca é feito entre outubro e abril, e a colheita, em novembro; a banana é plantada entre outubro e dezembro e colhida a partir de outubro; o amendoim é cultivado em novembro e sua colheita é em abril. Já o artesanato é produzido de março a novembro, sendo uma atividade preparatória para o período de coleta da castanha, que se inicia em novembro e, normalmente, finaliza-se em março, dependendo da quantidade disponível no castanhal.

Na Terra Indígena Rio Branco, a infraestrutura de transporte interno e externo disponível abrange barcos, motos, carros, caminhão e trator. Há casas de farinha, um galpão em construção e mesas de secagem, além de ferramentas básicas individuais, como apresentado na Tabela 42. O caminhão e o trator foram obtidos por doação com recursos de emendas parlamentares e compensação ambiental.

TABELA 42 – Infraestrutura disponível para produção

Forma de Uso	Individual ou familiar	Coletivo
Meios de Transporte	Barcos, motos, carros	Caminhão, trator, barco com motor e carro
Instalações Físicas	Casas de farinha	Galpão de armazenamento de castanha (em construção), mesas de secagem
Equipamentos, ferramentas e utensílios	Motosserras, facões/terçados, foice, lima, alicate etc.	-

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

As atividades produtivas contam com o apoio da Associação Indígena Doá Txatô, fundada em 1998. Atualmente, possui 90 associados e sede em Alta Floresta d'Oeste. Está regularizada juridicamente e não possui pendências financeiras. A entidade apoia o processo de venda coletiva da castanha, que, com a assessoria da Organização Pacto das Águas, é beneficiada pelo programa PAA, operacionalizado pela Conab, para acesso a capital de giro (modalidade formação de estoque).

Reserva Extrativista do Cautário

A Reserva Extrativista do Rio Cautário, localizada nos municípios de Costa Marques e Guajará-mirim, integra um mosaico de áreas protegidas, composto por 10 UCs e 6 TIs. A Resex possui 220.218ha, considerando as áreas de gestão federal e estadual (ISA, 2016).

Atualmente, as 76 famílias residentes desenvolvem 29 atividades produtivas extrativistas e da agricultura familiar, apresentadas na Tabela 43. Entre elas, vinte atividades são exclusivamente para subsistência e nove também geram renda. A coleta de castanha-do-brasil é a principal atividade geradora de renda, e a pesca e produção de farinha são para a subsistência das famílias.

TABELA 43 – Atividades produtivas da sociobiodiversidade na Resex do Rio Cautário

Finalidade	Classificação	Produtos do Extrativismo e/ou da Cultura	Produtos da Agricultura Familiar
Subsistência, exclusivamente	Frutos e sementes	Açaí, Buriti, Cacau, Camu-camu, Patoá, Tucumã	Limão, Laranja, Banana, Lima, Mamão, Abacaxi, Café
	Plantas e legumes	Cipós (timbó, titica e ambé), Plantas medicinais	Cará, Abóbora
	Seivas e óleos	Mel	-
	Caça e pesca	Mamíferos, peixes e quelônios	-
Geração de renda, principalmente	Frutos e sementes	Castanha, Urucum	Melancia, Cana
	Seivas e óleos	Látex, Copaíba	-
	Plantas e legumes	-	Mandioca, Milho, Feijão
Total		15	14

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

As áreas de extrativismo se localizam às margens do rio Cautário, e as de cultivo da agricultura familiar se encontram no entorno das comunidades. Nesse território, os conflitos atualmente existentes estão relacionados às invasões pontuais por pescadores e coletores de açaí, castanha e copaíba em áreas de acesso facilitado pelas estradas vicinais.

Entre as atividades prioritárias para fortalecimento estão a coleta de castanha e açaí, a extração de látex e copaíba e a produção de farinha. Excluindo a coleta de açaí, elas geraram a renda bruta de R\$586.727,32, proporcionado a renda média de R\$ 522,00 a R\$ 7.217,00 por família no período, como apresentado na Tabela 44. A atividade castanheira contribui com 76% da renda gerada e, geralmente, é comercializada a atravessadores de municípios próximos, onde também são comercializados os demais produtos a atravessadores, comerciantes e beneficiadores, conforme a Tabela 45.

*“[...] de 70 até o ano 2000 a castanha foi dada. Depois ela virou ouro.”
João Carlos, comunitário e secretário da Associação Aguapé.*

TABELA 44 – Produção e renda gerada com as atividades produtivas prioritizadas – Safra de 2015/2016

Produtos	Número de Famílias Produtoras	Famílias Produtoras Safra 15/16	Quant. Produzida Safra 15/16	Preço Médio de Venda (R\$/ Unid.)	Renda Bruta Total na Safra (R\$)	Renda Bruta Média por Família (R\$)
Castanha	73	70	2.229 Barricas	227,00	505.870	7.227
Farinha	44	39	9.404kg	4,00	37.616	965
Látex	26	22	6.987kg	4,75	33.188,25	1.508,56
Copaíba	21	20	435 litros	24,00	10.440	522
Açaí ³	61	61	Sem registro	-	-	-
Total					586.727,32	-

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

TABELA 45 – Forma de apresentação, clientes e mercados acessados dos produtos comercializados

Produtos / Aspectos	Castanha	Látex	Farinha	Açaí	Copaíba
Tipo de produto	Castanha com casca em barrica de 75kg	Prancha de látex coagulado e prensado vendidas por kg	Torrada em sacas de 60kg	Caroço em lata de 13kg e vinho envazado em garrafa pet	Óleo envazado em garrafas pet
Clientes (compradores)	Atravessadores	Atravessadores	Comerciantes	Pequenos beneficiadores	Atravessadores
Mercados acessados/ Pontos de venda	Costa Marques, Alvorada do Oeste, Cacoal e Ji-paraná – RO, Brasília - DF e Bolívia	Alvorada do Oeste, Cacoal e Ji-paraná -RO e Acre	Costa Marques	Costa Marques	Costa Marques, São Domingos, São Francisco, Cacoal e Ji-paraná -RO; Brasília -DF e Bolívia

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

Essas atividades são complementares e realizadas ao longo de todo o ano pelos integrantes da família, exceto a extração do óleo de copaíba, que envolve somente os adultos, e a coleta de açaí, apenas os homens. Geralmente, a coleta de castanha ocorre entre os meses de janeiro e abril, concomitante à coleta de açaí (que também se estende até junho). Entre junho e novembro é extraído o látex junto ao óleo de copaíba. A extração da copaíba se estende até o início de janeiro e concentra-se nos meses dezembro e janeiro. Ao longo de todo o ano realizam o cultivo de mandioca

e a produção de farinha. Esta se concentra nos meses entre maio a janeiro e é uma atividade preparatória para o período de coleta de castanha.

Na UC, a infraestrutura atualmente disponível para as atividades produtivas priorizadas para o transporte interno e externo são: canoas, barco, motocicletas, caminhão e tratores. Está em construção um galpão para o armazenamento de castanha, há algumas casas de farinha e ferramentas básicas disponíveis, conforme apresentado na Tabela 46. O caminhão e os tratores foram obtidos por doação, com recursos de emendas parlamentares; e as casas de farinha foram financiadas com recursos do Pronaf via Banco da Amazônia (Basa).

TABELA 46 – Infraestrutura disponível para produção

Forma de Uso	Individual ou familiar	Coletivo
Meios de Transporte	Barco, canoas com motor rabeta, motocicletas e carroças a animal	Caminhão, tratores
Instalações Físicas	Casas de farinha	Galpão de armazenamento de castanha (em construção)
Equipamentos, ferramentas e utensílios	Motosserras Motores geradores de energia Facões/terçados, foice, enxadas, copos e bicos, facas, prensa, trado, etc.	-

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

As atividades produtivas contam com o apoio da Associação de Seringueiros do Guaporé (Aguapé), por meio da intermediação na venda do látex e, recentemente, da castanha, como também para o acesso ao crédito e investimentos via projetos com organizações da sociedade civil. Fundada em 1995, a entidade possui 140 sócios e sede própria em Costa Marques, com capacidade para instalar um entreposto de produtos em planejamento pelos comunitários. Atualmente, está regularizada juridicamente e não possui pendências financeiras. As principais instituições parceiras da associação são Sedam, ICMBio, Kanindé, Emater e Pacto das Águas. Adicionalmente, os conselhos deliberativos estadual e federal da Resex também apoiam o desenvolvimento das atividades produtivas com a gestão e a fiscalização do uso dos recursos naturais, visando à conservação destes.



OFICINAS FORAM REALIZADAS NAS COMUNIDADES SELECIONADAS.

Considerações Finais

O presente diagnóstico demonstrou a grande diversidade da produção de PCTs no Centro-sul de Rondônia. É uma riqueza de produtos que contribuem para a diversificação e a qualidade da alimentação, geração de renda, bem como para a manutenção, o resgate e a valorização cultural local e regional. Na produção extrativista, destacam-se os povos indígenas e da Resex; e na agricultura familiar, os povos indígenas e os territórios quilombolas.

Apenas 16,5% dos produtos produzidos na área de estudo são comercializados, sendo a castanha-do-brasil o mais importante para a geração de renda nas comunidades. Além dela e dos produtos farinha de mandioca, banana e mandioca, os produtos feijão, melancia, laranja, entre outras frutas e hortaliças, que, normalmente, têm uma oferta irregular e/ou baixa nos mercados locais, possuem grande potencial para complementar a renda nas APs, caso tenham sua oferta aumentada. Há, ainda, produtos que apresentam maior atratividade no mercado regional e nacional, como açaí, no mercado de alimentos saudáveis e no mercado cosmético, o óleo de babaçu, podem ser desenvolvidos na região como alternativas de maior impacto em renda.

No entanto, faltam condições, principalmente relativas à infraestrutura e ao crédito para capital de giro, que para viabilizem o acesso aos mercados locais e regionais para essa gama de produtos. Na região, há diferentes condições de produção e comercialização entre as famílias do próprio território, entre os PCTs, inclusive de uma safra para outra. Condições relativas a equipamentos, locais apropriados a legislação sanitária para armazenamento e processamento, transporte, capital de giro para a compra de insumos e perspectivas de comercialização dos produtos são fatores

que afetam a qualidade dos produtos, levam aos baixos preços alcançados; geram grande variação de número de famílias produtoras na safra, irregular e baixa escala de produção.

Grande parte dos produtos ofertados ao mercado é comercializada individualmente ou por família e não de forma coletiva, organizada comunitariamente, exceto para a castanha-do-brasil, que é o principal ou único produto em muitas áreas, que tem sua produção e comercialização organizada coletivamente pela comunidade, liderada pela associação ou cooperativa. Isso demonstra que ainda é baixa a cooperação entre as famílias, assim como o nível de organização comunitária, embora existam em quase todos os territórios associações formalizadas e regularizadas. A organização comunitária encontra gargalos ao seu desenvolvimento, como a falta de recursos para remuneração da equipe operacional e capacitação, principalmente para a comercialização coletiva, o acesso ao crédito e gestão financeira das atividades produtivas.

*“só [se] consegue as coisas se a base tiver organizada”
Josias Gavião, indígena da aldeia Ikolen*

Observou-se, também, que as famílias e as associações possuem pouco ou nenhum controle da produção e da venda, de forma a disponibilizar registros sobre quantidade produzida para consumo e comercialização, preços de venda e clientes, períodos e tempo de trabalho empregado, entre outros. Devido a isso, ainda não é possível uma análise aprofundada sobre a renda e os custos, conseqüentemente, sobre a rentabilidade das atividades. No entanto, os dados preliminares e parciais encontrados indicam que a renda bruta de várias atividades, em média por família, ainda é pouco atrativa.

Também não foram identificados arranjos e/ou formas de cooperação entre os povos e comunidades estudados para o fortalecimento das atividades e cadeias produtivas da sociobiodiversidade. Tendo em vista a localização próxima, o compartilhamento de informações de mercado e parcerias comerciais, inclusive a formação de um APL, podem contribuir para ampliar, entre os PCTs, o acesso a preços de venda mais justos e equânimes na cadeia produtiva.

APÊNDICE I

Lista de produtos consumidos e comercializados pelos PCTs identificados no diagnóstico

01	Açaí	02	Abacate	03	Abacaxi
04	Abiu	05	Abóbora	06	Acerola
07	Amendoim	08	Amora	09	Angica
10	Araça-boi	11	Arroz	12	Artesanato
13	Babaçu	14	Bacupari	15	Bacuri
16	Banana	17	Batata	18	Batata doce
19	Bejauba	20	Biribá	21	Breu
22	Buriti	23	Cacau	24	Café
25	Caja	26	Caju	27	Camu camu
28	Cana	29	Cará	30	Carambola
31	Castanha	32	Cebolinha	33	Cheiro verde
34	Cipós	35	Coco	36	Copaíba
37	Coroa-de-frade	38	Cupuaçu	39	Farinha
40	Fava	41	Feijão	42	Goiaba
43	Graviola	44	Horta	45	Inga

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

46	Inhame	47	Jabuticaba	48	Jaca
49	Jacaré	50	Jambo	51	Jambú
52	Jamelão	53	Jatobá	54	Jeripapo
55	Laranja	56	Lima	57	Limão
58	Mamão	59	Caça (paca, catete, etc)	60	Manga
61	Maracujá	62	Marajá	63	Maxixe
64	Mel	65	Melancia	66	Milho
67	Palmitos	68	Pamã	69	Patoá
70	Peixes	71	Pepino	72	Pequi
73	Pimenta	74	Plantas medicinais	75	Pokan
76	Pupunha	77	Quelônios	78	Quiabo
79	Repolho	80	Seringa	81	Sorva
82	Tamarino	83	Tangerina	84	Tomate
85	Toranja	86	Totaí	87	Tucuma
88	Turismo	89	Urucum		

APÊNDICE II

TABELA 47 – Número de famílias produtoras por produtos prioritários e por PCT

Produtos	Resex	Terras Indígenas			
	Cautário	Rio branco	S. Setembro	I.L./Arara	I.L./Gavião
Castanha	73	88	24	40	123
Banana		103		60	53
Farinha	44	81		59	30
Artesanato		23	23	71	
Mandioca				65	
Açaí	61				
Amendoim		52			
Cará			24		
Peixe					
Seringa	26				
Plantas medicinais			24		
Copaíba	21				2
Laranja					
Manga					
Toranja					
Horta					
Babaçu-carvão			19		
Babaçu-farinha			19		
Babaçu-óleo			19		
Milho					
Feijão					2
Urucum					
Turismo					
Cana					
Abacaxi					
Melancia					

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

R.CL/Larga	Territórios Quilombolas					Total	%
	R.CL/Apurinã	Jesus	Laranjeiras	Pedras Negras	Santo Antônio		
27	5			20		395	84%
5	5		3		14	243	51%
		6	1		14	240	51%
27		4				148	31%
12		6	3			86	18%
						61	13%
						52	11%
24						48	10%
27		13				40	8%
						26	5%
						24	5%
						23	5%
			3		14	17	4%
				20		20	4%
				20		20	4%
					14	14	3%
						19	4%
						19	4%
						19	4%
		4			14	18	4%
		4				6	1%
				6		6	1%
			1	3		4	1%
					3	3	1%
	2					2	0%
	2					2	0%

TABELA 48 – Número de famílias produtoras na safra 2015/2016 por atividade prioritária e PCT

Produtos	Resex	Terras Indígenas			
	Cautário	Rio branco	S. Setembro	I.L/Arara	I.L/Gavião
Castanha	70	80	24	31	123
Farinha	39	70		19	30
Banana		61		6	53
Artesanato		23	4	71	
Açaí	61				
Amendoim		49			
Cará			24		
Peixe					
Plantas medicinais			24		
Copaíba	20				2
Laranja					
Mandioca				6	
Seringa	22				
Manga					
Toranja					
Horta					
Milho					
Feijão					2
Turismo					
Babaçu-carvão			3		
Babaçu-farinha			3		
Babaçu-óleo			3		
Urucum					
Cana					
Melancia					
Abacaxi					

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

		Territórios Quilombolas				Total
R.CL/Larga	R.CL/Apurinã	Jesus	Laranjeiras	Pedras Negras	Santo Antônio	
27				19		374
	4				14	178
5	4	1	1		14	145
27			2			129
		4				61
						49
24						48
27						40
		13				24
						22
						16
			2		14	22
		2	2			22
						20
				20		20
				20		14
					14	16
		2			14	4
		2				4
			1	3		3
						3
				3		3
					3	3
	2					2
	1					1

APÊNDICE III

TABELA 49 – Quantidade produzida na safra 2015/2016 por produto prioritário PCT

Produtos	Unidade	Resex	Terras Indígenas			
		Cautário	Rio branco	S. Setembro	I.L/Arara	I.L/Gavião
Castanha	kg	167.138	145.000	23.500	17.100	69.420
Farinha	kg	9.404	11.544		3.000	120
Banana	kg		32.000		1.000	
Mandioca	kg				10.000	
Seringa	kg	6.987				
Cará	kg			5.630		
Laranja	kg					
Amendoim	kg		4.000			
Babaçu-carvão	kg			2.160		
Babaçu-farinha	kg	26		1.120		
Melancia	kg	21				
Feijão	kg					500
Urucum	kg					
Copaíba	kg	435				
Milho	kg					
Turismo	Diária					
Babaçu-óleo	L			50		

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

		Territórios Quilombolas				Total
R.CL/Larga	R.CL/Apurinã	Jesus	Laranjeiras	Pedras Negras	Santo Antônio	
8.792				52.500		483.450
	2.500	12.000	60		12.000	50.628
	3.000		1.950			37.950
		600	190			10.790
						6.987
						5.630
			5.250			5.250
						4.000
						2.160
						1.120
	1.000					1.000
		30				530
				510		510
						435
		320				320
			8	100		108
						50

APÊNDICE IV

TABELA 50 – Renda bruta total na safra 2015/2016 por produto prioritário e PCT

Produtos	Resex	Terras Indígenas			
	Cautário	Rio branco	S. Setembro	I.L/Arara	I.L/Gavião
Castanha	505.201	725.000	82.250	47.025	208.260
Farinha	37.898	48.100		7.500	720
Banana		53.333		2.000	
Seringa	33.188				
Babaçu-farinha			11.200		
Copaíba	10.440				
Babaçu-óleo			8.267		
Amendoim		8.000			
Babaçu-carvão			4.320		
Feijão					4.000
Melancia					
Mandioca				2.500	
Turismo					
Urucum					
Laranja					
Total	586.727	834.433	106.037	59.025	212.980

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

R.CL/Larga	Territórios Quilombolas					Total (Em R\$)	%
	R.CL/Apurinã	Jesus	Laranjeiras	Pedras Negras	Sto Antônio		
32.530				175.000		1.775.266	83%
	14.000	36.000	120		50.000	194.338	9%
	6.000		2.600			63.933	3%
						33.188	2%
						11.200	1%
						10.440	0,5%
						8.267	0,4%
						8.000	0,4%
						4.320	0,2%
						4.000	0,2%
	3.750					3.750	0,2%
		900	190			3.590	0,2%
				3.500		3.500	0,2%
				3.264		3.264	0,2%
			1.838			1.838	0,1%
32.530	23.750	36.900	4.748	181.767	50.000	2.128.894	100%

TABELA 51 – Renda bruta média por família na safra 2015/2016 por produto prioritário e PCT

Produtos	Resex	Terras Indígenas			
	Cautário	Rio branco	S. Setembro	I.L/Arara	I.L/Gavião
Castanha	7.127	9.063	3.427	1.517	1.693
Babaçu-farinha			3.733		
Babaçu-óleo			2.756		
Feijão					2.000
Melancia					
Laranja					
Seringa	1.509				
Babaçu-carvão			1.440		
Turismo					
Farinha	972	687		395	24
Urucum					
Copaíba	522				
Banana		874		333	
Amendoim		163			
Mandioca				417	

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

R.CL/Larga	Territórios Quilombolas					Total (Em R\$)
	R.CL/Apurinã	Jesus	Laranjeiras	Pedras Negras	Sto Antônio	
1.205				9.211		4.747
						3.733
						2.756
						2.000
	1.875					1.875
			1.838			1.838
						1.509
						1.440
				1.167		1.167
	3.500	36.000	120		3.571	1.092
				1.088		1.088
						522
	1.500		1.300			453
						163
		450	95			163

APÊNDICE V

TABELA 52 – Preço mais frequente e médio entre aldeias ou localidades, por produto prioritário e PCT

Produtos	Resex	Terras Indígenas			
	Cautário	Rio branco	S. Setembro	I.L/Arara	I.L/Gavião
Babaçu-óleo			167,00		
Turismo					
Copaíba	24,00				
Feijão					8,00
Urucum					
Seringa	4,75				
Farinha	4,03	4,17		2,50	6,00
Melancia					
Castanha	3,02	5,00	3,50	2,75	3,00
Babaçu-farinha			3,33		
Babaçu-carvão			2,00		
Amendoim		2,00			
Banana		1,67		2,00	
Laranja					
Mandioca				0,25	

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

R.CL/Larga	Territórios Quilombolas					Preço
	R.CL/Apurinã	Jesus	Laranjeiras	Pedras Negras	Sto Antônio	Médio Geral
						167,00
				35,00		35,00
						24,00
						8,00
				6,40		6,40
						4,75
	5,60	3,00	2,00		4,17	3,84
	3,75					3,75
3,70				3,33		3,67
						3,33
						2,00
						2,00
	2,00		1,33			1,68
			0,35			0,35
		1,50	1,00			0,33

Capítulo 03 Cadeias produtivas da sociobiodiversidade no Centro-Sul de Rondônia

Marcelo Lucian Ferronato

Colaboradora: Fernanda R. P. Alvarenga

Antes de ilustrar aspectos econômicos, estruturas das cadeias produtivas, bem como seus gargalos e suas oportunidades, é fundamental destacarmos a importante contribuição socioambiental dos produtos da sociobiodiversidade, tanto no que diz respeito à manutenção de aspectos culturais, como no que se refere à conservação de florestas. Ao valorar economicamente tais produtos, oferece-se, conseqüentemente, a possibilidade para permanência de pessoas nas áreas de florestas e a manutenção de sua cultura e sua sobrevivência.

Contudo, não basta apenas evidenciar a importância socioambiental, é necessário também que as cadeias produtivas desses produtos sejam vistas por diferentes instâncias públicas e privadas. Assim, cada um dentro de suas responsabilidades, pode desenvolver ações para o fortalecimento e o crescimento dessas cadeias, no que tange infraestrutura, financiamentos, assistência técnica, capacitação, cooperação e outras questões inerentes ao acesso desses produtos aos mercados consumidores.

Apesar do pouco destaque na economia nacional, a extração vegetal, em 2014, no Brasil, movimentou cerca de R\$4,6 bilhões (22,3% do total da produção primária florestal). Os produtos não madeireiros representaram 30% desse valor, equivalente a R\$1,4 bilhão (IBGE, 2014b). Os produtos não madeireiros de maior destaque pelo valor da produção foram o açaí (R\$422,0 milhões), a erva-mate nativa (R\$403,1 milhões) e a castanha-da-amazônia (R\$79,5 milhões) nos alimentícios; e as amêndoas de babaçu (R\$123,1 milhões) nos oleaginosos (*ibid*).

Gradualmente, os produtos made in Amazônia têm ganhado espaço no cenário nacional e internacional, especialmente os produtos alimentícios e cosméticos. Alguns receberam atenção do mercado consumidor, estabelecendo novas cadeias produtivas, como é o caso do açaí. A demanda estimula atores locais e, até mesmo, comunidades tradicionais a investirem e se organizarem para fortalecer essas cadeias produtivas.

No caso de Rondônia, apesar de serem atividades histórico-culturais, ainda há muitas lacunas quanto às estruturas das cadeias produtivas. Tais lacunas – que, de certa forma, fragilizam

as cadeias – referem-se a questões como visibilidade dos atores envolvidos, normatização, padronização, oscilações na produção, nos estoques e no potencial de exploração, volumes produzidos/safra, etc.

Nesse contexto, é fundamental compreender como estão estruturadas as cadeias produtivas da sociobiodiversidade em Rondônia, quais são os gargalos e quais oportunidades são fundamentais para orientar ações estratégicas de fortalecimento e priorização de investimentos e, assim, ampliar os benefícios aos PCT e à prevenção do desmatamento no Estado.

Por essas razões, foram mapeadas cinco cadeias produtivas: castanha-da-amazônia, farinha de mandioca, óleo de copaíba, látex e babaçu, descritas neste capítulo.

METODOLOGIA

As cadeias produtivas selecionadas para o mapeamento foram definidas de forma participativa, por meio de oficina ocorrida em julho de 2016, no município de Rolim de Moura/RO, com a presença de 11 lideranças de PCT participantes do projeto. Utilizando o diagrama de Venn, as lideranças indicaram os produtos com base na importância para renda, cultura e facilidade de acesso. Assim foram identificados os itens para compor este estudo: castanha-da-amazônia, farinha de mandioca, látex, copaíba e babaçu. A castanha-da-amazônia foi a única em comum entre as comunidades participantes.

Com os produtos definidos, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com operadores das cadeias produtivas (prefeituras, órgãos de assistência técnica, organizações de apoio, indústrias, supermercados, feiras livres e pequenos comércios locais), em sete municípios da região (Cacoal, Pimenta Bueno, Espigão do Oeste, Rolim de Moura, Costa Marques, São Miguel do Guaporé e Ji-Paraná). Os locais foram escolhidos devido à proximidade das comunidades selecionadas para o estudo e por serem centros econômicos da região Centro-Sul de Rondônia.

Os entrevistados foram estabelecidos conforme as relações preexistentes com os PCT participantes do estudo, indicados pelas associações de base e utilizando a técnica snowball.

De forma complementar, foram pesquisados os produtos comercializados e os preços praticados em supermercados, feiras livres e comércio dos municípios selecionados de modo a identificar atores que interagem com as cadeias produtivas. Além disso, foram realizados levantamentos bibliográficos, principalmente em artigos científicos, documentos e publicações sobre o tema em Rondônia, Amazônia e Brasil, bem como levantamentos de dados disponíveis em bases oficiais dos governos federal e estadual.

A sistematização e a análise dos dados foram orientadas pela metodologia ValueLinks B, desenvolvida pela Agência de Cooperação Alemã (GIZ) para a promoção de cadeias de valor de produtos da biodiversidade. Adotou-se as orientações propostas em guia metodológico para os produtos da sociobiodiversidade, desenvolvido em parceria com o Ministério do Meio do Ambiente (GIZ, MMA, 2009).

Com base na metodologia, como elos foram elencados a produção, a comercialização in natura, a transformação, a comercialização e o consumo. O elo produção é responsável

pela coleta. O elo comercialização *in natura* é quando o produto não passou por nenhum processo industrial ou de preparo ao consumidor. Já o elo comercialização foi considerado aquele de distribuição ao elo de consumo.

Os atores das cadeias produtivas foram classificados em operadores, de serviços de apoio e reguladores. Os atores operadores são aqueles que, basicamente, prestam serviços operacionais essenciais (transportes, embalagens e distribuição); serviços de apoio são organizações que atuam junto à cadeia de forma a fortalecê-la ou dar suporte técnico e/ou subsídios às atividades de cada elo; e os reguladores são agentes de fiscalização ou normatização.

Os preços pesquisados foram dos produtos *in natura* e finais praticados nos mercados consumidores locais.



Foto: Gabriel Uchida.

Cadeias produtivas da sociobiodiversidade

Cadeia produtiva da Castanha-da-Amazônia

A *Bertholetia excelsa*, popularmente denominada castanha-da-amazônia, castanha-do-pará ou castanha-do-brasil, ocorre em toda a Amazônia. É uma das árvores amazônicas mais importantes do ponto de vista alimentar e econômico, especialmente para Povos e Comunidades Tradicionais e muitos agricultores familiares da região, que obtêm parte de sua renda com a coleta dos frutos (ouriços) realizada, principalmente, entre os meses de dezembro e março.

Além da importância social da castanheira para os povos da Amazônia, a sua venda produz grande valor para a economia local. Com o declínio do ciclo da borracha, a castanha passou a ser o principal produto extrativista de exportação. O Brasil é o segundo país exportador, sendo a vizinha Bolívia o maior exportador mundial (OLIVEIRA et al., 2010).

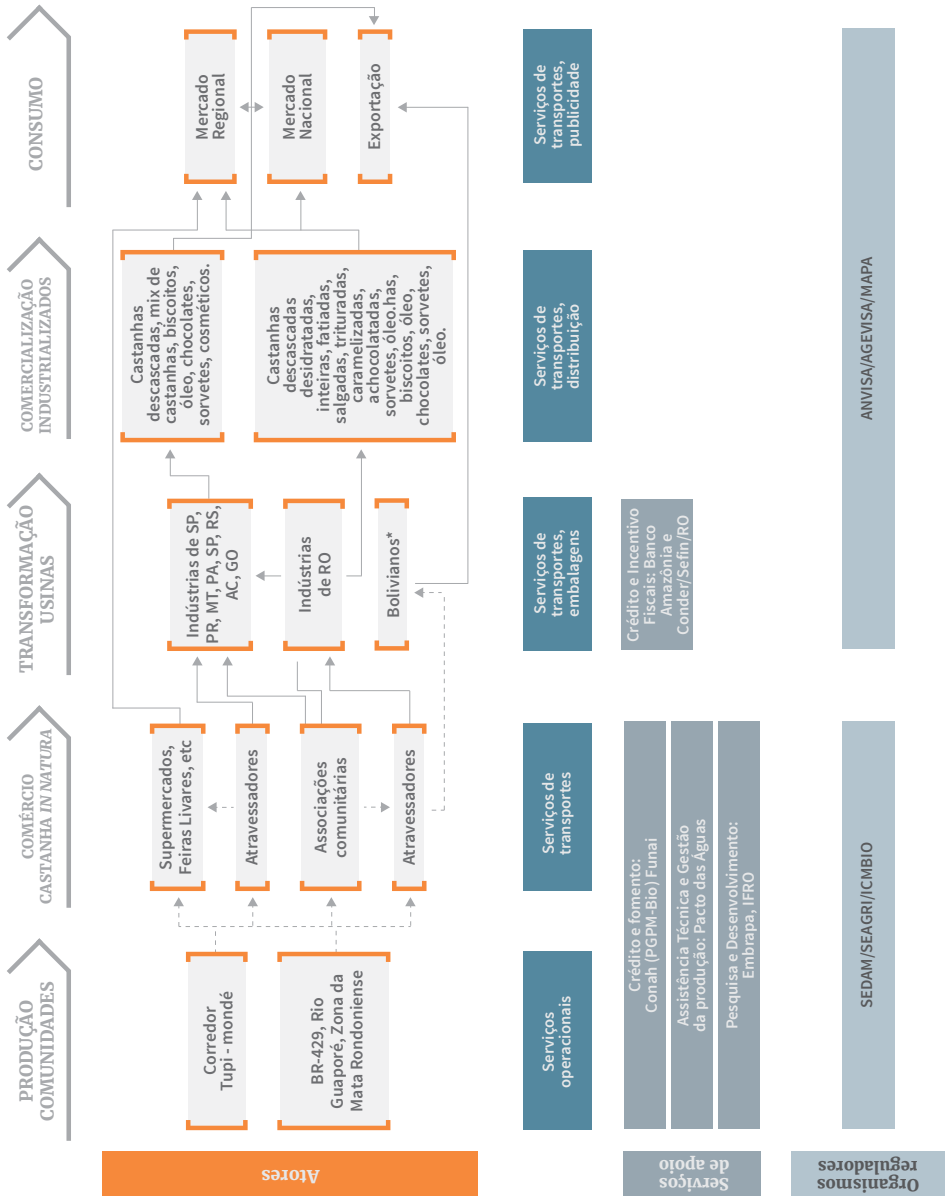
Segundo dados do IBGE, em 2014, a produção de castanha no Brasil foi de 37.499 toneladas. O Estado do Acre, com 13.684 toneladas, é o principal produtor, seguido por Amazonas (12.901 toneladas), Pará (6.903 toneladas), Rondônia (1.854 toneladas), Mato Grosso (1.524 toneladas), Amapá (466 toneladas) e Roraima (166 toneladas) (IBGE, 2014b).

Em Rondônia, Porto Velho é apontado como maior produtor do Estado, com 1.042 toneladas. Vale ressaltar as dimensões territoriais do município, bem como a canalização de parte da produção de outras regiões do Estado para capital. Salienta-se que os dados apresentados pelo IBGE podem estar subestimados e precisam ser analisados com cautela.

Estrutura da Cadeia Produtiva

Na região Centro-Sul de Rondônia, a cadeia produtiva da castanha possui cinco elos principais: produção, comercialização in natura, transformação em usinas, comercialização de produtos industrializados e consumo. Conforme demonstra o mapa geral apresentado na Figura 9 e detalhado a seguir.

FIGURA 9 – Mapa geral da cadeia produtiva da castanha-da-amazônia no Centro-Sul de Rondônia



FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA.
* NÃO SE APLICAM SERVIÇOS DE APOIO E ORGANISMOS REGULADORES.

Elo de Produção

A produção de castanha-da-amazônia na região Centro-Sul de Rondônia situa-se no interior de Terras Indígenas, Unidades de Conservação, Territórios Quilombolas, além de áreas de florestas privadas, onde habitam povos indígenas, extrativistas/seringueiros, ribeirinhos,

quilombolas e alguns agricultores familiares que possuem remanescentes de reserva legal.

Há duas zonas de produção. Uma no eixo da BR-429, Rio Guaporé, e parte sul da Zona da Mata Rondoniense, onde estão localizados os municípios de São Miguel do Guaporé, Seringueiras, São Francisco do Guaporé, Costa Marques e Alta Floresta do Oeste, os quais abrangem a Terra Indígena Rio Branco, Resex do Cautário e Pedras Negras e os Territórios Quilombolas. A outra zona de produção concentra-se junto aos Territórios Indígenas Gavião/Arara, Paiter-Suruí e Cinta Larga, localizados em Ji-Paraná, Cacoal e Espigão do Oeste, respectivamente.

A produção e a coleta de castanha na região apresentam gargalos e desafios que precisam ser superados para sua melhoria, bem como oportunidades conforme apresentado no quadro a seguir (QUADRO 1).

QUADRO 1 – Produção da castanha-da-amazônia

ELO PRODUÇÃO	
Gargalos	Descrição e/ou estratégia de melhoria
Infraestrutura básica de produção	Melhorar acesso aos castanhais, transporte da produção, abrigos para o período de coleta, estruturas para limpeza, secagem e armazenamento.
Corte de árvores produtivas de castanheiras para uso madeireiro	Ampliar ações de proteção territorial e realizar campanhas de conscientização, tendo em vista que esse fato tem ocorrido em áreas onde existem atividades madeireiras ilícitas.
Conflitos por coleta	Ocorrem coletas em castanhais alheios, gerando conflitos que culminam na individualização da comercialização.
Custo de produção	Pouco se sabe sobre os reais custos de coleta da castanha, o que dificulta aferir a real lucratividade ou o possível prejuízo da atividade.
Falta de recursos financeiros para apoio à coleta (alimentação, combustível, insumos, ferramentas, etc.)	A maior parte dos coletores não tem reservas financeiras para custear a safra. Assim, para conseguir realizar a coleta, depende de apoio externo, que, quando provem de órgãos governamentais e/ou projetos de apoio a atividade, são adiantados por compradores intermediários (atravessadores) aos produtores na forma de adiantamento da produção. Esse fator limita a capacidade de negociação do preço.
Dificuldades em quitar financiamentos	Pelo histórico de apoios governamentais não reembolsáveis, algumas comunidades têm dificuldades em compreender as diferenças entre subsídio (não reembolsável) e financiamento (reembolsável).
Organização social	A venda individual ainda é predominante, mesmo existindo organizações sociais representantes das comunidades que não assumem o papel de mediação econômica entre a produção e o mercado.

Oportunidades	Descrição e/ou estratégia de melhoria
Boas práticas de produção	Não existe regulamentação para coleta de castanha. Contudo, há experiências com boas práticas em diversas regiões, que melhoram o aspecto, a sanidade, a uniformidade e reduzem as perdas na indústria, consequentemente, agregam maior valor ao produto.
Acesso a linhas de crédito	Destacamos duas linhas de crédito: Pronaf Floresta, que visa a apoiar a exploração extrativista ecologicamente sustentável; e Pronaf Agroindústria, uma linha de financiamento de investimentos para o beneficiamento, o processamento e a comercialização.
PAA e PNAE	O acesso aos mercados institucionais é uma estratégia que visa à garantia de compra de parte da produção, bem como amplia o leque de compradores, evitando relações unilaterais.
Cooperativismo	Pode ser uma forma de organização econômica das comunidades muito mais eficiente e juridicamente segura de realizar as transações comerciais do que as associações. Todavia, é necessário que seja desenvolvido um amplo trabalho de base para entendimento do que é o cooperativismo e que seja uma demanda das próprias comunidades.

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA.

Elo de Comercialização *in natura*

No caso da zona de produção do eixo da BR-429, Rio Guaporé e parte sul da Zona da Mata Rondoniense, após a coleta, a limpeza, a secagem e o armazenamento, o produto é comercializado *in natura* de duas formas: a) entregue às associações; b) enviado diretamente aos atravessadores. Em alguns casos, as associações intermediam o produto para atravessadores. Estes o revendem tanto para as indústrias locais (localizadas em Ji-paraná), como para representantes de indústrias bolivianas que adquirem uma significativa parte da produção da região. Parte da produção ainda é encaminhada a outros estados brasileiros.

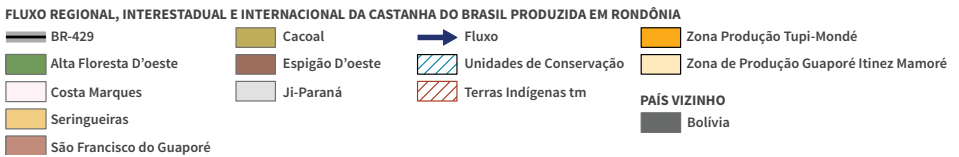
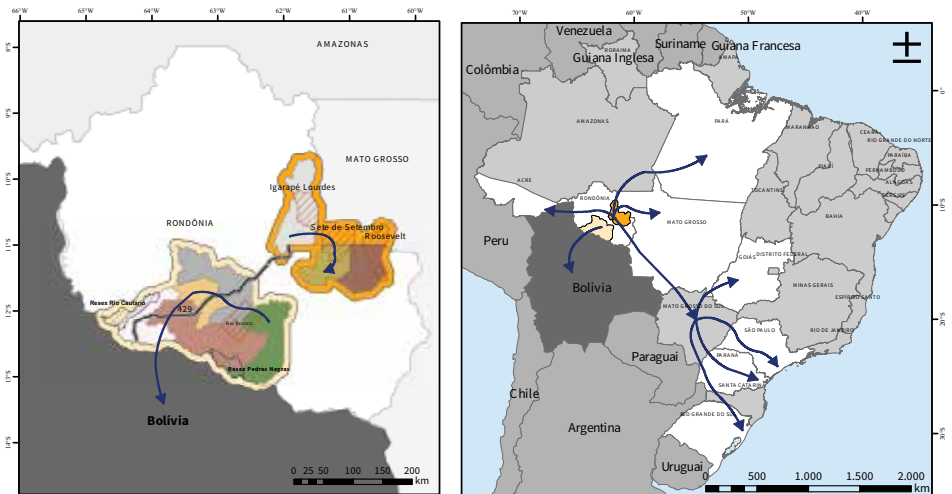
No caso da região do Corredor Tupi-mondé, algumas associações já negociam a produção diretamente com as indústrias. Porém, a figura do atravessador também é constante, que revende a produção para as indústrias locais (Cacoal e Ji-paraná) e de outros estados (São Paulo, Paraná, Mato Grosso, Pará, Rio Grande do Sul, Acre e Goiás). Ocorre também venda *in natura* para supermercados e feiras livres (FIGURA 10).

FIGURA 10 – Castanhas inteiras com casca (*in natura*) comercializadas em supermercados e feiras livres da região



FOTO: MARCELO FERRONATO

FIGURA 11 – Mapa de zonas de produção de castanha da região de estudo e destino da produção



FORTE: IBGE | ICMBIO | FUNAI | DNIT SIRGAS2000

Os gargalos e as oportunidades do elo de Comercialização *in natura* são apresentados no Quadro 2, a seguir.

QUADRO 2 – Comercialização *in natura* da castanha

ELO COMERCIALIZAÇÃO <i>IN NATURA</i>	
Gargalos	Descrição e/ou estratégia de melhoria
Oscilações de preço na mesma safra	Variável de difícil controle, pois depende de questões de mercado, como produção, qualidade e consumo.
Oportunidades	Descrição e/ou estratégia de melhoria
Comunidades entenderem os mecanismos no mercado	As comunidades devem compreender os mecanismos do mercado, ação que precisam ser difundidos de modo que elas possam se aproximar das necessidades da indústria, do cumprimento de prazos, da importância das boas práticas de extração e da existência de variações de preços.
Venda beneficiada	Há de se observar os custos gerais para o beneficiamento, uma vez que, em pequena escala (como a das comunidades), considerando uma produção máxima de 150 toneladas/ano/comunidade, demandaria muito trabalho manual em um curto período de tempo. Isso pode inviabilizar processos de beneficiamento. Além disso, as comunidades necessitam dominar os processos de comercialização para colocarem seu produto beneficiado no mercado consumidor.

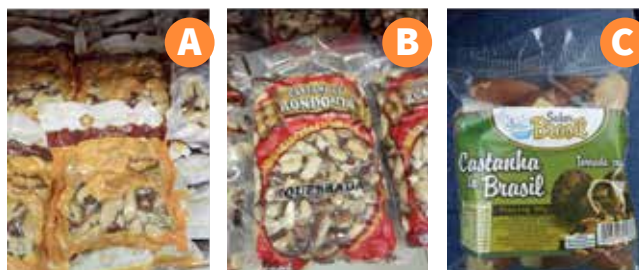
FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA.

Elo de Transformação

Na região do estudo, o elo de transformação é operado por três usinas de beneficiamento de castanha, sendo duas localizadas em Ji-Paraná – que estimamos terem capacidade para beneficiar aproximadamente 1 mil toneladas/ano – e a outra localizada em Cacoal – com capacidade instalada de processamento de 7 toneladas/ano.

Durante a industrialização, a castanha passa por processos de secagem, descascamento, desidratação, seleção e embalagem. A seleção ocorre de acordo com o tamanho das amêndoas e conferência se estão inteiras ou quebradas para aí sim serem embaladas (FIGURA 12).

FIGURA 12 – Castanhas industrializadas em Ji-paraná/RO (A e B) e Cacoal (C), comumente encontradas no mercado consumidor da região



FOTOS: MARCELO FERRONATO

Os gargalos e as oportunidades do elo de Transformação são apresentados a seguir (QUADRO 3).

QUADRO 3 – Processos da transformação da castanha

ELO TRANSFORMAÇÃO	
Gargalos	Descrição e/ou estratégia de melhoria
Acesso a recursos para investimentos e capital de giro	A implantação e a manutenção, no que tange a adequações sanitárias, ambientais, trabalhistas e fiscais, são um investimento que requer boa capacidade financeira e um tempo de retorno de médio a longo prazos. Empreendimentos precisam, ainda, ter bom capital de giro para viabilizar a aquisição de matéria-prima.
Falta de integração, comunicação	Os atores, em todos os elos da cadeia, pouco se relacionam, assim não conseguem se organizar em torno da cadeia da castanha de modo a fortalecê-la.
Oportunidades	Descrição e/ou estratégia de melhoria
Incentivos fiscais para produção e compra de equipamentos	Instituído pela lei estadual n. 1.558, de 26 de dezembro de 2005, o incentivo tributário a estabelecimentos industriais consiste na desoneração de carga tributária em até 85% do valor do Imposto sobre Operações Relativas ao ICMS. É uma oportunidade para o setor industrial, uma vez que reduz a alíquota de imposto, tornando o produto do Estado de Rondônia competitivo no mercado consumidor.
Exportação	Os mercados externos (especialmente o americano e o europeu) são muito exigentes, buscam sanidade, rastreabilidade, uniformidade e diversos outros padrões de qualidade. Para contemplar tais exigências, é necessário que não apenas o setor industrial se adeque, mas também a fase inicial realize boas práticas, cumpra prazos e assegure volumes de produção.

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA.

Elo de Comercialização

Após o processamento da castanha *in natura*, as usinas também realizam outros processos industriais que geram artigos como castanhas fatiadas, salgadas, caramelizadas, trituradas, achocolatadas, mix de sementes, sorvetes e óleo. Tais produtos são destinados tanto ao mercado regional como ao nacional (FIGURA 13).

FIGURA 13 – Castanhas fatiadas salgadas e achocolatadas embaladas prontas para comercialização e distribuição



FOTOS: MARCELO FERRONATO

A parte da castanha in natura exportada para outros estados é utilizada como base para outros produtos, como ingrediente de mix de sementes, biscoitos integrais, chocolates e cosméticos (FIGURA 14).

FIGURA 14 – Biscoito integral, chocolate e cosmético. Industrializados fora do Estado de Rondônia comumente encontrados nos mercados locais



FOTOS: INTERNET

Ainda há, em menor escala e localmente, a produção artesanal de bolos, pães, biscoitos e doces que colocam castanha como componente (FIGURA 15). A castanha utilizada é a já processada pelas indústrias ou aquela adquirida in natura e descascada para essa finalidade de forma artesanal.

FIGURA 15 – Doces e biscoitos de Castanha comumente encontrados no mercado consumidor da região



FOTOS: MARCELO FERRONATO

Os gargalos e as oportunidades do elo de Comercialização são apresentados a seguir (QUADRO 4).

QUADRO 4 – Comercialização da castanha

ELO COMERCIALIZAÇÃO	
Gargalos	Descrição e/ou estratégia de melhoria
Variedade de produtos	Os produtos disponibilizados pelas indústrias locais ao mercado consumidor local são limitados e se resumem, basicamente, a castanhas desidratadas e descascadas em diferentes apresentações.
Oportunidades	Descrição e/ou estratégia de melhoria
Variedade de produtos	As indústrias de outros estados que colocam seus produtos no mercado local exploram nichos ainda pouco abordados pelas indústrias locais, por exemplo, a incorporação da castanha a biscoitos, doces e outras sementes, bem como usam a certificação orgânica, visando a atingir nichos de mercado específicos.
Marketing	Nenhuma marca/produto explora o marketing verde/social.

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA.

Elo de Consumo

O estudo teve como foco principal o mercado consumidor regional. A relação de produtos e preços encontrados para região pesquisada são descritos na Tabela 1. O estudo encontrou 15 produtos de 10 marcas que têm como matéria-prima a castanha comumente comercializada na região. Dessas seis possuem suas plantas industriais em Rondônia, sendo quatro na região de análise.

Os preços praticados no varejo dos produtos industrializados colocados à disposição do mercado consumidor local são variáveis. O preço por quilograma (considerando os que têm a castanha como ingrediente) varia de R\$ 33,33 a R\$ 106,55 (média de R\$ 55,56/kg), enquanto a castanha in natura tem preço médio R\$ 7,39.

TABELA 53 – Relação de produtos e preços ao consumidor final de castanha-da-amazônia praticados na região de estudo

Produto	Fabricantes	Tipo/peso de embalagem	Preço médio praticado (R\$)*	Valor Médio (R\$/kg)
Biscoito de castanha	Nutrinativa - Ariquemes/RO	180g	6,00	33,33
Castanha caramelizada	Nutrinativa a Inovam Brasil - Ji-Paraná/RO- Ariquemes/RO	Pacote 150g	8,80	58,66
Castanha descascada, triturada e desidratada	Castanhas Rondônia® - Ji-Paraná/RO	Vácuo 250g	14,99	59,96
Castanha desidratada salgada	Inovam Brasil® - Ji-Paraná/RO	Pacote 50g	2,39	47,80
Castanha-do-brasil	NutClass - São Paulo	Pacote 90g	9,59	106,55
Castanha-do-brasil com leite condensado	Sabor do Amazônia - Ji-Paraná	120g	5,00	41,66
Castanha inteira com casca (<i>in natura</i>)	Feira Livre	Diversas 1Kg	7,00	7,39
	Supermercados	Diversas 1Kg	6,59 a 8,98	
Castanha inteira descascada e desidratada	Castanhas Rondônia® - Ji-Paraná/RO	Vácuo 250g	19,99	79,96
		Vácuo 500g	29,90 a 42,66	72,56
	Inovam Brasil - Ji-Paraná/RO	Vácuo 250g	12,99	51,96
		Vácuo 500g	23,99	47,98
	Natuvida - Ariquemes/RO	Vácuo 250g	10,57	42,28
		Vácuo 500g	21,19	42,38
Castanha inteira descascada, torrada e salgada	Sabor Brasil	Pacote 80g	5,00	62,50

Produto	Fabricantes	Tipo/peso de embalagem	Preço médio praticado (R\$)*	Valor Médio (R\$/kg)
Castanha quebrada descascada e desidratada	Castanhas Rondônia® - Ji-Paraná/RO	Vácuo 500g	27,99 a 35,99	63,98
	Inovam Brasil - Ji-Paraná/RO	Vácuo 250g	10,99	43,96
	Inovam Brasil - Ji-Paraná/RO	Vácuo 500g	19,99	39,98
Chocolate com castanha-dobrasi	Chocolates Garoto - Espírito Santo	90g	6,59	73,22
Cookies de castanha com chocolate	Línea Sucralose - Rio Grande do Sul	120g	6,99	58,24
Cookies integral com castanha	Jasmine - Paraná	200g	5,59 a 5,92	28,77
Cookies integral com castanha – orgânico	Jasmine - Paraná	150g	5,80 a 6,99	42,59
Mix de castanhas	NutClass - São Paulo	Pacote 140g	9,59	68,49
Valor médio dos produtos industrializados (Kg)				55,56

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA.
* PREÇO REFERENTE A AGOSTO DE 2016.

Duas análises são fundamentais nesse aspecto. A primeira é que os valores não podem ser vistos de forma isolada, pois aos produtos industrializados estão agregados custos com mão de obra, energia, impostos e encargos, transportes, embalagens, perdas de matéria-prima (em decorrência das práticas de coleta), etc.

A segunda questão refere-se à castanha não ser considerada um alimento essencial na dieta regional, apesar de suas propriedades nutricionais. Associa-se a isso também o fato de o poder de compra do consumidor da região ainda ser baixo. Logo, o consumo da castanha industrializada é feito, principalmente, pelas classes média e alta da região, já o produto in natura é acessível a todas as classes sociais.

O Quadro 5 expõe os gargalos e as oportunidades do elo de consumo na região.

QUADRO 5 – Consumo da castanha

ELO COMERCIALIZAÇÃO	
Gargalos	Descrição e/ou estratégia de melhoria
Preço	Segundo os consumidores, a Castanha, que passa pelo processo industrial, torna-se relativamente cara, quando comparados com outros alimentos da cesta básica, superior inclusive a maioria das carnes bovinas. Por isso não se trata de um alimento prioritário na dieta de boa parte das pessoas.
Oportunidades	Descrição e/ou estratégia de melhoria
Consumo local	O mercado local ainda é tímido em algumas regiões, principalmente na região da BR-429, onde fora do período de safra, dificilmente encontra-se o produto em supermercados e feiras livres.

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA.

Cadeia produtiva da Farinha de Mandioca

A origem provável da mandioca (*Manihotesculenta crantz*), também conhecida como macaxeira e aipim, está na região da fronteira entre o Brasil e o Paraguai. Atualmente, é cultivada em mais de 80 países das Américas, África e Ásia, nas zonas tropicais e subtropicais. Por ser um produto rico em carboidratos, constitui um dos principais alimentos energéticos para cerca de 500 milhões de pessoas, sobretudo nos países em desenvolvimento, onde é cultivada, principalmente, em pequenas áreas (SOUZA et al., 2012).

O Brasil é o segundo maior produtor mundial de mandioca, atrás apenas da Nigéria; entretanto, é considerado o maior produtor para a indústria (FELIPE et al., 200-). O País produziu, em 2007, 26,9 milhões de toneladas em uma área de quase dois milhões de hectares, tendo como maiores representantes os estados do Pará, da Bahia, do Paraná e do Maranhão.

Em Rondônia, a mandiocultura apresenta crescimento ao longo dos anos. A produção – que, em 1998, foi de 199,2 mil toneladas – foi estimada em 526,4 mil toneladas para a safra 2007/2008 (IBGE, 2008). Segundo a Emater Rondônia (2008), a mandioca é cultivada em todos os 52 municípios rondonianos, com cerca de 20.000 trabalhadores na atividade. A área plantada na safra 2007/2008 foi de 31.186ha, para uma produção de aproximadamente 526,4 mil toneladas. Atualmente, Rondônia é apontado como o 12º produtor nacional de mandioca, a produção foi de 545,4 mil toneladas de raízes em 2014, atividade que movimentou R\$ 127,02 milhões no mercado consumidor naquele ano (RONDÔNIA, 2015).

No caso da farinha de mandioca, o consumo brasileiro anual per capita, de acordo com dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), é de 7,776 kg, com predominância da região Norte, onde o consumo é de 33,827 kg por pessoa/ano. Considerando o consumo médio da região Norte pela população rondoniana o consumo deste produto no estado seria em torno de 52,8 mil toneladas/ano e tendo como referência um rendimento médio de 30%

na fabricação da farinha (SEBRAE, 2009), Rondônia teria a necessidade de produzir, apenas para ser autossuficiente nesse item, 176,1 mil toneladas/ano de raiz de mandioca. Ao levar em conta a média de produtividade de mandioca em Rondônia de 21 toneladas/ha (IBGE, 2014a), o Estado deveria plantar 8.389ha/ano de mandioca para produção de farinha. Ou seja, com uma área colhida, em 2014, de 24.796 ha (IBGE, 2014a), Rondônia possui produção de raiz suficiente para atender à demanda interna de consumo de farinha de mandioca.

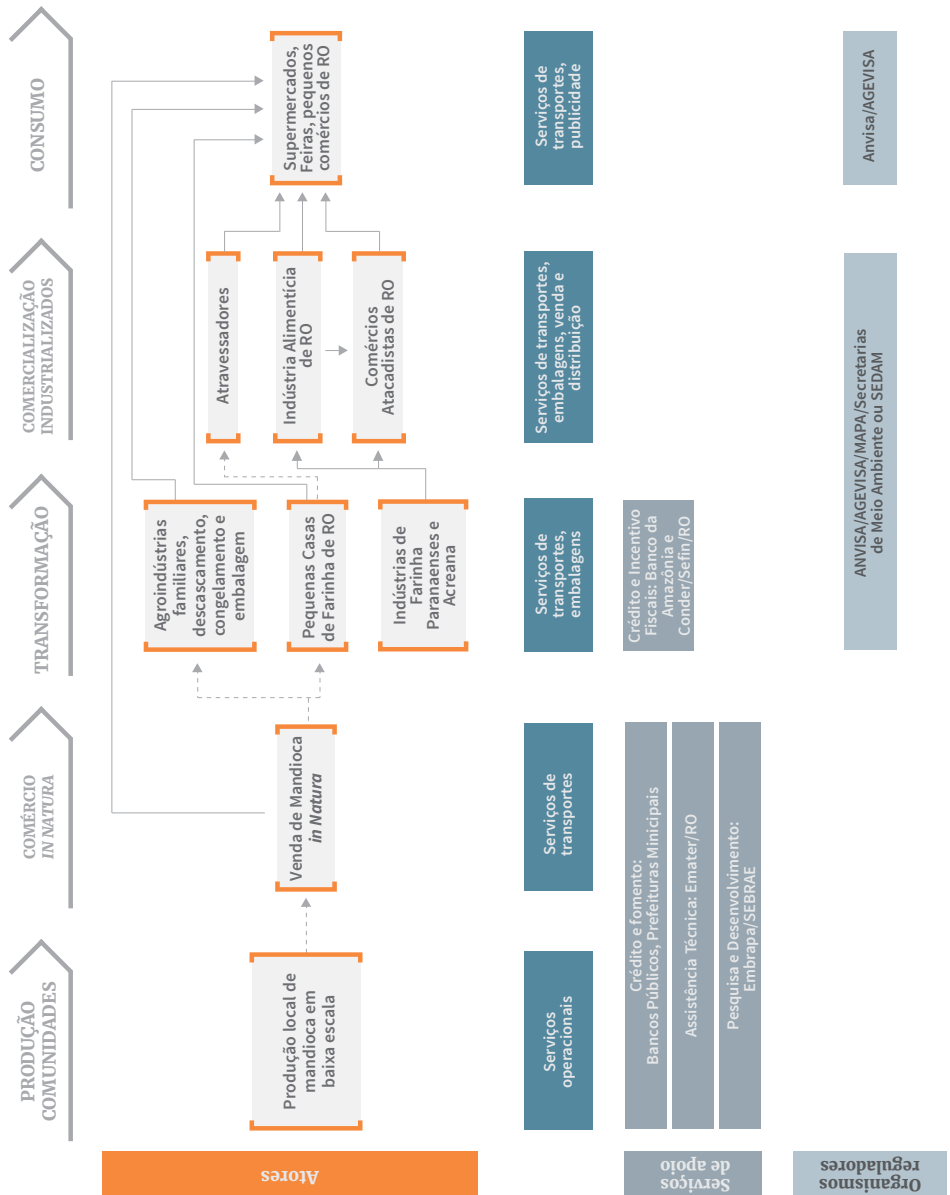
No entanto, apesar de necessitar de apenas 1/3 da área plantada em 2014 para produção de farinha, a maior parte do que é comercializado pelos supermercados provém principalmente de indústrias do Paraná e do Acre. Segundo os empacotadores e distribuidores de farinha, a produção nesses estados é organizada, constante, padronizada, segue as normas sanitárias e, ainda, tem preços competitivos e viáveis para transpor o custo de logística dessas regiões até Rondônia.

Estrutura da Cadeia Produtiva da Farinha de Mandioca

A cadeia produtiva da Farinha de Mandioca na região centro sul de Rondônia, possui cinco elos principais, que são: produção, comércio in natura, transformação e comercialização e consumo. Conforme demonstra o mapa geral apresentado na figura e detalhados a seguir.

¹ A população do Estado de Rondônia é de 1.562.409 habitantes (IBGE, 2010).

FIGURA 16 – Mapa geral da cadeia produtiva da farinha de mandioca no Centro-Sul de Rondônia



FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA.

Elos Produção e Comércio *in natura*

A produção de farinha na região é feita em casas de farinha de agricultores familiares ou de comunidades tradicionais. Os agricultores familiares produzem, em geral, farinha seca fina (branca e amarela), enquanto as comunidades tradicionais fazem, basicamente, farinha d'água.

No caso da farinha fabricada por agricultores familiares, a matéria-prima tem origem, em parte, na propriedade rural do próprio produtor, de plantios de agricultores nas proximidades e, quando não é mais encontrada nas proximidades, buscada nos municípios circunvizinhos. Os plantios têm aproximadamente 1 a 4ha/ano. A produção é parte vendida *in natura* e/ou descascada, embalada e congelada em pequenas agroindústrias familiares e destinadas ao mercado consumidor. O restante é destinado para fabricação de farinha de mandioca, sendo que o tubérculo é adquirido por cerca de R\$350,00/tonelada. Uma característica observada é que são os próprios compradores que realizam a colheita de forma manual, contratando mão de obra na modalidade diária para tal atividade.

No caso da farinha produzida pelas comunidades tradicionais, a fonte de matéria-prima é a própria localidade. Embora algumas casas de farinha sejam compartilhadas por membros da comunidade, cada membro utiliza a estrutura para fazer sua própria farinha, a qual em parte é aproveitada para consumo e o excedente é comercializado.

O quadro a seguir apresenta gargalos e oportunidades voltados ao elo de produção de mandioca, matéria-prima para fabricação de farinha (**QUADRO 6**).

QUADRO 6 – Produção da mandioca

ELO TRANSFORMAÇÃO	
Gargalos	Descrição e/ou estratégia de melhoria
Ataque de animais silvestres às plantações	Os agricultores alegam ter perdas na produção por predação de animais silvestres (catetos, cutias e tatus), o que desmotiva a realização dos plantios.
Assistência técnica e extensão rural	Há maior conhecimento nas cadeias da pecuária e dificuldades em tratar dos aspectos referentes à mandiocultura e seus processos de beneficiamento. As orientações dadas por diferentes técnicos extensionistas são divergentes, e os produtores ficam sem saber ao certo as técnicas mais adequadas a serem implementadas, principalmente no manejo do solo.
Regularidade produtiva	O calendário de produção da mandioca não favorece a indústria, os volumes produzidos no decorrer do ano oscilam. Isso dificulta o planejamento do setor industrial. Segundo os relatos, esse fator se deve ao baixo nível tecnológico das lavouras, basicamente trabalho manual em pequenas áreas. Além disso, o período de estiagem (julho a setembro) prejudica a colheita. Outro ponto é a falta de planejamento no plantio, a maioria das roças atinge o ponto para colheita no mesmo período, e as casas de farinha não absorvem o pico de produção.
Mão de obra	A disponibilidade de mão de obra no campo é um gargalo para todos os setores da agricultura, inclusive a familiar.
Distância das áreas de produção	A distância necessária para buscar matéria-prima, algumas vezes, é superior a 150km, o que encarece os custos de produção.
Oportunidades	Descrição e/ou estratégia de melhoria
Manejo da fauna silvestre e corredores ecológicos	Firmar parcerias com universidades locais e órgãos de assistência pesquisa e extensão na busca de soluções viáveis para evitar os danos, como o manejo de animais e a formação de corredores ecológicos.
Formação em Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar - ATEAF	É necessária a formação de técnicos extensionistas, por meio de capacitações, que visem não apenas a simples extensão agrícola, mas também a construção conjunta com os produtores de ações planejadas ao longo de toda cadeia produtiva.
Estímulo a plantios de matéria-prima no entorno de farinhas	Aproximar a matéria-prima do beneficiamento. Além de dinamizar a economia no entorno dos empreendimentos tornaria o produto local mais competitivo no mercado e, ainda, facilitaria o planejamento da produção.

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA.

Elo Beneficiamento

Na região, há casas de farinha regularizadas e/ou em processo de regularização (ambiental/sanitária), que produzem, empacotam (FIGURA 17) e colocam o produto no mercado local e até mesmo regional. Contudo, seguramente, a maior parte das casas de farinha não possui nenhum tipo de regularização para seu funcionamento e vende sua produção em sacas de 50kg para atravessadores que disponibilizam o produto a supermercados e feiras livres, como é o caso de PCT que realizam esse procedimento.

FIGURA 17 – Exemplos de farinha de mandioca produzida em agroindústrias familiares da região de estudo



FOTO: MARCELO FERRONATO

O estudo identificou cinco indústrias alimentícias da região que contam com a farinha de mandioca no seu catálogo de produtos. Elas não produzem farinha, apenas compram, empacotam e distribuem. Estão concentradas nas cidades de Ji-paraná (3) e Cacoal (2). Juntas, estimamos que empacotam 1 mil toneladas/ano. Desse total, menos de 5% é oriundo do Estado de Rondônia, o restante do volume da farinha é adquirido principalmente do Paraná (farinha fina) e do Acre (farinha d'água).

Foi verificada a ocorrência de gargalos e oportunidades para esse elo da cadeia produtiva, que são apresentados a seguir (QUADRO 7).

QUADRO 7 – Beneficiamento da farinha de mandioca

ELO TRANSFORMAÇÃO	
Gargalos	Descrição e/ou estratégia de melhoria
Produção em escala e padronização	A capacidade de produção de casas de farinha familiares, quando mecanizadas e com rotina de trabalho estabelecida, gira em torno de 20 sacas por semana (cerca de 4 toneladas/mês). Nesse formato, apenas para atender às quatro maiores indústrias de empacotamento e distribuição da região, seriam necessárias 250 casas de farinha, produzindo com constância e padrão igual.
Rastreabilidade da produção	Outra questão apontada pelas indústrias por optarem em comprar a farinha produzida no Paraná e no Acre, ao invés da produzida em Rondônia, é a ausência de certificação sanitária das casas de farinha do Estado.
Competitividade com outros estados	O Paraná, por exemplo, domina praticamente 70% da produção de farinha de mandioca e fécula no País. Por ter uma cadeia produtiva bem estruturada, produção estável no decorrer do ano, escala, padrão e sanidade, consegue atender Rondônia com preço competitivo.
Limitações do mercado	Os principais pontos de comercialização (supermercados) não podem expor produtos que não estejam devidamente embalados e inspecionados, esse fator limita a comercialização da produção que não atende aos padrões, ficando restrito a feiras livres e pequenos comércios.
Oportunidades	Descrição e/ou estratégia de melhoria
Regularização de casas de farinha	Existe um mercado em crescimento e uma indústria alimentícia importando matéria-prima de outras regiões, logo, a regularização sanitária/ambiental das casas de farinha é fator essencial para venda da produção a esses distribuidores.
Acesso a políticas públicas	As políticas de aquisição de alimentos, como PAA e PNAE, são alternativas que podem assegurar a aquisição da produção e a estabilidade do preço.
Aproximação com setor industrial	O produtor de farinha precisa compreender as necessidades do mercado e o atendimento às normas e aos padrões.
Proibição da venda direta ao consumidor de produto não embalado	Isso se torna uma oportunidade, pois a venda em embalagens de 1kg agrega valor ao produto, que passa de aproximadamente R\$90,00 a saca de 50 kg para cerca de R\$150,00 se vendido aos comércios a R\$3,00/kg em embalagens de 1kg. Contudo, é importante observar que o processo, além de necessidades de maquinário, ainda envolve outros custos, como distribuição e vendas.

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA.

Elos Comercialização e Consumo

TABELA 54 – Relação de produtos e preços de farinha de mandioca, encontrados e praticados na região de estudo

Produto/ Tipo	Fabricantes - Origem	Peso de embalagem	Preço médio praticado (R\$)*	Valor Médio (R\$/kg)
Amarela fina	Família* Pimenta Bueno/RO	1kg	4,69	5,20
	Campilar Ji-Paraná/RO		6,51	
	Bernardo - Ji-Paraná/RO		4,55	
	Santa Olga - Ji-Paraná/RO		4,50	
	Rical - Ji-Paraná/RO		5,00	
	Vovô Tino - Pres. Médici/RO		6,18	
	Amafil - PR		4,98	
Amarela grossa	Rei do Tempero - Cacoal/RO	1kg	7,29	5,74
	Dona Dila - Ji-Paraná/RO		5,95	
	Tio Chico - Porto Velho/RO		4,49	
	Bernardo - Ji-Paraná/RO		5,25	
Bijusada	Vovô Tino - Pres. Médici/RO	500g	5,59	10,78
	Pinduca - PR		3,59	
	Yoki - PR		6,99	
Branca fina	Suíço* Pimenta Bueno/RO	1kg	3,50	4,92
	Família* Pimenta Bueno/RO		4,40	
	Campilar Ji-Paraná/RO		6,51	
	Santa Olga - Ji-Paraná/RO		4,50	
	Mestre Cuca - Cacoal/RO		5,00	
	Tia Lili - Jarú/RO		4,37	
	Vovô Tino - Pres. Médici/RO		5,88	
	Pinduca - PR		5,58	
	Amafil - PR		4,61	
Farofa pronta temperada	Campilar Ji-Paraná/RO	500g	5,75	9,08
	Bernardo - Ji-Paraná/RO	500g	3,20	
	Pinduca - PR	500g	3,55	
	Mika - MT	500g	2,99	
	Zaeli - PR	500g	6,64	
	Yoki - PR	500g	6,10	
	Sinhá - PR	500g	4,12	
	Kodilar - SP	500g	4,00	
	Nero - GO	400g	4,83	
Torrada fina	Santa Rosa - Jarú/RO	1kg	4,86	4,93
	Pinduca - PR	1kg	4,84	
	Amafil - PR	1kg	5,09	
	Corsetti - RS	250g	2,84	

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA.
* PREÇO REFERENTE A AGOSTO DE 2016.

No total, foram encontradas 22 marcas de farinha de mandioca à disposição do consumidor. Das quais, 13 (59%) instaladas em Rondônia e nove distribuídas em cinco estados da federação (PR, MT, SP, GO, RS). Das 13 marcas de Rondônia que distribuem na região estudada, 10 são locais, o que sugere uma boa capacidade aceitação do mercado consumidor pelas marcas regionais. A farinha de mandioca é apresentada em seis formas ao consumidor: amarela fina, amarela grossa, bijusada, branca fina, farofa pronta temperada e torrada fina. As oportunidades para comercialização e consumo de farinha de mandioca estão apresentadas no Quadro 8.

QUADRO 8 – Comércio e consumo da farinha de mandioca

ELO TRANSFORMAÇÃO	
Oportunidades	Descrição e/ou estratégia de melhoria
Tendência de crescimento	O consumo cresce, conforme o crescimento populacional do Estado. Além do consumo interno, as indústrias alimentícias de Rondônia têm se consolidado e diversificado seus produtos e começam a ampliar suas áreas de distribuição para estados e países vizinhos, o que oportuniza novos negócios e ampliação de oferta de produtos.

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA.

Cadeia produtiva do Óleo de Copaíba

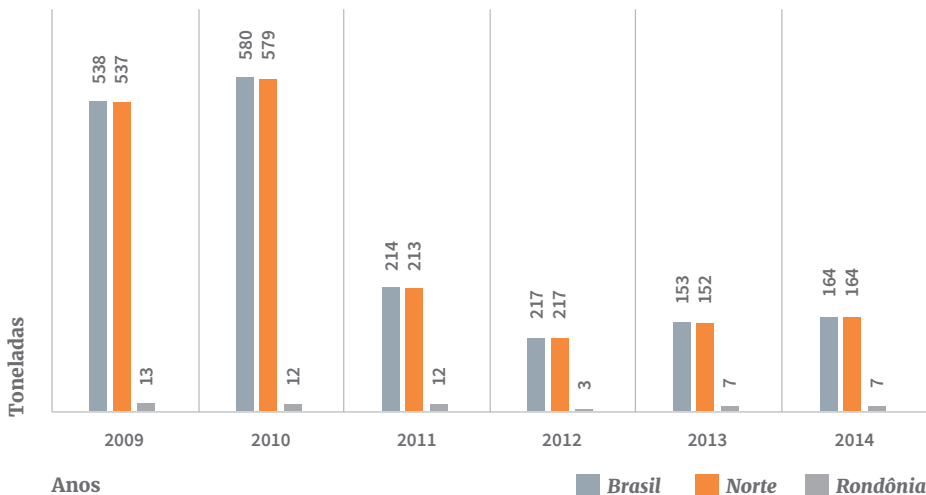
A copaíba (*Copaifera sp*) fornece o bálsamo ou óleo de copaíba, líquido que é a seiva extraída mediante a aplicação de furos no tronco da árvore até atingir o cerne. O uso mais comum é o medicinal, sendo empregado, principalmente, na medicina popular como anti-inflamatório e anticancerígeno. Também é amplamente utilizado pela indústria cosmética para transformação em perfumes, óleos essenciais, desodorantes, pós-barba, condicionador, shampoo, microemulsões, óleos em gel, sabonetes, sais para banho, cremes nutritivos, fitoterápico (ENRIQUEZ; GALVÃO; BUENO, 2007).

As copaibeiras são classificadas e distribuídas em 72 espécies já identificadas, sendo que, em terras brasileiras, já foram encontradas 16 espécies (DUYER, 1951; KEWENSIS, 1966 apud LIMA; LIMA, 2012).

No Brasil, a produção concentra-se na região Norte, centrada em três estados, sendo o Amazonas o principal produtor nacional, com 434 t/ano (92%); seguido pelo Pará, 34 t/ano (7%); e Rondônia, com 7t/ano (1%); o Acre produz menos de uma tonelada (IBGE, 2015).

No período 1990-2000, a produção oficialmente registrada pelo IBGE passou de 95 para 408 toneladas, ou seja, evoluiu a uma taxa média anual de 14%. Nos anos 2000, embora a produção tenha continuado aumentando, passando para 479 toneladas, em 2005, as taxas de crescimento foram bem menores, de apenas 3% ao ano entre 2000 e 2005 (ENRIQUEZ; GALVÃO; BUENO, 2009). De 2009 a 2014, o volume extraído apresentou queda, especialmente a partir de 2011, quando a redução da produção foi maior do que 50% (FIGURA 17).

FIGURA 17 – Produção de Copaíba entre os anos de 2009 a 2014 no Brasil, Região Norte e Rondônia



FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA.

Estrutura da Cadeia Produtiva do Óleo de Copaíba

Poucas são as informações a respeito da produção e da cadeia da copaíba. Percebe-se muito medo das pessoas em responderem a questões referentes ao produto, que entendem que, por se tratar de um produto extraído da floresta, podem ser criminalizados.

De acordo com as informações coletadas, a cadeia produtiva do óleo de copaíba possui quatro elos principais, a saber: produção, comercialização in natura, comercialização por atacado e comercialização varejo. Conforme demonstra o mapa geral apresentado na Figura 18 e detalhado a seguir.

FIGURA 18 – Mapa geral da cadeia produtiva do óleo de copaíba no Centro-Sul de Rondônia



FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA.

Estrutura da Cadeia Produtiva do Óleo de Copaíba

A extração do óleo de copaíba é feita, principalmente, nas áreas de Unidades de Conservação e Terras Indígenas, onde os extratores perfuram o tronco das árvores para que ela libere através desse “furo” sua seiva (óleo), momento em que o óleo é liberado e envasado em galões

e/ou garrafas pet. Após a extração do óleo, o “furo” é fechado utilizando um pedaço de madeira para que, posteriormente, possa ser extraído o óleo sem que as copaibeiras morram.

Esse procedimento é feito de forma individualizada, com pouco ou nenhum tipo de acompanhamento e controle, o que resulta na não uniformidade do produto, uma vez que óleo de várias árvores vai se misturando no mesmo galão até que a sua capacidade esteja completa. Esse fator se repete até que a capacidade de coleta do extrator, em geral, limitada ao número de árvores que explora e/ou ao território que ocupa, seja atingida. Ao ser envasado em embalagens, o óleo passa por um processo de filtragem simples, utilizando um pano, para eliminação de impurezas como folhas, insetos, etc. Após isso, os galões são fechados e armazenados até a venda.

Os gargalos e as oportunidades para produção de óleo de copaíba são mostrados no Quadro 9.

QUADRO 9 – Produção do óleo de copaíba

ELO PRODUÇÃO	
Gargalos	Descrição e/ou estratégia de melhoria
Boas práticas de extração	Não existe nenhuma norma que assegure padrões nos processos de extração e armazenamento do óleo de copaíba. Também destacamos a forma de extração, uma vez que, caso praticada de forma incorreta, pode acarretar a morte da árvore produtora.
Oportunidades	Descrição e/ou estratégia de melhoria
Atividade de formação em boas práticas de extração de óleos e rastreabilidade	Dar maior segurança aos consumidores finais do produto.
Plano de Manejo de Produtos Não Madeireiros	Mapear as zonas de produção, definir capacidade produtiva e estratégias para rastrear a produção e dar subsídios para os produtores planejarem a produção e estabelecerem contatos comerciais.

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA.

Elo comercialização in natura e Comercialização atacado

Ambos os elos são operados por atravessadores que vão às comunidades em busca do óleo da copaíba, que também pode ser levado à cidade à procura de compradores. Durante a pesquisa, constatamos que o preço médio praticado na primeira comercialização é de cerca de R\$40,00 por litro de óleo.

O produto provém das Terras Indígenas Roosevelt e Igarapé Lourdes e da Reserva Extrativista do Cautário. Todavia, a produção dessas áreas não ocorre de maneira constante e é

complementada com o que se produz na região de Machadinho do Oeste, norte de Rondônia, localizada fora da área do estudo.

Os compradores, por sua vez, fazem a fragmentação do óleo adquirido de diversos produtores em embalagens pequenas. Encontramos óleos em garrafas pet de 500ml e/ou frascos conta-gotas de 20, 50, 100, 160ml (FIGURA 19).

FIGURA 19 – Óleo de copaíba envazado em embalagens e comercializado em Cacoal/RO



FOTO: MARCELO FERRONATO

Os gargalos e as oportunidades para o elo são apresentados a seguir (QUADRO 10).

QUADRO 10 – Comercialização do óleo de copaíba *in natura* e atacado

ELO COMERCIALIZAÇÃO <i>IN NATURA</i> E COMERCIALIZAÇÃO POR ATACADO	
Gargalos	Descrição e/ou estratégia de melhoria
Comercialização	É feita de forma individualizada pelos extratores, não passando pelas organizações que os representam. Portanto, não se tem dados da produção local.
Oportunidades	Descrição e/ou estratégia de melhoria
Cooperativismo	Organizar a produção e a venda coletiva por meio das organizações de representação. Outra alternativa é a própria comunidade definir uma marca e realizar o fracionamento de sua produção em embalagens comerciais (500ml, frascos conta-gotas). Isso, associado à rastreabilidade do produto, poderá agregar valor e dar visibilidade aos extratores.

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA.

Elo Comercialização Varejo

Após envazados, o óleo é distribuído a comércios de produtos naturais e/ou feiras livres da região. Os preços praticados nesses locais giram em torno de R\$50,00/L a R\$100,00/L, sendo que, quando menor a embalagem, maior será o valor correspondente ao litro do produto. Os pontos de venda possuem baixa escala de comercialização, aqueles que se dispuseram a fornecer informações dizem vender, anualmente, no máximo 100 litros.

Nesse elo, há desconhecimento da origem do óleo de copaíba, uma vez que, após sair das áreas de produção e adquirido pelos compradores intermediários para fragmentação e embalagem, ele é misturado com óleos de diferentes regiões.

Não foram identificados, no decorrer do estudo, indústrias ou instituições que organizem a cadeia produtiva, nem mesmo que adquiram produção em larga escala para comercializar com indústrias de outros estados. A única citação feita foi referente à presença da Emater Rondônia no tocante à pesquisa de preços praticados no mercado.

Apontamos um gargalo para o elo, conforme no Quadro 11.

QUADRO 11 – Comércio no varejo

ELO COMERCIALIZAÇÃO VAREJO	
Gargalos	Descrição e/ou estratégia de melhoria
Rastreabilidade	Devido à forma como é praticada, a extração na floresta, e aos escassos recursos financeiros dos extratores para atividade, a coleta vai sendo realizada de árvore em árvore até completar o volume dos recipientes, misturando os óleos de todas as árvores. Assim não é possível delinear as áreas e até mesmo as árvores com maior potencial produtivo ou padrões de qualidade, índices de acidez, etc.

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA.

Cadeia produtiva do Látex

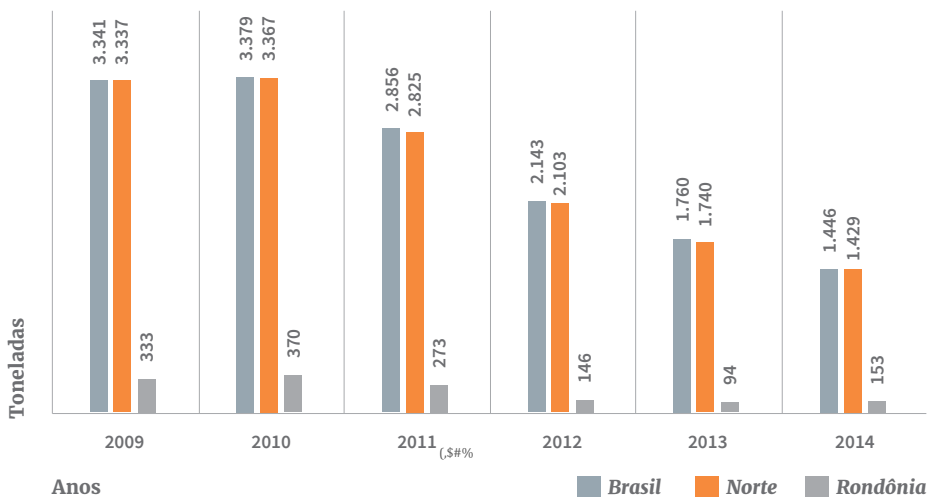
No Brasil, a cadeia produtiva da borracha natural, produto obtido pela extração do látex da seringueira (*Hevea brasiliensis*) possui três segmentos distintos: a atividade rural, subdividida em atividade extrativista e de cultivo (heveicultura); as indústrias de beneficiamento; e a indústria consumidora final.

No que se refere ao seu extrativismo, a região Norte, em 2014, é responsável por 98% do mercado nacional de Cernambi Virgem Prensado (CVP) e 100% do látex líquido (IBGE, 2014b). Rondônia não tem participação na produção de látex líquido, porém, contribuiu com 10% da produção nacional de CVP no mesmo ano.

É importante destacar que a produção CVP, de 2009 a 2014, apresentou queda de 43%,

especialmente a partir de 2011 (FIGURA 20). No caso de Rondônia, a redução foi de 45%. No entanto, entre 2013 e 2014, a produção do Estado cresceu na ordem de 61%, mesmo assim, não atingiu metade do nível de 2009.

FIGURA 20 – Produção de látex coagulado (Cernambi Virgem Prensado - CVP) no período de 2009 a 2014 no Brasil, na região Norte e em Rondônia



FONTE: IBGE, 2015.

Na região Centro-Sul de Rondônia, a produção ocorre na TI Igarapé Lourdes (1t/ano) e na Resex Cautário (15t/ano) (FIGURA 21), quantitativo que corresponde a aproximadamente 10% da produção estadual.

FIGURA 21 – Carregamento de 11 toneladas de CVP, na Resex Cautário, em agosto de 2016

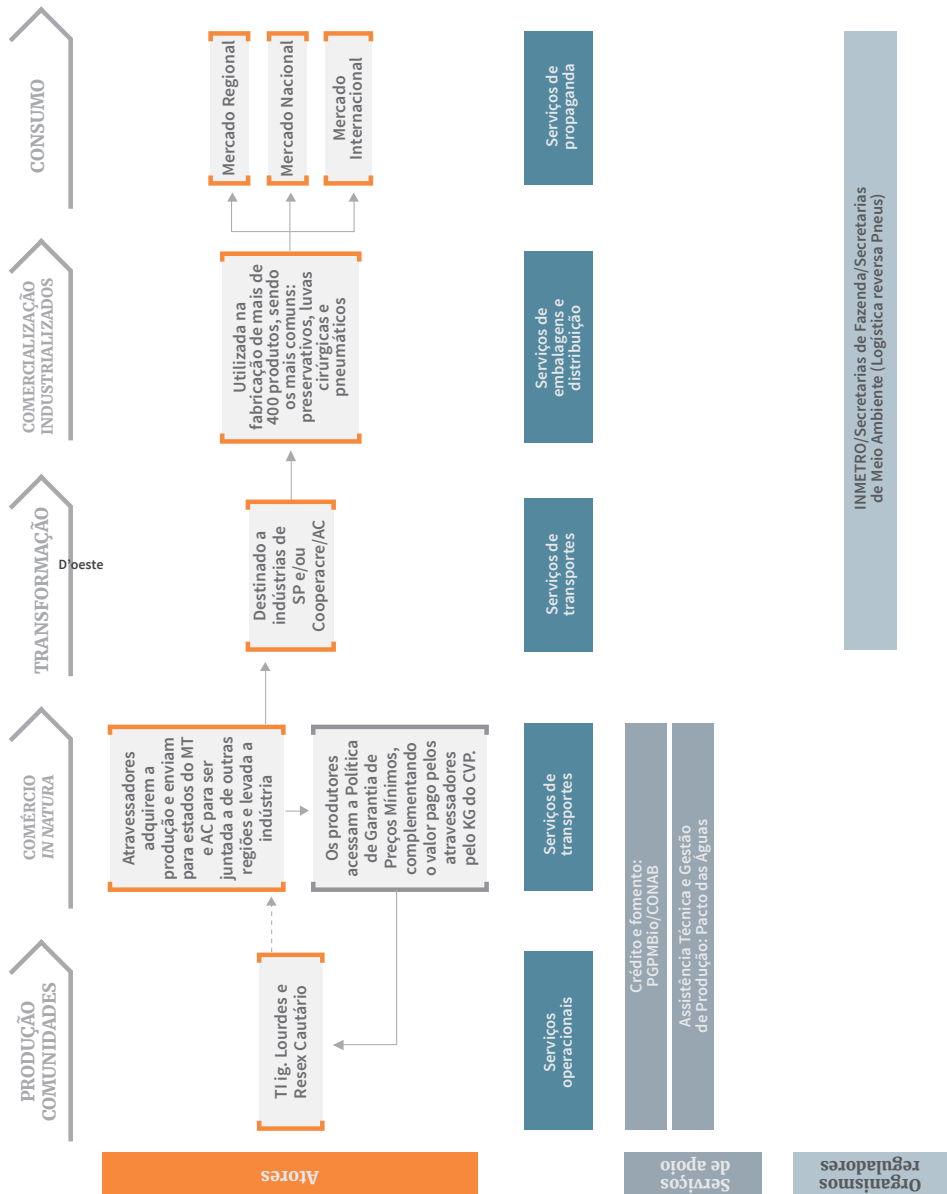


FOTO: SAVIO GOMES/ PACTO DAS ÁGUAS.

Estrutura da Cadeia Produtiva do Látex

A cadeia produtiva látex na região possui cinco elos identificados: produção, comércio in natura, transformação, comercialização de industrializados e consumo. Conforme demonstra o mapa geral apresentado na Figura 22 e detalhado em seguida.

FIGURA 22 – Mapa da cadeia produtiva do látex na região Centro-Sul de Rondônia



FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA.

Elo Produção

O processo de extração do látex da seringueira se dá de forma bastante rudimentar e com baixo nível tecnológico. Os extrativistas/seringueiros percorrem a floresta pelo que chamam de “Estradas de Seringa”, marcando as árvores produtivas com “riscos” em formato característico, de forma que o látex escorra até as canecas que são fixadas nas árvores para coleta e retiradas após estarem com seu volume completo.

O produto é armazenado temporariamente nas casas dos extrativistas e vai sendo “prensado”, adquirindo volume para formar fardos de aproximadamente 50kg, até ser comercializado.

Considerando que um seringueiro extrai da floresta aproximadamente 500kg de borracha/ano e a produção da região é de cerca de 16.000kg, são necessários 32 extrativistas para atingir tal volume.

É preciso atentar para a existência de plantios em pequena escala (1 a 5ha) na região da Zona da Mata Rondoniense, muitos abandonados por carência de mão de obra qualificada para o corte (“riscar”) da seringueira e de pontos de comercialização. Inclusive os agricultores familiares, apesar do preço mínimo pago pelo Governo Federal ser atraente, têm largado a atividade seringueira.

No Quadro 12 estão ilustrados de maneira sintética os gargalos e as oportunidades inerentes ao elo de produção de látex, identificados pelo estudo.

QUADRO 12 – Produção do látex

ELO PRODUÇÃO	
Gargalos	Descrição e/ou estratégia de melhoria
Acesso aos seringais e logística	Algumas comunidades (ex. Cinta Larga), mesmo historicamente não tendo o hábito de cortar seringa, relatam à Funai o interesse de realizar a atividade, mas têm dificuldades em acessar os seringais de seu território devido às distâncias destes e às dificuldades logísticas.
Capacitação para a extração do látex	A capacitação se aplica, basicamente, às áreas de plantios que, apesar de não serem áreas ocupadas por PCT, ao realizarem a extração e comercialização, contribuem na escala de produção de Rondônia.
Oportunidades	Descrição e/ou estratégia de melhoria
Desenvolvimento de projetos experimentais	Desenvolvimento de projetos experimentais com comunidades que possuem potencial, mas que, historicamente, não acessam o recurso natural para comporem sua renda.
Ações de capacitação	Organizações de base para promover “dias de campo” com seringueiros experientes com vistas à capacitação de agricultores e trabalhadores rurais para o corte de seringa. Objetiva, sobretudo, a aproximação dos atores e pode contribuir na construção de parcerias para ampliação da escala de produção do látex da região.

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA.

Elo Comércio *in natura*

Ocorre em duas etapas. A primeira é feita por atravessadores que vão às comunidades em busca da produção do Cernambi Virgem Prensado (CVP). O valor pago pelo quilograma do CVP aos extrativistas é de aproximadamente R\$2,00, que é complementado por meio da Política de Garantia de Preços Mínimos em mais R\$2,90 (CONAB, 2015), ou seja, o valor final recebido pelos extrativistas de borracha natural é de R\$4,90/kg.

Após adquirido, os compradores realizam o transporte e revendem a compradores instalados no estado de Mato Grosso, que acumulam a produção de diversas regiões. Esses agentes funcionam como uma espécie de representantes das indústrias de São Paulo ou do Acre. Após acumularem certa quantidade viável para o transporte, o produto é destinado para o processo de transformação.

O Quadro 13 mostra os gargalos e as oportunidades característicos do elo de comércio *in natura*.

QUADRO 13 – Comércio *in natura* de látex

ELO COMÉRCIO IN NATURA	
Gargalos	Descrição e/ou estratégia de melhoria
Organização Social	A venda individual ainda é predominante entre os produtores, mesmo existindo organizações sociais que os representem, estas não assumem o papel de mediação econômica entre a produção e o mercado.
Oportunidades	Descrição e/ou estratégia de melhoria
Cooperativismo	Não há cooperativa que tenha como foco a comercialização dos produtos dessas comunidades.

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA.

Elo Transformação

A indústria de beneficiamento é responsável por transformar o látex coagulado nos mais diversos produtos (mais de 400 tipos), um dos principais destinos da borracha coagulada é a indústria automobilística. Nessa etapa da cadeia, o nível tecnológico aplicado é variável de acordo com o produto final a ser ofertado e os preços de mercado também oscilam conforme a especificidade do item (MOREIRA et al., 2011).

Rondônia, apesar de ser produtor de látex, não possui estabelecimentos que realizem seu processamento. O potencial produtivo do Estado é insuficiente para atender a demanda de uma indústria.

Entre as décadas de 1990 e 2000, em Rondônia, aconteceram movimentos impulsionados por extrativistas e organizações locais para o desenvolvimento do “tecido da floresta”. Iniciativa que, embora promissora à época, foi abandonada por falta de investimentos voltados a pesquisas para o aprimoramento do produto e seu desenvolvimento em roupas, calçados, acessórios, entre outros, que pudessem ser atraentes ao mercado consumidor. Atualmente, não há um caminho alternativo para o látex da região de estudo que não seja a indústria de outros estados.

Elos Comercialização de Industrializados e Consumo

Representa o destino final dos produtos que têm como origem a borracha coagulada. Há uma grande quantidade de produtos gerados a partir do látex natural (preservativos, luvas de procedimentos de saúde, brinquedos, colchões, travesseiros, etc.). Contudo, os componentes de veículos, como pneus e peças emborrachadas, são os que mais absorvem a produção, que tem como destino os mercados regional, nacional e internacional.

Cadeia produtiva do Babaçu

O babaçu (*Orbignya sp*) é encontrado com maior frequência nas zonas de transição entre as florestas úmidas da bacia amazônica e as terras semiáridas do Nordeste. No Maranhão, ocupa cerca de 10 milhões de hectares e, com o Piauí, apresenta zonas de alta densidade, com populações superiores a 200 plantas por hectare. No Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil, abrange entre 13 e 18 milhões de hectares.

Rondônia se destaca pela presença de áreas abundantes de babaçuais, mesmo que pouco explorados. A planta começa a frutificar com 8 a 10 anos, alcançando plena produção aos 15 anos e possui tempo de vida de 35 anos. Produz o ano todo, de 3 a 6 cachos de frutos. Cada cacho possui cerca de 150 a 300 cocos, e cada um possui em média 3 amêndoas no seu interior (PAES DE SOUZA; BORRERO; SOUZA FILHO, 2011).

Entre os anos de 2009 a 2014, os estados da região Nordeste do Brasil (MA, PI, CE e BA) representaram 99,5% da produção nacional de amêndoas de babaçu (TABELA 55). O Maranhão, sozinho, foi responsável por 94% da produção nacional e da região Nordeste, seguido pelo Piauí com 4%. A região Norte representou apenas 0,5% do volume nacional, sendo Tocantins o maior produtor da região com 90% do total explorado, seguido do Pará (7%) e Amazonas (2%). Rondônia não se apresenta como estado produtor (IBGE, 2014b).

TABELA 55 – Produção registrada de amêndoas de babaçu no período de 2009 a 2014

PRODUÇÃO ANUAL (TONELADAS)						
Região	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Nordeste	108.717	105.389	102.076	97.528	89.469	83.614
Norte	582	666	424	292	269	303
Brasil	109.299	106.055	102.499	97.820	89.739	83.917

FONTES: IBGE, 2014B

Considerações a respeito da cadeia produtiva do babaçu

A cadeia produtiva do babaçu encontra-se em estágio muito elementar e praticamente inexistente na região Centro-Sul de Rondônia.

Projetos no Estado vêm sendo e/ou foram desenvolvidos por meio de ações de cunho socioambiental voltadas a diagnosticar potencial produtivo, geração de energia ou como alternativas econômicas a comunidades extrativistas e/ou agricultores familiares. Todavia, todas as iniciativas conhecidas estão na porção Centro-Norte do Estado.

Dessa forma, o que temos a apresentar são considerações gerais acerca da planta, que, mesmo com potencial para mais de 64 produtos, tais como carvão, farináceas, ácidos graxos (PAES DE SOUZA; BORRERO; SOUZA FILHO, 2011), ainda precisa ser trabalhada e desenvolvida na região. Este é um grande desafio para a produção do babaçu.

Aspectos da Produção

Em termos de produção, a cadeia do babaçu é relativamente simples. Ela abrange a extração dos cachos com cocos na floresta e/ou áreas abertas e sua condução até uma área de processamento, na qual se separa a casca do coco (a parte fibrosa externa) e a parte dura (endocarpo), que contém as amêndoas que produzirão o óleo de babaçu. Do mesocarpo extraído, depois de arrancar a casca, é possível produzir uma farinha para misturas de alto valor nutritivo e que pode ser utilizada, por exemplo, como parte da merenda das escolas rurais (PAES DE SOUZA; BORRERO; SOUZA FILHO, 2011).

A amêndoa de babaçu integra a Política de Garantia de Preços Mínimos, cujo valor na safra 2015/2016 foi definido em R\$2,49/kg.

Na área de estudo, o único ponto que está realizando a exploração é na Terra Indígena Sete de Setembro, por um grupo de indígenas da etnia Paiter Suruí. Contudo, a atividade ainda se encontra em caráter experimental e inicial.

Gargalos e oportunidades para o elo de produção da cadeia produtiva do babaçu são descritos no Quadro 14.

QUADRO 14 – Produção do babaçu

ELO PRODUÇÃO	
Gargalos	Descrição e/ou estratégia de melhoria
Baixo valor do produto	O valor pago pelo kg da amêndoa de babaçu (o produto de maior valor) é baixo, o que acaba desmotivando a coleta e quebra do coco.
Infraestrutura e logística	Diferente das regiões do Nordeste onde o babaçu é coletado em áreas abertas, na região de estudo, a coleta precisa ser realizada em floresta densa. Isso dificulta o deslocamento da produção até os pontos de quebra do coco.
Oportunidades	Descrição e/ou estratégia de melhoria
Capacidade de produção	Conhecer a real capacidade produtiva da região e definir projetos de longo prazo junto às comunidades produtoras.

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA.

Aspectos do Beneficiamento e Comercialização

Além da produção destinada ao mercado, as famílias produtoras extraem e utilizam do que chamam de azeite de babaçu para o consumo familiar ou o vendem no mercado local.

O carvão é outro produto utilizado no consumo doméstico ou comercializado localmente. É

produzido a partir do que sobra do coco (madeira) durante o processo de extração da amêndoa. Empresas siderúrgicas também o aproveitam, sob a restrição de não usarem o coco inteiro, antes da extração da amêndoa.

O endocarpo, o pericarpo e o mesocarpo também podem ser empregados para o uso industrial, na alimentação animal e na produção de fertilizantes. Há também outros “subprodutos” do babaçu, como exemplo a farinha de mesocarpo de babaçu, utilizada na alimentação humana, rica em fibras. Já o óleo pode servir como componente da produção de cremes corporais.

Gargalos e oportunidades para o elo de beneficiamento e comercialização da cadeia produtiva do babaçu são descritos a seguir (QUADRO 15).

QUADRO 15 – Beneficiamento e comercialização do babaçu

ELO DE BENEFICIAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO	
Gargalos	Descrição e/ou estratégia de melhoria
Infraestrutura	Diferente dos demais produtos do estudo, que são vendidos com facilidade para atravessadores mesmo estando in natura, com o babaçu não ocorre dessa forma. Não há uma cadeia produtiva, mesmo a nível local, estabelecida, e os esforços para manutenção da atividade são voltados para região Nordeste, que concentra 99% da produção.
Oportunidades	Descrição e/ou estratégia de melhoria
Estruturas mínimas de beneficiamento	Investir minimamente em infraestrutura para beneficiamento de produção em pequena escala para atender ao mercado local.

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA.

Aspectos do Consumo

Entre os principais mercados conscientes para onde se dirigem as exportações de óleo bruto de babaçu estão Alemanha (12 t/ano), Estados Unidos (25 t/ano) e Holanda (52 t/ano) (PAES DE SOUZA; BORRERO; SOUZA FILHO, 2011). Já o mercado brasileiro de óleos láuricos constitui-se, atualmente, no principal destino para o óleo de babaçu. As indústrias dos segmentos de higiene, limpeza e cosméticos absorvem cerca de 35 mil toneladas anuais de óleo de babaçu bruto (PAES DE SOUZA; BORRERO; SOUZA FILHO, 2011).

Considerando o teor de óleo da amêndoa de 60% (GOMEZ et al., 2013) e a produção nacional de amêndoa, em 2014, de 83.917 toneladas (IBGE, 2014b), teríamos um volume de óleo bruto de aproximadamente 50 mil toneladas. Isso representa um déficit de aproximadamente 38 mil toneladas apenas para as exportações citadas acima. Ao estimar também o consumo nacional, o saldo negativo ultrapassa 73 mil toneladas de óleo.

Certamente, os dados de produção estão subestimados, uma vez que o registro é feito por meio do que é declarado aos órgãos governamentais. Todavia, demonstram o potencial da cadeia produtiva e o amplo mercado a ser explorado.

No entanto, na região do estudo, o consumo resume-se ao uso alimentar da farinha de babaçu. Em bancas de ervas medicinais e temperos locais, é possível encontrar a farinha em embalagens plásticas de 250g vendidas a R\$5,00, oriundas do Projeto Babaçu Paiter-Suruí e/ou de Porto Velho. Na medicina natural, o babaçu é utilizado como anti-inflamatório em massagens nas partes doloridas do corpo (IEPAGRO, 2010 *apud* PAES DE SOUZA et al., 2011).

Não foram encontrados, pelo estudo, outros produtos processados a partir do babaçu na região. Os gargalos e as oportunidades para o elo de consumo da cadeia produtiva do babaçu são expostos no Quadro 16.

QUADRO 16 – Consumo do babaçu

ELO DE CONSUMO	
Gargalos	Descrição e/ou estratégia de melhoria
Isolamento da região	Praticamente toda a produção nacional se concentra em três estados do Nordeste. Apesar do consumo não estar naquela região produtora, a infraestrutura para escoamento da produção está pré-estabelecida e existe produção, beneficiamento e mão de obra que depende significativamente da atividade para sobrevivência, diferentemente da região do estudo, onde uma cadeia do babaçu não é a atividade principal das comunidades da região.
Oportunidades	Descrição e/ou estratégia de melhoria
Buscar mercado socioambiental responsável	Vários estudos apontam para valorização de produtos oriundos da floresta e produzidos por populações que contribuem na conservação, inclusive pagando valores superiores aos de mercado. Assim sendo, estabelecer uma marca, colocar os produtos de babaçu, inicialmente, no mercado local e realizar ampla divulgação dos produtos pode atrair investidores.

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA.

Atores operadores, de Apoio e Reguladores

Prestadores de Serviço e Apoio

Fundação Nacional do Índio (Funai): no caso das comunidades indígenas, possui um importante papel na proteção, na gestão territorial e ambiental e no apoio à produção indígena. Infelizmente, a instituição carece de recursos para monitorar dados de quantidade, custos e renda da produção anual das comunidades e estimar o potencial produtivo das áreas de produção.

Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia (Emater): tem seu foco no apoio à produção agropecuária, por meio de assistência técnica e extensão rural. Possui atuação em algumas comunidades, tímida e limitada, quando comparada à atuação junto à agricultura familiar.

Pacto das Águas: é uma Oscip que, há anos, atua com a cadeia produtiva da castanha e de outros produtos da sociobiodiversidade. Seguramente, é a instituição que possui maior experiência acumulada no processo de estruturação das cadeias da castanha e do látex na região estudada. Foi apontada tanto pelas organizações sociais de base como pelas indústrias como ator articulador da cadeia. Tem realizado projetos de mapeamento da capacidade produtiva em algumas comunidades, da infraestrutura básica de armazenamento, de boas práticas de coleta e do armazenamento e, ainda, auxiliado no processo de comercialização das comunidades parceiras.

Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé: possui amplo histórico de envolvimento com as comunidades tradicionais da região estudada. Não foi citada como articulador da cadeia produtiva, como ator importante no fortalecimento da organização social das comunidades e pela defesa de direitos fundamentais para o fortalecimento das atividades produtivas locais.

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Rondônia: atua com pesquisa agropecuária e florestas. Desenvolve estudos voltados aos custos de produção da castanha em diferentes cenários, de modo a aferir a viabilidade econômica da extração.

Instituto Federal de Rondônia (Ifro): trabalha no desenvolvimento de pesquisas, especialmente no que se refere à construção de um padrão de qualidade para a castanha produzida em Rondônia.

Ação Ecológica Guaporé (Ecoporé): é a primeira ONG ambientalista de Rondônia, fundada em 1988. Contribuiu na criação das Reservas Extrativistas de Rondônia e possui atuação histórica na região da BR-429, Rio Guaporé e Zona da Mata Rondoniense. Nos últimos anos, tem atuado na recuperação de áreas degradadas e implantação de sistemas agroflorestais e como articuladora junto às instituições públicas e privadas de temas ligados à agroecologia e à sociobiodiversidade. Promove, junto a parceiros, desde 2015, a Feira de Agroecologia e Sociobiodiversidade em Rolim de Moura/RO.

Inovam Brasil: trata-se de uma indústria de produtos alimentícios que transforma castanha-da-amazônia. Está localizada em Ji-paraná/RO e é considerada a maior do Estado

para o produto. Possui ampla visão do negócio da castanha e interesse em estabelecer relações comerciais diretamente com PCT.

Organismos reguladores

Secretaria Estadual de Desenvolvimento Sustentável (Sedam): por meio da Coordenadoria de Unidades de Conservação (CUC), realiza a gestão das Unidades de Conservação (UCs) de proteção integral e uso sustentável estaduais. Tem avançado na elaboração de Planos de Manejo e Uso Múltiplo de algumas áreas em Rondônia. Algumas das UCs são contempladas pelo programa Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa).

Secretaria Estadual de Agricultura (Seagri): historicamente não mantém em Rondônia uma relação de proximidade com os PCT. Contudo, possui programas de apoio à agricultura familiar que podem contemplar essas populações, por exemplo, às agroindústrias familiares, que oferece apoio técnico para instalação de pequenos empreendimentos agroindústrias visando ao beneficiamento da produção e, ainda, suporte para que os produtos possam ser inseridos no mercado regional.

Políticas, Estratégias Nacionais Regulamento

A principal política pública de fomento às cadeias produtivas da sociobiodiversidade é o Plano Nacional para a Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB). O documento foi lançado em 2009, pelo governo federal, fruto de um processo de consultas que envolveu diferentes órgãos governamentais, o setor empresarial e a sociedade civil organizada.

O plano tem como principal objetivo desenvolver ações integradas para a promoção de produtos da sociobiodiversidade, com agregação de valor e consolidação de mercados sustentáveis. Essa integração visa a estabelecer sinergias com macro políticas, como: Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) (Decreto n. 6.047, de 22 de fevereiro de 2007), Territórios Rurais e da Cidadania, Pronaf, Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e o Programa Aquisição de Alimentos (PAA). Trata também de ações específicas como capacitações, feiras de negócios, elaboração de marco regulatórios, etc.

Para além do PNPSB, alguns produtos da sociobiodiversidade aqui apresentados podem estar inseridos em normas e regulamentos abrangentes e/ou específicos.

Dessa forma, as atividades extrativistas são compreendidas pelo novo código florestal, Lei n. 12.651/12, em seu art. 3º, como atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental:

- h) coleta de produtos não madeireiros para fins de subsistência e produção de mudas, como sementes, castanhas e frutos, respeitada a legislação específica de acesso a recursos genéticos;
- [...]

j) exploração agroflorestal e manejo florestal sustentável, comunitário e familiar, incluindo a extração de produtos florestais não madeireiros, desde que não descaracterizem a cobertura vegetal nativa existente nem prejudiquem a função ambiental da área.

Isso significa dizer que não existe impedimento legal para exploração de produtos não madeireiros quanto à legislação de proteção da vegetação nativa. Contudo, é preciso observar a legislação de acesso a recursos genéticos.

No caso da castanha-da-amazônia e da seringueira, a única normativa é o decreto n. 5.975, de 30 de novembro de 2006, que em seu art. 29, declara-as como árvores imunes ao corte, proibindo, assim, sua exploração madeireira e oportunizando a exploração sustentável de seus frutos.

Art. 29. Não são passíveis de exploração para fins madeireiros a castanha (*Bertholetia excelsa*) e a seringueira (*Hevea spp.*) em florestas naturais, primitivas ou regeneradas.

No caso da cadeia da farinha de mandioca em Rondônia, esse aspecto é evidenciado sob duas dimensões, ambiental e econômica, além de questões relacionadas à classificação do produto.

Na dimensão ambiental, verifica-se que o processo de fabricação de farinha de mandioca e seus derivados é uma atividade passível de licenciamento ambiental, considerada de baixo potencial poluidor, conforme definido na Lei n. 3.769, de 21 de março de 2016, que “Dispõe sobre o Sistema de Licenciamento Ambiental do Estado de Rondônia e dá outras providências”.

Na dimensão econômica com relação ao incentivo à fabricação de farinha de mandioca, podemos citar o Decreto n. 13.962, de 4 de dezembro de 2008, que Regulamenta o Subprograma de Apoio à Verticalização da Produção da Agricultura Familiar, criado por meio da Lei Complementar n. 406, de 28 de dezembro de 2007. A legislação estabelece critérios para obtenção de isenções tributárias (ICMS) para os produtos fabricados pela agricultura familiar.

O regulamento técnico que determina os padrões para farinha de mandioca é definido pela Instrução Normativa n. 52, de 7 de novembro de 2011, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Objetiva definir o padrão oficial de classificação da farinha de mandioca, considerando seus requisitos de identidade e qualidade, a amostragem, o modo de apresentação e a marcação ou rotulagem, nos aspectos referentes à classificação do produto. O artigo 7º da referida IN define a classificação da farinha de acordo com Grupos, Classes e Tipos.

São três grupos: a) seca; b) d’água; c) bijusada. Os grupos seca e d’água se subdividem em três classes: fina, média e grossa; e a bijusada não tem essa classificação. O tipo de cada uma delas é estabelecido pelos Anexos I, II e III da referida IN 52.

Não há normas e/ou regulamentos nacionais, nem políticas públicas específicas para a copaíba. Para controlar a pressão da exploração madeireira sobre elas, o estado do Amazonas criou uma norma estadual que proíbe o corte e a comercialização das copaibeiras (Decreto n. 25.044/2005), sendo o único regulamento que as protege.

Para a borracha natural, em 2009, a Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas do MAPA (CGAC), em conjunto com entidades representantes do setor privado em seus diversos elos da Cadeia Produtiva da Borracha Natural e representantes do Governo que compõem a Câmara Setorial, criou a Agenda Estratégica 2010 – 2015. O documento oferece o ordenamento dos trabalhos, organizando, sistematizando e racionalizando as ações e os objetivos estabelecidos pela câmara, com uma visão de futuro, no processo de elaboração de políticas públicas e privadas, como orientadora da ação executiva do MAPA, demais órgãos governamentais e da própria Iniciativa Privada envolvida na Cadeia Produtiva. A Agenda Estratégica tem como principais objetivos: a) estabelecer um plano de trabalho para a cadeia do decorrer dos cinco anos; b) facilitar e organizar a ação conjunta das câmaras nos assuntos de interesse comum; e; c) fortalecer as câmaras como ferramentas de construção de Políticas Públicas e Privadas para o agronegócio.

Considerações Finais

As cadeias produtivas da castanha-da-amazônia e da farinha de mandioca são as que trazem um maior nível de detalhamento, devido às suas complexidades, ao número de elos, aos atores envolvidos e às informações disponíveis, por apresentarem maior diversidade de produtos disponíveis ao mercado local/regional e potencial para transformação/beneficiamento a nível local. São, de fato, oportunidades econômicas da região do estudo.

Outras duas cadeias, óleo de copaíba e látex, apesar de menos complexas, apresentam uma estrutura de cadeia produtiva, com poucos atores envolvidos, produtos e informações disponíveis.

A cadeia do babaçu, por sua vez, é praticamente inexistente para região de estudo, restrita a uma comunidade da terra indígena Sete de Setembro em Cacoal, município na qual a produção chega de forma muito tímida ao comércio. Pela análise dos dados macroeconômicos e de leituras de referencial teórico, trata-se de uma cadeia produtiva que demanda incentivo e esforços para sua consolidação, principalmente pela substituição por produtos economicamente mais interessantes, restrita a usos na medicina natural e vinculada ao marketing socioambiental de empresas dispostas a pagar valores acima do mercado em prol da manutenção dos recursos naturais.

Todavia, há de salientar a importância socioambiental dessas cadeias produtivas no que se refere tanto à conservação dos recursos naturais como à manutenção econômica de Povos e Comunidades Tradicionais habitantes de áreas protegidas. De certa forma, o desenvolvimento das cadeias produtivas representa um contraponto às atividades agropecuárias consolidadas na região e precisa esforços para seu fortalecimento.

Não obstante, o texto nos revela um panorama geral das cinco cadeias produtivas, das quais, quatro acreditamos serem representativas, senão do ponto de vista econômico, ao menos socio-cultural e ambiental de enorme relevância.

Capítulo 04

A região Centro-sul de Rondônia no caminho para o fortalecimento de Povos e Comunidades Tradicionais em Cadeias Produtivas da Sociobiodiversidade

Wesley Pacheco

Os resultados alcançados no projeto somente foram possíveis porque tivemos o apoio das Comunidades Tradicionais e de ONGs parceiras na região de intervenção. Como provocação para as ações da iniciativa, uma das perguntas iniciais da equipe em sua fase de concepção foi: “É possível pensar em associar tecnologia de Arranjos Produtivos Locais (APL) à produção da sociobiodiversidade por PCT?” Responder a essa questão foi e é um desafio. O que temos em mente é que, sem a cooperação entre as comunidades, não teremos a agregação de valor necessária à produção, o que manteria um ciclo pouco atrativo para as comunidades empreenderem, perpetuando-se para os demais elos das cadeias produtivas da sociobiodiversidade. A baixa confiança na relação entre as comunidades cria um ambiente de fragilidade e diminui a segurança de outros atores a se envolverem de forma mais estratégica e regional.

A pergunta traz uma lógica de reflexão, pois, apesar de entender que a cooperação é importante, é necessário, além das inter-relações comunitárias, perceber a sensibilidade dos diversos atores: comunidades tradicionais, organizações da sociedade civil, academia, sociedade local, iniciativa privada e governo em suas três esferas, para, em sinergia, promoverem a geração de renda com a finalidade de fortalecer a diversidade étnica e biológica.

Em geral, as comunidades tradicionais carecem de organização coletiva para a produção, quando são associados conceitos advindos da sociedade envolvente, por exemplo, mecanismo de repartição de benefícios. O envolvimento de comunidades na geração de renda depende de relações de confiança muito bem constituídas e, em sua fase inicial, esse deve ser um pré-requisito. A baixa efetividade nesse processo pode desestabilizar o status inicial de interação comunitária em concretizar processos produtivos e arriscar a oportunidade de fortalecer a economia comunitária. Como consequência, podemos ter uma perspectiva mais desafiadora motivada pela experimentação de insucesso.

Essas relações não dependem somente de lideranças fortes que permitam fazer uma articulação interna para o bom entendimento de qualquer ação de empreendimento, mas, também, de diversos fatores externos, como a dinâmica sociopolítica e econômica do entorno dessas comunidades. Cito, aqui, entre os vários fatores que podem fortalecer a articulação para a geração de renda, alguns exemplos. Primeiro, no processo de cooperação para a produção e a realização de comércio de produtos da sociobiodiversidade com PCT protagonistas, o caso de sucesso da

iniciativa do Instituto Socioambiental (ISA) na região da Terra do Meio. Esta conta com a existência de entrepostos, no caso denominados cantinas, com a finalidade de organizar a demanda e a oferta de produtos, orientando a gestão e o uso do capital necessário à fase inicial nas etapas de produção, entre outras tarefas desempenhadas. Segundo, o apoio de organizações da sociedade civil com assessoria técnica às comunidades tem sido crucial para facilitar o acesso a mercados diversos e, principalmente, aos institucionais.

Os mercados institucionais, como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), ambos do governo federal, apesar de oferecerem possíveis fomentos para a produção de PCTs, exigem capacidade para articular localmente a sinergia entre executores/gestores das ações de políticas públicas. Tais fatores demonstram, no contexto atual, a premissa clara da atuação conjunta de, pelo menos, cinco relevantes atores: PCT na perspectiva de elo principal e início da cadeia produtiva; ONGs na assessoria quanto aos desafios em organização, acesso a políticas e parceiros relevantes e manutenção das relações de confiança; Governo na promoção e na efetivação de políticas públicas; Academia na sistematização dos processos e avanços tecnológicos para a melhoria dos aspectos de produção; e iniciativa privada para promoção dos produtos da floresta ao consumidor, respeitando a dinâmica sociocultural de cada povo ou comunidade tradicional.

As organizações da sociedade civil desempenham função fundamental de suporte às comunidades em reduzir o impacto socioambiental vivido pela interação com a sociedade envolvente. Tal papel deve ser fortalecido para aproximar as comunidades tradicionais à solução de dois desafios imediatos: 1) a sustentabilidade de PCTs, em meio à sociedade envolvente, por meio da geração de renda, tomando como pressuposto práticas produtivas do cotidiano, cultura, tradição e costumes, sem alterar a natureza de sua dinâmica sociocultural; e 2) valorização dos produtos da floresta de PCTs, reforçando a noção de uma Amazônia diferenciada com base em suas origens, com vistas a contribuir, efetivamente, para a manutenção da diversidade étnica e biológica.

Além das ações junto a PCTs, essas organizações têm se preocupado em prover um ambiente favorável para o diálogo multi-atores. Junto ao governo, têm sido propositivas e estimuladoras na estruturação de programas ligados à promoção do desenvolvimento sustentável. Ao mesmo tempo, atuam em espaços coletivos de participação social com a finalidade de fortalecer a representatividade dos PCTs e, assim, dar voz a atores que, na prática, ficam à margem da sociedade. Na relação comunidade/iniciativa privada, as organizações da sociedade civil têm, talvez, o exercício mais estratégico para promover a capacitação de PCT e representantes da iniciativa privada para o diálogo, com o propósito de fortalecer interesses construtivos na agenda de desenvolvimento sustentável. Nessa relação, vale ressaltar que as visões dos atores estão tão distantes que se faz necessário um agente catalisador para facilitar a interação e reduzir o tempo de promoção das relações. Além disso, colaboram para redução de impactos negativos durante as fases de concepção e implementação em qualquer iniciativa conjunta e são crucial para o sucesso e a manutenção das relações de confiança.

A conexão entre a academia e as organizações da sociedade civil no Brasil, em princípio, tem ocorrido de forma pontual com demandas bilaterais. É fomentada por meio da necessidade de ações em campo, quando as relações de confiança¹ com as comunidades são preponderantes ao

¹ As relações de confiança com PCT dependem muito do tempo de interação, em geral, por meio de ações de projeto. As comunidades buscam desenvolver agendas de etnodesenvolvimento que vão além do tempo de projeto. Nessa perspectiva, os atores com a dinâmica que mais se adapta são as organizações da sociedade civil.

processo a ser empreendido. Essa relação, em geral, é motivada pela cooperação para o aprimoramento de tecnologias em benefícios a PCTs e para a sistematização dos conhecimentos construídos com base na solução de demandas locais. Por mais que existam iniciativas duradouras, ainda é muito oportuna a sinergia entre os atores, por isso, ela deve ser fortalecida.

Rápido contexto dos diversos atores no Estado de Rondônia

A região Centro-sul de Rondônia é historicamente marcada pelo fluxo migratório que desenvolveu a produção no estado nos moldes do Centro-sul brasileiro. Tal fato foi visto, ainda nas décadas de 1980 e 1990, como uma política incoerente de intervenção na Amazônia que resulta, hoje, em fortes esforços para conter a dinâmica consequente e projetar um futuro menos desafiador. O processo de ocupação trouxe a essa porção do Estado o *status* de pólo econômico de maior influência, sendo comparada à economia da região da capital. Esse desenvolvimento econômico permitiu uma maior logística com uma densidade relevante de vias terrestres e rápido escoamento de produção.

Além disso, a região também possui estruturas de beneficiamento da produção agroindustrial com potencial estratégico ao agronegócio. Conta com um número significativo de municípios, em que suas sedes ficam distantes umas das outras cerca de 200km. As condições locais favorecem a formação de consórcios e a otimização das ações das administrações públicas municipais e podem ser oportunidades para quaisquer outras iniciativas de desenvolvimento regional. Em geral, os municípios, em consequência do processo de ocupação, são dominados pelas pequenas propriedades rurais, em sua maioria dois a quatro módulos fiscais, sendo suas populações locais com perfil rural, o que impacta diretamente na tomada de decisão e, consequentemente, em suas dinâmicas socioambientais.

Os conselhos municipais, seus impactos e suas possibilidades com as cadeias produtivas da sociobiodiversidade – espaços coletivos de participação social

No acompanhamento dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente e Agricultura, realizado pela Ecam nos anos de 2014 e 2015, com apoio do Fundo Vale e da Fundação Avina, foi possível perceber que nem todos os municípios do Estado de Rondônia possuem esses espaços de participação social. Alguns nem sequer contam com uma Secretaria Municipal de Meio Ambiente e, quando as têm, em geral, a agenda é majoritariamente dedicada aos temas rurais com possibilidade de impactos positivos ao tema ambiental.

Os temas geradores de debate nesses Conselhos estão associados à liberação de empreendimentos ou à obtenção de recursos para o licenciamento, mas pouco se verifica no tocante ao planejamento na agenda ambiental que vise à melhoria da qualidade de vida de suas populações. Algumas iniciativas ainda incipientes e pontuais podem ser verificadas nas Secretarias Municipais de Meio Ambiente. A título de exemplo: o Programa Porto Velho Mais Sustentável, com enfoque na redução do desmatamento, e o Projeto Renascer das Águas no município de Cacoal, com a expectativa de recuperação da capacidade hídrica do município, objetivando o bem-estar populacional e a garantia da oferta de água para a produção das pequenas propriedades rurais.

Os resultados das ações dos conselhos, em geral, estão convencionados ao fortalecimento da atividade rural e ao processo de licenciamento de atividades produtivas e comerciais desenvolvidas no município. Sendo assim, os esforços impactam mais o interesse econômico do que o benefício da qualidade de vida do cidadão. Essa perspectiva é fruto da falta de política para qualificação desses espaços de debate, em que as organizações da sociedade civil têm se empenhado para promover ações de fortalecimento. A consequência é a baixa representatividade, que, caso contrário, poderia equivaler a importância de outros temas tão relevantes ao meio ambiente como a sociobiodiversidade. A representatividade ou a legitimidade dos conselhos merece atenção, pois, existe pouca participação a considerar a diversidade de PCT locais além dos diversos setores da sociedade local.

A postura local e as oportunidades para a sociobiodiversidade na região Centro-sul de Rondônia

A dinâmica atual das sociedades locais corrobora para uma atenção majoritária ao agro-negócio e pouca dedicação às oportunidades com negócios da floresta. Apesar do processo de ocupação, o governo conseguiu reverter, em certa medida, o avanço do desmatamento, uma vez que a região Centro-sul é contemplada por grandes áreas de florestas, constituídas por Unidades de Conservação das mais diversas categorias, e terras indígenas, que compõem grandes mosaicos de áreas protegidas. Vale ressaltar que, embora os governos federal e estadual tenham alcançado em suas políticas a definição dessas áreas protegidas, muitas convivem com grande vulnerabilidade associada ao perfil do desmatamento na Amazônia.

A relevante territorialidade de PCT nos leva a chamar esses mosaicos de Corredores Etno-ambientais (CE). A porção Centro-sul está com seus eixos urbano e rural posicionados entre dois grandes CEs: Guaporé-Itenez-Mamoré (compreende a região fronteira com a Bolívia, desde o município de Costa Marques até o município de Guajará-Mirim) e Tupi Mondé (abrange a região de fronteira com os Estados do Mato Grosso e Amazonas). O potencial extrativista desses corredores é relevante, pois, em estudos realizados na terra indígena Sete de Setembro (uma única área protegida do CE Tupi-Mondé), como o Diagnóstico Etnoambiental Participativo, percebe-se a grande oferta florestal de produtos da sociobiodiversidade e a alta resiliência. Ou seja, o potencial produtivo identificado tende a aumentar caso a postura local seja de uma economia por meio do manejo adequado dos produtos da floresta, coerente com o modo de vida de PCT.

Se o cotidiano das comunidades é valorizado economicamente na produção da sociobiodiversidade pelas populações locais e até regionais, é possível pensar em um conceito de floresta em pé mais realista em um futuro breve. Para tal, a lógica de ações municipalmente deve ser mais abrangente do ponto de vista econômico, dando oportunidade também aos produtos da floresta. Deve-se planejar e incentivar PCT, iniciativa privada, academia, sociedade local e organizações da sociedade civil a colaborarem pela valorização de produtos florestais que demonstrem a defesa da floresta em pé como fonte de renda efetiva e com oportunidades para todos, principalmente PCTs.

A demanda por políticas estaduais de incentivo à produção da sociobiodiversidade em Rondônia

A iniciativa privada de Rondônia atua com os principais produtos da sociobiodiversidade, mas ainda não é expressiva. A posição tímida do estado em sua produção, comparada aos

estados do Acre, Pará e Mato Grosso, se deve à ausência de estruturas, como entrepostos para a promoção dos produtos da sociobiodiversidade. O caso da farinha de mandioca, comentado no capítulo 3, é o mais didático com relação à produção. Apesar de ter uma produção de matéria-prima relevante, o produto beneficiado exposto nas prateleiras em Rondônia é importado do Paraná, face aos incentivos fiscais e ao menor custo de produção. Isso demonstra a falta de articulação entre os diversos setores em termos propositivos para a melhoria das condições na cadeia com valorização da produção local. Por mais que a iniciativa privada se articule para tal, acaba não sendo suficiente para sensibilizar o governo estadual.

As secretarias estaduais de governo têm se atentado para a promoção dos produtos da sociobiodiversidade, apoiando políticas para a aquisição de equipamentos de uso comunitário com a finalidade de desenvolver a produção. No entanto, há pouca informação para qualificar a demanda em campo disponível e, em consequência, algumas vezes se observa comunidades com equipamentos instalados, mas sem operação. Todo esse processo é motivado pela falta de interação entre os diversos atores regionais e pelo baixo planejamento participativo na base da cadeia produtiva.

A Secretaria Estadual de Agricultura (Seagri) e a Secretaria Estadual para o Desenvolvimento Ambiental (Sedam) possuem políticas de incentivo para a promoção dos produtos da sociobiodiversidade. É importante ressaltar que não se trata de um esforço dedicado a PCT mas à sociedade como um todo. A estrutura dessas secretarias ainda é incipiente para lidar com toda a demanda e a oportunidade existente no estado.

A política de Arranjos Produtivos Locais teve o protagonismo da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão (Seplan), com a criação, em 2008, do Núcleo Estadual de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais do Estado de Rondônia (NEAPL). Este teve seus primeiros impactos no ano de 2011, com a formação dos Grupos Regionais de APL Mamoré, Rolim de Moura e Ji-Paraná. O momento foi de realizar o mapeamento dos possíveis APLs do Estado e propor ações para implementação dos arranjos. No ano seguinte, foi adicionado o Grupo Regional de APL de Cacoal e foram priorizados 13 APLs, sendo um APL da Sociobiodiversidade para a região dos municípios de Guajará-Mirim e Nova Mamoré, CE Guaporé-Itenez-Mamoré. Em 2013, foi elaborado um plano de ação com o intuito de centrar esforços e priorizar um número menor, permanecendo os APLs de Piscicultura, Apicultura, Confeção, Sociobiodiversidade e Pecuária de Leite, com a perspectiva de, após a efetivação de suas ações, promover esforços nos demais APLs². Em reunião com a Secretaria de Agricultura do Estado de Rondônia, no início de 2016, percebemos que o processo de APL da Sociobiodiversidade teve seu auge no período de 2008 a 2013 e somente na fase de planejamento. Em seguida, a equipe e a estrutura de governo foram realocadas e a agenda, ao que parece, está estática.

Recomendações para o desenvolvimento das cadeias produtivas da sociobiodiversidade na porção sul de Rondônia

Os diversos aspectos do estado sobre a promoção da sociobiodiversidade levam a considerar que existem muitas situações em avanço em Rondônia, porém, com poucas sinergias

² Histórico estruturado com base no portal da Seplan. Disponível em: <<http://www.sepog.ro.gov.br/Conteudo/Exibir/118>>. Acesso em: 3 nov. 2016.

estruturadas, salvo casos pontuais de extremo esforço. Cada ator desenvolve suas ações a um nível de interação com um ou mais outros atores, mas não existe uma coordenação de trabalhos para efetivar as inter-relações que permitam criar um ambiente de confiança e projeção para os negócios da sociobiodiversidade.

O GTP APL, coordenado pelo MDIC, poderia ser uma perspectiva para o desenvolvimento dessa rede da sociobiodiversidade, todavia, o governo estadual precisa ser mais estratégico na implementação de APLs voltados ao fortalecimento da sociobiodiversidade. Deve considerar um mapeamento sistemático das condições de produção do estado e dos principais atores existentes, contemplando, ainda, as estruturas faltantes que possibilitam conectar os diversos elos nas cadeias de produção. O desenvolvimento das ações no nível do estado é relevante, mas necessita também ser acompanhado pelas administrações públicas municipais, que interagem diretamente com os atores iniciais das cadeias produtivas da sociobiodiversidade e possuem relação direta com a iniciativa privada e a academia, quando existente. Os municípios da porção Centro-sul do Estado de Rondônia devem enxergar o contexto dos CEs ou o grande Mosaico de Áreas Protegidas como parte do território a implementar política pública municipal. É importante ponderar que eles podem ser a mola propulsora das atividades produtivas da sociobiodiversidade.

Os conselhos municipais, principalmente com as agendas ambientais e rurais, devem fortalecer sua qualificação, sua representatividade e sua legitimidade como espaço coletivo de participação social. As organizações da sociedade civil e os programas de extensão universitária precisam prover oportunidades de qualificação com a finalidade de promover maior equidade sobre os benefícios dos espaços e maior autonomia com a orientação as suas respectivas administrações municipais.

Em nosso estudo, não foi identificado um entreposto que permita a boa relação de confiança entre as comunidades produtoras e iniciativas de empreendimento, exceto no caso da comunidade da terra indígena Rio Branco, onde a associação tende a funcionar como uma conexão com a assessoria técnica da Organização Pacto das Águas, que tem se esforçado para a promoção da castanha na região. Esses modelos de atuação devem ser fortalecidos e replicados para promover as relações de confiança no ambiente regional e, assim, possibilitar a efetivação das cadeias produtivas da sociobiodiversidade.

Seguindo os modelos desenvolvidos no Acre e em Mato Grosso, percebem-se cooperativas fortalecidas que possuem capacidade para atender, de forma coerente, à demanda da produção da sociobiodiversidade, como a Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre (Cooperacre) e Cooperativa dos Agricultores do Vale do Amanhecer (Coopavam), em Mato Grosso, entre muitas outras iniciativas existentes nesses estados. Estes são dois atores próximos e com influência no Estado de Rondônia, mas, em função das barreiras fiscais, não podem ser entendidos de modo eficiente como entrepostos.

O modelo de desenvolvimento estimulado pelo governo de Rondônia deve agregar estímulo aos produtos da sociobiodiversidade com benefício a PCT, sendo talvez a linha de atuação prioritária a retomada efetiva do APL da Sociobiodiversidade de Guajará-Mirim, como fase de experiência e projeção no tema.

A atenção às políticas públicas do governo federal deve ser fator prioritário no trabalho com as comunidades tradicionais, principalmente no fortalecimento das políticas associadas aos mercados institucionais. Os atores regionais precisam se atentar para a intermediação,

promovendo a facilitação ao acesso a tais políticas, que são altamente relevantes na demanda por produtos da sociobiodiversidade e coerentes com a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Atualmente, para o sucesso do esforço das organizações da sociedade civil, os mercados têm sido cruciais para manutenção, avanço e até a promoção dos produtos da sociobiodiversidade. Eles são necessários enquanto a iniciativa privada tende a desenvolver um corpo qualificado e sensível à valorização das comunidades tradicionais e ao conceito floresta em pé.

A Ecam realizou, em dezembro de 2016, o seminário Cadeias Produtivas da Sociobiodiversidade no Centro-sul de Rondônia, no qual houve participação relevante da sociedade rondoniense, envolvendo representantes do setor público, privado, organizações da sociedade civil e PCTs. Os participantes se dedicaram, no dia 14 de dezembro de 2016, a representar suas demandas para o avanço das Cadeias Produtivas da Sociobiodiversidade e, ao final, propuseram recomendações com base na visão de cada grupo, conforme segue:

QUADRO 17 – Demandas para as Cadeias Produtivas da Sociobiodiversidade

<p>VISÃO DOS PRODUTORES</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Padronizar a precificação por quilo; 2. Adotar e estabelecer normas de boas práticas, elegendo um ator para liderar esse processo, a título de exemplo Pacto das Águas; 3. Ampliar a fiscalização de fronteira para maior competitividade das empresas brasileiras.
<p>VISÃO DAS EMPRESAS</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ampliar momentos de diálogo com a finalidade de tratar as questões das cadeias produtivas e servir como espaço-ponte entre os atores da cadeia, dando oportunidade para cada um conhecer suas dificuldades visando à construção participativa de soluções; 2. Formar um grupo de trabalho para proposição e implementação, junto ao governo, de uma política estadual de incentivo às cadeias produtivas da sociobiodiversidade.
<p>VISÃO DA ACADEMIA E PESQUISA</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Para o governo: estabelecer políticas públicas integradas (fiscais, tributárias, entre outros); 2. Desenvolver ações de aproximação entre comunidades e empresas (com a perspectiva de aumentar o diálogo entre os atores das cadeias produtivas da sociobiodiversidade); 3. Buscar articulações e diálogos de menor abrangência, por cadeia ou região, com a finalidade de identificar prioridades de intervenção; 4. Melhorar a formação de técnicos em Ater e ampliar oportunidades de formação para jovens das comunidades locais, para maior capilaridade nas comunidades (ex. ampliação do Programa de Extensão Universitária do Ifro–Residência Agroflorestal).
<p>VISÃO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Apoiar Arranjo Produtivo Local (APL) da Sociobiodiversidade em Rondônia; 2. Fortalecer associações e cooperativas para facilitar o acesso a políticas públicas (ex. Conab); 3. Promover um seminário entre parlamentares apresentando a importância da sociobiodiversidade no Estado de Rondônia.

O esforço empreendido pela Ecam em cooperação com os parceiros regionais permitiu criar um ambiente propício para estimular, participativamente, ações de promoção das cadeias produtivas da sociobiodiversidade. No seminário, percebeu-se a sensibilidade de cada ator em avançar no *status* de arranjo institucional a fim de promover a situação atual das cadeias produtivas da sociobiodiversidade. Portanto, é oportuno e urgente fortalecer os espaços de diálogo sobre o tema. Os resultados do projeto demonstram e representam realidades relevantes para um planejamento sólido e estratégico de cada ator, e isso pode ser verificado por meio dos compromissos firmados, conforme participações da plenária elencadas no Quadro 17.

Quando se considera os diálogos e as proposições acerca do desenvolvimento de ações multi-atores, nota-se a necessidade de, pelo menos, um ator desenvolver o papel de ponte para estreitar as múltiplas relações e promover a confiança para as cadeias produtivas da sociobiodiversidade. Essa perspectiva se sobressai nas dificuldades relatadas por cada ente da cadeia, ora pela falta de qualificação das dificuldades vivenciadas pelos envolvidos, ora pela facilitação do acesso a incentivos e fomentos. Ainda se somam contextos específicos das inter-relações que, por falta de intermediação, promovem ruídos de comunicação e dificultam as relações de confiança. Tais ruídos devem ser reduzidos com o apoio de organizações compreendidas como neutras e, assim, diminuir as dificuldades enquanto os atores relevantes começam, aos poucos, a se especializarem para cooperarem e promoverem o desenvolvimento sustentável regional coerente com os propósitos de PCT e a manutenção da diversidade étnica e biológica.

O trabalho realizado, além de elencar informações para colaborar com agenda de cada ator, desde seu início, teve a finalidade de provocar a sociedade de Rondônia a impactar na dinâmica



Foto: Gabriel Uchida.

SEMINÁRIO CADEIAS PRODUTIVAS DA SOCIOBIODIVERSIDADE NO CENTRO-SUL DE RONDÔNIA, REALIZADO EM DEZEMBRO DE 2016.



REPRESENTANTES DAS COMUNIDADES ENVOLVIDAS NO PROJETO PARTICIPARAM DO SEMINÁRIO

da sociobiodiversidade do estado. Esperamos ter conseguido, em alguma medida, prover a reflexão em alguns atores. Estamos esperançosos de que os atores que dedicam sua agenda à promoção das cadeias da sociobiodiversidade em benefício aos PCT possam melhorar sua interação por meio desse ambiente mais sensível às dificuldades de cada um e, gradativamente, diminuir o esforço no Estado de Rondônia para empreender em negócios sustentáveis da sociobiodiversidade. Espera-se que o governo, aproveitando o momento de interação promovido em dezembro de 2016, realize novos diálogos com a perspectiva de consolidar as recomendações dos diversos atores, demonstradas no Quadro 17.

Durante os últimos oito meses de trabalho, a Ecam, com o apoio do Fundo Vale, desenvolveu suas ações com a perspectiva de atuar como ponte para promover o diálogo sobre as cadeias produtivas da sociobiodiversidade. Isso foi feito com a parceria com atores locais, como Povos e Comunidades Tradicionais da região Centro-sul de Rondônia, as organizações Ação Ecológica Guaporé (Ecoporé) e Pacto das Águas e o Instituto Federal de Rondônia, além de diversos atores que representam governo, academia e iniciativa privada e que colaboraram para a efetivação dos resultados alcançados. A estes, a Ecam agradece por toda a confiança dedicada e o espírito de colaboração.

Referências bibliográficas

ALVARENGA, Fernanda R. P. *Passos metodológicos para a elaboração de projetos base para PCTs no âmbito do projeto Fortalecimento de Povos e Comunidades Tradicionais em Cadeias Produtivas da Sociobiodiversidade (FPCTCPS)*. Relatório não publicado.

BRASIL. Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação Nativa no Brasil. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 28 maio de 2012.

BRASIL. Decreto nº 5.975 de 30 de novembro de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5975.htm

BRASIL. *Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade* (PNSB). Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, 2009.

CHAMBERS, R. The origins and practice of participatory rural appraisal. *World Development*, v. 22, n. 7, p. 953-969, 1994.

COELHO, Franklin Dias. Ambiência produtiva e construção social no território: o programa de desenvolvimento local no município de Piraí. IX Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Madrid, España, 2 - 5 Nov. 2004. Acesso em: 18/07/16

CONAB. PGPM – Política de Garantia de Preços Mínimos - Preço Mínimo Básico Produto: Borracha Extrativista - Ano: 2015. Disponível em: <http://consultaweb.conab.gov.br/consultas/consultaPggpm.do?method=acaoListarConsulta>

CONWAY, G. R. *Análise participativa para o desenvolvimento agrícola sustentável*. Rio de Janeiro: ASPTA, 1993.

DIAGNÓSTICO Etnoambiental Participativo, Etnozoneamento e Plano de Gestão em Terras Indígenas: Terra Indígena Igarapé Lourdes (2012). Disponível em: http://www.kaninde.org.br/wp-content/uploads/2015/11/igarape_lourdes_1338060489.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2016.

ENRIQUEZ, G. E. V. GALVÃO, A. C. F. BUENO, C. S. C. Sub-rede de Dermo cosméticos na Amazônia a partir do uso sustentável de sua biodiversidade com enfoques para as cadeias produtivas da: castanha-do-pará e dos óleos de Andiroba e copaíba: Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2007.

FARIA, Andréa A. C; NETO, Paulo S. F. *Ferramentas de Diálogo: qualificando o uso das técnicas de DRP – Diagnóstico Rural Participativo*. Brasília: IEB, 2006

FELIPE, F.I.; ALVES, L.A.R.; GRANÇO, G.; CARDOSO, C.E.L. Avanços e desafios na cadeia agroindustrial da mandioca no Brasil. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada – Piracicaba: CEPEA/ESALQ/USP, 2000.

FRANCO, Augusto de . Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável: Dez Consensos. Disponível em: <<http://www.justicaambiental.org.br/v2>>. Acesso em: 13/04/16

FUNAI – Fundação Nacional do Índio. Índios no Brasil. *Terra Indígena Rio Branco*. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

GTZ. Manual Value Links – A Metodologia de Promoção da Cadeia de Valor. Brasília: 2007.

GIZ, MMA. Guia metodológico de implementação de oficinas de promoção de cadeias de valor. 2009.

GOMES, Carlos V. *et al. Oportunidades de Apoio a Atividade Produtivas Sustentáveis na Amazônia*. Brasília: GIZ, 2012.

GOMES, A. C. G. FLEURY, C. S. ZUNIGA, A. D. G. PINEDO, A. A. CARDOSO, I, R. M. Cinética de Extração do Óleo de Babaçu Visando a Produção de Biodiesel. Enciclopédia Biosfera. Centro Científico Conhecer - Goiânia, v.9, n.17; 2013.

GTZ. *Manual Value Links – A Metodologia de Promoção da Cadeia de Valor*. Brasília: 2007.

IBGEa. Extração vegetal 2014. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=ro&tema=extracaovegetal2014>

IBGEb. Lavoura Temporária 2014. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=ro&tema=lavouratemporaria2014>

IBGE. Produção da extração vegetal e silvicultura. v.1. – Rio de Janeiro: 2015.

IBGE. Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2016. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/extveg/default.asp?t=2&z=t&o=18&u1=11&u2=1&u3=1>

IBGE. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola. GCEA/RO, Safra2007/2008, mar. 2008a.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Processos abertos – Quilombolas* – 2016. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-processosabertos-quilombolas-v2.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

ISA – Instituto Socioambiental. Unidades de Conservação do Brasil. *O que são áreas protegidas?* Disponível em <<http://uc.socioambiental.org/introdução/o-que-são-áreas-protegidas>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

ISA – Instituto Socioambiental. Unidades de Conservação do Brasil. *RESEX Pedras Negras*. Disponível em <https://uc.socioambiental.org/uc/5026?order=field_data_publicacao_value&sort=asc>. Acesso em: 9 out. 2016.

KANINDÉ - Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé. *Diagnóstico Etnoambiental Participativo, Etnozoneamento e Plano de Gestão em Terras Indígenas: Terra Indígena Roosevelt* (2016). Disponível em <http://www.kaninde.org.br/wp-content/uploads/2016/11/CINTALARGA_WEB.pdf>. Acesso em: 12 out. 2016.

KANINDÉ - Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé. *Diagnóstico Etnoambiental Participativo, Etnozoneamento e Plano de Gestão em Terras Indígenas: Terra Indígena Igarapé Lourdes* (2012). Disponível em <http://www.kaninde.org.br/wp-content/uploads/2015/11/igarape_lourdes_1338060489.pdf>. Acesso em: 9 out. 2016.

KANINDÉ – Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé. *Plano de Gestão Etnoambiental da Terra Indígena Sete de Setembro* (2008). Disponível em: <http://www.kaninde.org.br/wp-content/uploads/2015/11/surui_50_1304452784_1371224716.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2016.

KUYUMJIAN, R.; SOUZA, E. M.; SANT’ANNA, S. R. Uma análise a respeito do desenvolvimento local: o empreendedorismo social no Morro do Jaburu — Vitória (ES), Brasil. *Revista de Administração Pública*, v. 48, n. 6, p. 1503-1524, 2014. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos>> Acesso em: 12/07/16

LABONNE, M. Sur le concept de filière em économie agro-alimentaire. *Anais. Séminaire interdisciplinaire sur les politiques alimentaires*, Paris, p. 137-149, 1987. Disponível em: <http://www.documentation.ird.fr/hor/fdi:24865>. Acesso em: 26 jan. 2015.

LASTRES, Helena M. M. et.al. *Globalização de Inovação Localizada*. Nota técnica 01/98. Rio de Janeiro, março de 1998.

LIMA, A. F. LIMA, J. F. J. F. M. Utilização medicinal do óleo de copaíba: aspectos históricos e estudos atuais. Pós em revista do centro universitário Newton Paiva. p. 332-336. 2012.

MARTINS, Rafael D'Almeida; CALDAS, Eduardo de Lima. Visões do Desenvolvimento Local: uma análise comparada de experiências brasileiras. Interações (Campo Grande) vol.10 no.2 Campo Grande July/Dec. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: 25/09/16

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Guia de Cadastramento de Famílias Indígenas*. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/cadastro_unico/_Guia_de_Cadastramento_de_Familias_Indigenas.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2016.

MOREIRA, R. C. S. MULLER, C. A. S. LEITE, H. C. T. Descrição da Cadeia Produtiva do Látex e do Óleo de Copaíba Produzidos no Estado de Rondônia. Revista de Administração e Negócios da Amazônia, v.3, n.2, mai/ago. 2011.

OLIVEIRA, D. M. ARNEZ, R. I. T. MOREIRA, P. N. C. SANTOS, Z. T. MAIA, M. B. R. A importância comercial da castanha-da-amazônia para a região norte e o mercado externo. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Campo Grande, 25 a 28 de julho de 2010.

PAES DE SOUZA, M. BORRERO, M. A. V. SOUZA FILHO, T. A. Potencial para o Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Babaçu no Médio e Baixo Rio Madeira – Porto Velho/ RO. Revista de Administração e Negócios da Amazônia, v.3, n.2, maio/ago. 2011.

PATIAS, T. Z.; MARCO, D.; WITTMANN, M. L.; XAVIER, T. R. Uma análise do capital social no Arranjo Produtivo Local do Leite de Santana do Livramento. Desenvolvimento em Questão, v. 13, n. 30, p. 175-202, 2015. Disponível em: < <http://www.spell.org.br/documentos>>. Acesso em: 25/09/16

SEBRAE. A cadeia agroindustrial da mandioca em Rondônia: situação atual, desafios e perspectivas. Coordenador, Calixto Rosa Neto; autores, Ângelo Mansur Mendes ... [et. al.]. -- Porto Velho, RO: Embrapa Rondônia, 2009.

RONDÔNIA. Portal de notícias do governo de Rondônia. Acesso em 20/10/2015. Disponível em: <http://www.rondonia.ro.gov.br/2015/04/55696/>

RONDÔNIA. *DECRETO ESTADUAL nº 6.954* de 14 de julho de 1995. Fica criada a Reserva Estadual Extrativista Pedras Negras. Disponível em: <http://www.mpro.mp.br/web/caop-meio-ambiente/legislacao-estadual>. Acesso em: 15 dez. 2016.

RONDÔNIA. *DECRETO ESTADUAL nº 2008*, de 28 de março de 1990. Cria, no município de Cerejeiras, Estado de Rondônia, o Parque Estadual de Corumbiara, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.mpro.mp.br/web/caop-meio-ambiente/legislacao-estadual>. Acesso em: 15 dez. 2016.

SEDAM – Secretaria de Desenvolvimento e Meio Ambiente de Rondônia. *Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) em regime comunitário*, 2013.

SOUZA, E. F. M. SILVA, M. G. SILVA, S. P. A Cadeia Produtiva da Mandiocultura no Vale do Jequitinhonha (Mg): uma análise dos aspectos socioprodutivos, culturais e da geração de renda para a agricultura familiar. Isegoria– Ação Coletiva em Revista. vol. 1, n. 2, set. de 2011/fev. de 2012.

VERDEJO, Miguel E. *Diagnóstico rural participativo: um guia prático*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), 2006.

Realização



Parceiros



INSTITUTO FEDERAL
Rondônia



Apoio



FUNDO VALE

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-99991-15-2



9 788599 991152